



NOSSA HISTÓRIA, MINHA TRAJETÓRIA:

Como cheguei ao TRF6





JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

NOSSA HISTÓRIA, MINHA TRAJETÓRIA:

Como cheguei ao TRF6

2026

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Presidente:

Desembargador Federal VALLISNEY OLIVEIRA

Vice-Presidente:

Desembargador Federal RICARDO MACHADO RABELO

Secretário-Geral da Presidência:

Juiz Federal ANTÔNIO FRANCISCO DO NASCIMENTO

Diretor-Geral:

JÂNIO MADY DOS SANTOS

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

Diretor do Foro:

JUIZ FEDERAL JOSÉ CARLOS MACHADO JUNIOR

Vice-Diretor do Foro

JUIZ FEDERAL GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS

Diretor da Secretaria Administrativa do Foro

RAIMUNDO DO NASCIMENTO FERREIRA



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Gestor do Projeto: José Carlos Machado Júnior - Juiz Federal Diretor do Foro da SJMG

Gerente do Projeto: Raimundo do Nascimento Ferreira - Diretor da SECAD

Organização:

Servidora: Sabrina Araujo Ferreira Elesbom

Colaboradora: Beatriz Sousa Lacerda

Equipe SECGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

Revisão Técnica do Livro:

Equipe ASCOM - Assessoria de Comunicação

Servidora Christianne Callado De Souza

Ficha catalográfica

Nossa história, minha trajetória : como cheguei ao TRF6, v.1 / organização Sabrina Araujo Ferreira Elesbom, Beatriz Sousa Lacerda, equipe SECGP - Secretaria de Gestão de Pessoas. – Belo Horizonte : TRF6, 2026.

1. Depoimentos. 2. Justiça Federal – Brasil. I. Brasil. Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6).

CDU 34:303.686

Ficha catalográfica elaborada na Seção de Biblioteca e Memória
Institucional do TRF6.

Bibliotecária: Sara Torres, CRB-6: MG-0043760.

Apresentação Institucional

O livro virtual “Nossa história, Minha Trajetória - Como cheguei ao TRF6” é uma valiosa contribuição da Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais ao acervo histórico do TRF6, sendo um resultado do empenho do Diretor do Foro, Juiz Federal José Carlos Machado Júnior, e de sua equipe.

Os relatos de vida aqui dispostos mostram um painel de diversidade de talentos humanos, que fortalecem a missão precípua do TRF6 de distribuir justiça.

Magistrados, servidores concursados ou requisitados, estagiários e colaboradores terceirizados compõem o quadro funcional que sustenta as bases da Justiça Federal da 6ª Região.

Relembrar suas histórias é reconstruir a memória institucional — afinal, todas e todos preenchem cotidianamente a organização com suas próprias jornadas de vida, sonhos e dons.

As pessoas enfocadas neste livro representam uma pequena amostra da riqueza humana do TRF6 e do servidor e colaborador da Justiça Federal que opta pela sua profissão de “servir” ao próximo, “servir” à cidadania e “servir” à justiça. Por meio de seus relatos, revisitamos cada fase da instituição e seu contexto, recordamos desafios e conquistas e compreendemos a evolução que nos trouxe até o momento atual.

Cada pessoa imprime no trabalho diário as marcas da sua singularidade, formada por sonhos, conhecimentos e habilidades. Conhecer essas marcas nos ajuda a entender melhor a organização.

Portanto, nada melhor do que ouvir a nossa história na voz das pessoas que fazem a Justiça Federal.

Boa leitura!

Desembargador Federal Vallisney Oliveira
Presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Prefácio

A história de uma instituição não se constrói apenas por meio de seus atos oficiais, de suas decisões ou dos marcos registrados em documentos administrativos.

Ela se forma, sobretudo, pelas pessoas que, ao longo do tempo, dedicam suas vidas ao serviço público, imprimindo humanidade, compromisso e senso de missão à atividade jurisdicional.

Esta obra nasce justamente desse propósito: preservar a memória daqueles que ajudaram a consolidar a Justiça Federal em Minas Gerais e, mais recentemente, a construir os alicerces do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, por meio de suas trajetórias pessoais e profissionais.

Ao reunir relatos de magistrados, servidores e colaboradores que testemunharam diferentes fases da Instituição, este livro oferece não apenas um registro histórico, mas também um patrimônio imaterial de enorme valor para as atuais e futuras gerações.

Cada narrativa aqui apresentada revela experiências marcadas por desafios, transformações e conquistas. São histórias que retratam a evolução da Justiça Federal e do TRF6, o aprimoramento de suas estruturas, a modernização dos serviços e, principalmente, a dedicação silenciosa e perseverante de homens e mulheres comprometidos com a realização da Justiça.

Mais do que recordar o passado, esta publicação cumpre relevante função institucional ao valorizar a memória, reconhecer trajetórias e fortalecer os vínculos que unem todos aqueles que integram esta Casa. Conhecer a caminhada de seus pioneiros e daqueles que ajudaram a construir os alicerces da Instituição é também compreender a dimensão humana da prestação jurisdicional.

Vivemos um tempo em que a velocidade das transformações frequentemente impõe o risco do esquecimento. Por isso, iniciativas como esta assumem especial importância: preservam identidades, mantêm vivas experiências e reafirmam valores que permanecem essenciais ao serviço público — ética, responsabilidade, dedicação e compromisso.

Registro, assim, meu reconhecimento a todos que contribuíram para a realização desta obra, especialmente aos homenageados, cujas histórias inspiram respeito e admiração. Que estas páginas sirvam não apenas como memória institucional do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e da Justiça Federal, mas também como fonte de inspiração para aqueles que continuam a missão de fortalecer a Justiça Federal brasileira.

Desembargador Federal Ricardo Machado Rabelo

Vice-Presidente e Corregedor do TRF da 6ª Região

Sumário

Introdução	9
Depoimento de Adenilson dos Santos Oliveira	11
Depoimento de Adriana Gorgulho Cunningham	13
Depoimento de Alirio Cesar de Almeida Gomes	15
Depoimento de Anderson Souza Silva	18
Depoimento de Andréa Maria Nobre Gonçalves	22
Depoimento de Antônio Nohmi	27
Depoimento de Bianca Figueiredo Ribeiro	42
Depoimento de Carlos Roberto de Carvalho	45
Depoimento de Christianne Callado de Souza	47
Depoimento de Cilas Anicésio da Silva Júnior	50
Depoimento de Claudio Manoel dos Santos	54
Depoimento de Claudete Iara Rodrigues Grossi	57
Depoimento de Dênia Cristina de Paula	60
Depoimento de Denise Costa Silva	62
Depoimento de Dilma Alves Gonçalves	65
Depoimento de Eloísa Cruz Moreira de Carvalho	68
Depoimento de Elysia Marcelle Soares de Jesus	70
Depoimento de Fernando Maia de Souza	76
Depoimento de Geraldo Caixeta	78
Depoimento de Grigório Carlos dos Santos	82
Depoimento de Helenita Eleutério de Paula Garcia	86
Depoimento de Hudson Alves Gomes	89
Depoimento de Ingrid Fernanda Teixeira Rocha	94

Depoimento de Josué Batista dos Santos	97
Depoimento de Júlia Sudário Ferreira Dantas	100
Depoimento de Karen Nunes Ferreira	105
Depoimento de Leandro Lopes dos Reis	110
Depoimento de Marcos Ricardo Cordeiro	114
Depoimento de Maria Edna Fagundes Veloso	118
Depoimento de Maria Elisa dos Santos Souza	122
Depoimento de Miria Célia Ribeiro de Carvalho Garbero	125
Depoimento de Murilo Fernandes de Almeida	133
Depoimento de Nilton de Oliveira Leite	140
Depoimento de Paulo Carlos dos Santos	142
Depoimento de Pedro Henrique Mendes	145
Depoimento de Rafael Elias da Cruz	150
Depoimento de Raimundo do Nascimento Ferreira	155
Depoimento de Ramon da Silva Gonçalves	162
Depoimento de Ricardo Crescencio da Silva	165
Depoimento de Sandra Helena Barreto Soares	167
Depoimento de Sonia Maria da Silva Fernandes	171
Depoimento de Wisla Araújo Barbosa	174

Introdução

A ideia deste livro nasceu de uma conversa durante uma viagem para um evento em Uberlândia. Na ocasião, ao conversar com o agente de polícia judicial Anísio, percebi que havia muitas experiências que mereciam ser registradas, especialmente relatos de servidores, magistrados e colaboradores que ajudaram e continuam ajudando a construir o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6).

A partir dessa reflexão, iniciamos, em 2025, o desenvolvimento deste projeto, realizado com o apoio da Presidência do TRF6, da Diretoria Geral, da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Corregedoria Regional e da equipe da Diretoria do Foro da SJMG. A iniciativa busca reunir depoimentos daqueles que já integravam a instituição antes da instalação do Tribunal e que, por meio de suas vivências profissionais, contribuíram para a construção desta nova etapa da Justiça Federal em Minas Gerais.

Mais do que preservar memórias individuais, este trabalho retrata parte da história da Justiça Federal ao longo das últimas décadas. Muitos dos depoimentos reunidos nesta obra refletem trajetórias de mais de 20 ou 30 anos de dedicação ao serviço público, permitindo que os participantes se reconheçam como parte da construção coletiva do TRF6.

A concretização deste livro somente foi possível graças à confiança depositada pelos participantes na equipe da Diretoria do Foro, que, desde os primeiros passos, trabalhou com empenho e dedicação para viabilizar a publicação. Este primeiro volume representa a soma desses esforços e reflete a diversidade de experiências, origens e percursos que contribuíram para a formação e consolidação do Tribunal.

Esta obra não se limita a um registro institucional. Ela também presta reconhecimento à trajetória dos participantes, ao reunir relatos que passam a compor a memória viva do TRF6.

Reunindo 42 depoimentos, este primeiro volume revela a pluralidade de percursos que se encontram na construção do Tribunal. São histórias de diferentes gerações, áreas de atuação, unidades e momentos profissionais, que, embora individuais em sua origem, passam a formar um retrato coletivo da Justiça Federal em Minas Gerais. Cada depoimento preserva uma experiência singular. Em conjunto, eles ajudam a compreender a dimensão humana da criação e consolidação do Tribunal.

É com alegria e senso de responsabilidade que apresento à comunidade do TRF6 e ao meio jurídico estes relatos pessoais e profundamente significativos. São memórias de pessoas com diferentes origens e trajetórias, que representam, de forma genuína, a essência da nossa instituição.

José Carlos Machado Júnior

Juiz Federal Diretor do Foro da SJMG

Capítulo 1



Trajetória do colaborador Adenilson dos Santos Oliveira

Vigilante da Seção Judiciária de Minas Gerais

Meu nome é Adenilson. Estou na Justiça Federal desde 1998, quando iniciei como mensageiro, na época da criação de 6 Varas Cíveis. Desempenhava atividades de apoio administrativo, como reprodução de documentos e organização da Secretaria. Tratava-se do meu primeiro emprego, para o qual fui indicado, iniciando minha trajetória na 20ª Vara, sob a direção da servidora Dináh de Andrade.

A experiência foi muito positiva, especialmente por ter contado com o apoio dos colegas, em particular da Diretora Dináh, que me apresentou o funcionamento da Justiça Federal de forma ampla.

Permaneci na 20ª Vara por 7 anos. Em seguida, surgiu a oportunidade de mudança para a função de auxiliar de carga, passando a atuar no arquivo. Entre minhas atribuições estavam o lançamento e a separação de processos para distribuição às varas. À época, os processos ainda eram físicos e, apesar da limitação de estrutura, a demanda era atendida. O setor era supervisionado pelo servidor João Ribeiro Neto.

O auxiliar de carga era responsável por todo o trâmite dos processos até a entrega nas varas, incluindo os registros nos sistemas.

Atuei no arquivo por 8 anos. Nesse período, concluí o curso de vigilante e, posteriormente, passei a exercer essa função. Em pouco tempo, assumi a liderança da equipe de segurança do prédio AFP, posição que ocupo até hoje.

Ao longo da carreira, acumulei importantes aprendizados. Atualmente, lidero uma equipe composta por 19 vigilantes, lidando com diferentes perfis e buscando sempre adequar a atuação às necessidades de cada colaborador, com foco na ética e no bom ambiente de trabalho.

O apoio recebido no início da minha trajetória contribuiu para ampliar minha visão profissional e orientar a forma como conduzo minha equipe.

Entre os desafios da função, destacam-se a organização de escalas, a gestão de trocas de turno e a fiscalização e orientação quanto ao uso das vagas de garagem no Tribunal.

Buscando constante aprimoramento, realizei cursos de brigadista, primeiros socorros e oficinas voltadas à logística e ao atendimento ao público em situações relacionadas a processos relevantes na Justiça Federal, todos oferecidos pela instituição.

Com a experiência adquirida, desenvolvi habilidade para lidar com situações que exigem cautela e atenção.

Considero minha trajetória motivo de grande satisfação e mantenho profunda gratidão pelas oportunidades proporcionadas. A Justiça Federal foi o ponto de partida da minha vida profissional, permitindo também a construção da minha trajetória pessoal, da minha família e de importantes conquistas. Sempre atuei com dedicação, ética e respeito aos valores necessários ao bom desempenho das funções.

Por fim, registro meu agradecimento aos colegas e a todos que fizeram parte dessa caminhada.

Capítulo 2



Trajetória da servidora Adriana Gorgulho Cunningham

Servidora lotada na 2ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte

Iniciei minha trajetória na Seção Judiciária de Minas Gerais em 1998, após aprovação em concurso público realizado em 1996. À época, eu já era servidora pública estadual. Recém-separada e com uma filha pequena, buscava uma oportunidade que me proporcionasse melhores condições financeiras, especialmente após concluir minha graduação em Direito pela UFMG, em 1994.

A partir de então, passei a prestar diversos concursos para tribunais, como o TRF, o TJ e, à época, também o TA. Meu objetivo era claro: conquistar uma melhoria no padrão de vida, considerando que meu cargo no IPSEMG exigia apenas nível médio.

Ao ingressar na Justiça Federal, tive a oportunidade de atuar em diferentes varas. Iniciei em vara criminal, em 1998, trabalhando com o Dr. Murilo Fernandes de Almeida, então substituto do Dr. Francisco de Assis Betti. Ressalvo que ingressei na Seção Judiciária em Belo Horizonte na 10ª Vara e, poucos meses depois, fui trabalhar na assessoria do Dr. Murilo, então substituto da 9ª Vara Federal.

Posteriormente, atuei em varas cíveis, fui cedida ao TRE e, após muitos anos, retornei à área criminal primeiro na 3ª Vara e, atualmente, na 2ª Vara. Esse retorno me permitiu revisitar e aprofundar conhecimentos, proporcionando um importante reencontro com a matéria.

Quando ingressei, tinha uma filha pequena. Hoje, faltando apenas dois anos para minha aposentadoria, já sou avô de um neto que vive nos Estados Unidos, onde minha filha se estabeleceu após seguir carreira no tênis. Ao longo desses anos, a Justiça Federal não apenas contribuiu para minha formação profissional, mas também foi determinante no meu crescimento pessoal. Fiz grandes amizades, conheci pessoas marcantes e vivi experiências que certamente me tornaram uma pessoa melhor.

Naquela época, os processos ainda eram físicos e a estrutura da Justiça era bem mais limitada. Ainda assim, o ambiente de trabalho era extremamente saudável. Lembro com carinho das feirinhas de quarta-feira, momentos em que, mesmo diante das adversidades, conseguíamos rir, descontrair e fortalecer nossos laços.

Os desafios eram outros: quando um processo desaparecia, mobilizávamos-nos para procurá-lo entre estantes, arquivos e até atrás de armários situações que geravam grande apreensão. Os autos eram numerados manualmente, costurados, e todas as folhas recebiam marcações à caneta. Na vara criminal, comunicações urgentes ainda eram feitas via telex, algo praticamente desconhecido pelas novas gerações.

Com o passar do tempo, a evolução tecnológica transformou profundamente a rotina da Justiça Federal. O processo eletrônico trouxe celeridade e eficiência, mas também novos desafios. Ainda assim, reconheço que essas mudanças foram necessárias.

Agora, próxima da aposentadoria, levo comigo uma trajetória marcada por aprendizado, dedicação e muitas histórias. Pretendo, talvez, seguir advogando, quem sabe na própria Seção Judiciária de Minas Gerais o que me permitirá reencontrar grandes amigos, mestres e pessoas que fizeram parte dessa caminhada tão significativa.

Capítulo 3



Trajetória do servidor Alirio Cesar de Almeida Gomes

Servidor lotado na 1ª Secretaria Unificada Cível da Subseção Judiciária de Belo Horizonte

Minha trajetória profissional no Poder Judiciário, começou em 1988, quando eu atuava como sindicalista em Belo Horizonte e trabalhava no jornal Estado de Minas. Naquele mesmo ano, minha esposa, Agenita Terezinha Souza Ameno, foi nomeada para o cargo de atendente judiciário em Ribeirão Preto (SP). Diante da mudança, e considerando que tínhamos uma criança pequena, deixei meu emprego para acompanhá-la.

Ao chegarmos em Ribeirão Preto, fiquei desempregado por um período. No ano de 1989, passei a colaborar informalmente na secretaria da 1ª Vara de Ribeirão Preto, dirigida pelo Juiz Federal, Dr. Ildeu de Rezende Chaves, ajudando em atividades manuais mais simples como registro de sentença e juntada de documentos. Não possuía vínculo formal, não era estudante nem servidor, mas, diante da carência de pessoal e da necessidade de apoio, acabei permanecendo por alguns meses, aprendendo e contribuindo com o trabalho.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a criação dos Tribunais Regionais Federais, advieram os concursos públicos necessários para o preenchimento das vagas criadas, em 1989.

Aprovado para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tomei posse como atendente judiciário em agosto daquele ano.

No ato da posse, informei que minha esposa já estava lotada em Ribeirão Preto, colocado à disposição da 1ª Vara daquela cidade.

Assim, fui a São Paulo para a posse e, no dia seguinte, já estava de volta a Ribeirão Preto para entrar em exercício. Permaneci em Ribeirão Preto de 1989 até 1993, quando consegui minha transferência para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo lotado em Belo Horizonte, na Seção Judiciária de Minas Gerais.

Ainda em 1989, participei da fundação do primeiro SINJUSFEN - Sindicato dos Servidores da Justiça Federal, Eleitoral e Justiça Militar do estado de São Paulo, aproveitando a nova possibilidade criada pela Constituição. Integrei sua diretoria e, posteriormente, já em Belo Horizonte, filiei-me ao SITRAEMG - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Minas Gerais, onde pude fazer parte de várias diretorias e de conselhos fiscais, contribuindo ativamente para o fortalecimento da categoria e para a criação do novo tribunal na região.

Em Belo Horizonte, iniciei minhas atividades na área administrativa, no setor de folha de pagamento, onde permaneci até o ano de 1996. No mesmo ano, solicitei ao Dr. Ricardo Machado Rabelo, com quem já havia trabalhado em Ribeirão Preto, uma oportunidade em uma Vara. Fui então lotado no Gabinete da 5ª Vara Cível Federal, onde atuei no cargo de atendente judiciário até 1999.

Embora já tivesse prestado concurso em 1996 para analista judiciário anteriormente, minha nomeação ocorreu apenas em 1999. Tomei posse no cargo no mesmo ambiente em que já trabalhava, permanecendo na 5ª Vara Cível Federal, agora em novo cargo.

Quando tomei posse como analista, o Juiz Titular da Vara era o Dr. José Amílcar Machado sendo a Vara dirigida atualmente pelo Dr. João Batista Ribeiro. O trabalho desenvolvido foi pautado por um bom relacionamento entre os servidores, terceirizados e estagiários constituindo um excelente ambiente de trabalho.

Ao longo dos anos, trabalhei com diversos magistrados, como a Dra. Simone Santos Lemos, o Dr. Geraldo Magela e Silva Meneses e a Dra. Nair Cristina Conrado, consolidando minha atuação principalmente em gabinetes e secretarias.

Continuei na 5ª Vara Cível Federal até a criação do TRF da 6ª Região, quando passei a atuar na Secretaria Única.

Minha trajetória passou pelo TRF-3, pela Justiça Federal do interior de São Paulo, pelo TRF-1 em Belo Horizonte e culminou com minha atuação no novo Tribunal - TRF-6. Hoje, estou na fase final da carreira, aos 73 anos, com previsão de encerramento das atividades nos próximos anos.

Tive uma atuação sindical intensa durante grande parte da minha vida profissional, embora mais recentemente tenha me afastado dessas atividades. Ainda assim, acompanho com atenção o cenário atual, que considero mais fragmentado. Mesmo assim, sigo com esperança em melhorias e bastante satisfeito com as transformações vividas, especialmente diante das novas perspectivas e avanços tecnológicos no Judiciário.

Capítulo 4



Trajatória do colaborador Anderson Souza Silva

Analista de Suporte de Tecnologia da Informação da Subseção Judiciária de Montes Claros

Me chamo Anderson Souza Silva. Nasci e fui criado em Montes Claros, Minas Gerais, cidade onde sempre vivi, constituí minha família e construí, aos poucos, minha trajetória profissional. Sou casado, pai de dois filhos, e sempre procurei conduzir minha vida com dedicação ao trabalho, responsabilidade e vontade constante de aprender.

Ao longo dos anos, trabalhei em diferentes áreas. Tive experiências que vão desde a função de caixa de supermercado até a atuação em um provedor de internet. Cada trabalho teve sua importância e me trouxe aprendizados valiosos. Mesmo nas funções que não estavam diretamente ligadas à tecnologia, sempre carreguei comigo um grande interesse por eletrônica e informática. Gostava de entender como as coisas funcionavam, mexer em equipamentos, aprender e buscar soluções. Com o tempo, esse interesse passou a fazer parte do meu caminho profissional.

Trabalhar em um provedor de internet foi um passo importante nessa direção. Foi uma fase de muito aprendizado, em que desenvolvi habilidades técnicas e comecei a perceber que poderia construir uma carreira em uma área com a qual realmente me identificava.

Foi também nesse período que surgiu uma oportunidade que mudaria minha vida.

Conheci Carlos Sisconetto, servidor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que me apresentou a possibilidade de integrar a equipe de tecnologia da Justiça Federal. Confesso que, no início, fiquei bastante receoso.

Eu já estava relativamente estabilizado no emprego, apesar da correria diária típica de um provedor de internet. Tinha uma rotina conhecida e certa segurança profissional. Aceitar aquele convite significava sair da zona de conforto e iniciar algo completamente novo. Ao mesmo tempo, era uma experiência que despertava em mim a vontade de tentar.

Conversei com minha esposa, que me apoiou integralmente nessa nova etapa. Assim, mesmo com medo, decidi aceitar o desafio. Hoje, vejo que foi uma das decisões mais importantes da minha vida profissional, marcando o início de uma nova fase da minha trajetória.

Fui contratado pela Stefanini e iniciei minhas atividades no TRF1 em 16 de fevereiro de 2012. Guardo essa data com carinho, pois ela representa o começo de uma jornada repleta de aprendizado e crescimento.

Logo nos primeiros dias, algo que me chamou muita atenção foi o acolhimento das pessoas. Mesmo ingressando em uma área nova para mim e em um ambiente completamente diferente de tudo o que já havia vivido, encontrei apoio, incentivo e grande disposição dos colegas em ajudar. Isso fez toda a diferença.

Também foi uma experiência inédita trabalhar em uma equipe na qual muitos colegas atuavam em cidades diferentes. Eu nunca havia vivenciado algo assim. Ainda assim, mesmo com a distância física, existiam proximidade, parceria e um verdadeiro espírito de equipe. Muitos daqueles colegas já não fazem mais parte do quadro atualmente, mas deixaram um legado importante na minha caminhada profissional e no meu aprendizado contínuo. Apreendi muito com cada um deles. Alguns permanecem até hoje como contatos e amigos nas redes sociais, demonstrando que certos vínculos ultrapassam o ambiente de trabalho.

Durante cinco anos, trabalhei na Justiça Federal pela Stefanini. Foi um período extremamente importante para minha formação profissional e pessoal. Apreendi sobre tecnologia, suporte, sistemas e atendimento, mas também sobre responsabilidade, compromisso e a importância de contribuir para o funcionamento de uma instituição tão relevante.

Como toda trajetória tem seus desafios, chegou também um momento difícil. Ao término do contrato da Stefanini, ocorreu a licitação para a troca da empresa responsável pelos serviços. Minha demissão chegou a ser efetivada. Eu acreditava que sairia de uma empresa e logo seria contratado pela nova prestadora de serviços. Contudo, a empresa que assumiria o contrato acabou não entrando naquele momento e, por cerca de cinco meses, fiquei afastado.

Foi um período de muita incerteza. Eu não sabia o que aconteceria nem se retornaria à Justiça Federal. Procurei oportunidades na minha área, mas as tentativas não deram certo. Depois de tantos anos naquele trabalho, ficar de fora trouxe preocupação e insegurança. Ainda assim, mantinha certa esperança de retorno, principalmente porque meu chefe dizia que faria minha recomendação para a nova empresa que viesse a assumir os serviços.

Foram meses difíceis, marcados por espera e expectativa. Felizmente, surgiu uma nova oportunidade. Retornei à Justiça Federal, dessa vez contratado pela Cimcorp. Voltar teve um significado muito especial para mim. Pude reencontrar os colegas locais e retomar o contato diário com os colegas remotos. Senti grande satisfação e também alívio ao reassumir meu posto de trabalho.

Com a nova empresa, vieram também novos desafios, especialmente no processo de adaptação às mudanças e diretrizes da nova gestão. Nessa fase, tive como chefe do setor o servidor Leonardo Lyrio, uma pessoa que teve papel importante na minha trajetória profissional. Seu apoio, orientação e confiança foram fundamentais para que eu continuasse crescendo e me fortalecendo dentro da Justiça Federal. Ter pessoas assim ao longo do caminho faz toda a diferença.

Posteriormente, Ériton José Bonfim Ribeiro assumiu a chefia do setor. Já trabalhávamos juntos anteriormente, o que contribuiu para a continuidade do ambiente de colaboração, apoio e compromisso com o trabalho. Foi também nessa época que iniciei minha faculdade de Análise de Sistemas, formação que passou a contribuir ainda mais para minhas atividades dentro do Tribunal.

Nesse mesmo período, recebemos a notícia da criação do novo Tribunal em Minas Gerais: o Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Sabíamos que haveria muito trabalho pela frente e ainda há. Vieram mudanças de rotinas, sistemas, ajustes e adequações em todas as áreas. Ainda assim, ao olhar para trás, consigo perceber o valor de cada etapa vivida.

Desde meus primeiros trabalhos, passando pelas mudanças de gestão, pelas dúvidas, pelos desafios e pelas oportunidades, tudo contribuiu para me trazer até aqui. Nada aconteceu de forma rápida ou fácil. Não houve “receita de bolo”. Cada passo exigiu esforço, adaptação e coragem para seguir em frente, mesmo sem saber exatamente o que viria depois.

Hoje, ao fazer parte dessa trajetória que me conduziu ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sinto profunda gratidão. Gratidão pelas oportunidades que surgiram e pelas que ainda surgirão, pelas pessoas que encontrei ao longo do caminho e por tudo o que aprendi.

Também sou grato por poder olhar para minha própria história e reconhecer que cada desafio enfrentado ajudou a construir quem sou hoje.

Sigo em frente com a mesma vontade que sempre tive: continuar aprendendo, contribuindo e fazendo parte, com dedicação, dessa história.

Capítulo 5



Trajetória da servidora Andréa Maria Nobre Gonçalves

Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Dos Rios de Roraima às Alterosas: Uma Jornada de Serviço e Destino Cruzado

Minha trajetória na Justiça Federal não começou nos gabinetes climatizados de Belo Horizonte, mas sob o sol escaldante e as chuvas torrenciais da terra de Macunáima, ou melhor, da terra dos Macuxis. Era o ano de 1992. Um Brasil ainda recente sob a égide da Constituição Cidadã, um país que redescobria a institucionalidade e onde o Poder Judiciário se expandia para alcançar os rincões mais longínquos do território nacional.

Foi nesse contexto que ingressei na carreira, tomando posse na longínqua e desafiadora Subseção Judiciária de Roraima. A posse, ato solene que marca o início de uma vida funcional, foi dada pelas mãos firmes e serenas do saudoso Juiz Federal Renato Martins Prates. Mal sabia eu, naquele instante de formalidade e esperança, que aquele magistrado se tornaria uma espécie de estrela-guia, uma constante geográfica e afetiva que o destino faria questão de repor em meu caminho anos depois.

Foram treze anos vividos intensamente em Boa Vista. Treze anos que não se medem apenas pelo calendário, mas pela densidade das experiências e pela resiliência forjada na solidão administrativa da fronteira norte. Passei doze anos à frente da Direção da Secretaria Administrativa.

Dizer que eu apenas assessorava a “cuidar da administração” seria reduzir a aventura que era manter a máquina judiciária funcionando em uma região onde tudo chegava de barco ou de avião, onde o isolamento geográfico impunha uma autossuficiência que os grandes centros desconhecem.

A Seção Judiciária de Roraima era uma ilha de jurisdição federal cercada de floresta e cerrado por todos os lados. Faltava papel? A gente se virava. Faltava servidor? A gente acumulava funções com um sorriso nos lábios e a sensação inebriante de estar construindo algo monumental: a presença do Estado Democrático de Direito na fronteira setentrional do Brasil.

Tenho um orgulho imenso, um daqueles que aquece o peito quando mencionado, de pertencer à primeira geração de servidores concursados daquela Seccional. Éramos poucos, éramos jovens (ou quase), e éramos movidos por um idealismo que, trinta anos depois, ainda insisto em carregar comigo.

Sob a direção do foro, tive o privilégio de conviver e aprender com figuras humanas e jurídicas de excelência. O Juiz Itagiba Catta Preta Neto, notório por decisões em casos de grande repercussão política; o Juiz Carlos Alberto Simões de Tomaz, que trazia a firmeza e a objetividade necessárias para manter a ordem em um foro tão distante dos tribunais superiores; o Juiz Clodomir Sebastião Reis, que sempre demonstrou um profundo respeito pela carreira dos servidores e uma visão humanista da administração pública; e o Juiz Helder Girão Barreto, cuja sensibilidade social aguçada ensinou-me que a Justiça Federal, antes de ser técnica, precisa ser humana, pois alcança o indígena, o garimpeiro, o pequeno agricultor e o empresário.

E como não registrar, com a mesma gratidão, o apoio inestimável recebido da Seção Judiciária do Amazonas? Por quase dois anos, a jurisdição de Roraima foi acumulada por valorosos magistrados manauaras que, mesmo à distância física, jamais nos deixaram desassistidos. Lembro-me com clareza da orientação precisa e do acolhimento remoto (numa época em que “remoto” era sinônimo de fax e telefone fixo, não de Teams ou Zoom) dos Juizes Federais Maria Lúcia de Souza, Marcos Augusto de Sousa e Vallisney de Souza Oliveira. Este último nome, como se verá, não é mera coincidência, mas uma prova de que os caminhos da administração pública, quando trilhados com retidão, são circulares.

Naquele tempo, o magistrado Vallisney de Souza Oliveira era um jovem e promissor juiz auxiliando a levar a Justiça Federal à terra de Macunaíma; hoje, reencontro-o como Desembargador Federal e Presidente deste TRF6. A vida funcional, para quem a vive com intensidade, é feita desses reencontros que nos fazem crer que estávamos, desde sempre, no lugar certo.

Mas, retomando a cronologia, como diz o ditado mineiro, “quem bebe água do Rio Doce, volta”. E eu, filha das Alterosas, carregava dentro de mim um chamado telúrico pelas montanhas. Em 2004, a saudade da terrinha, do pão de queijo quente e do sotaque cantado falou mais alto.

Após treze anos de calor equatorial, era hora de retornar ao clima ameno do Sudeste. Solicitei remoção para a Seção Judiciária de Minas Gerais, o coração do país, e foi como se as comportas do destino se abrissem novamente para alinhar os astros. Quem eu reencontro na 1ª Turma Recursal de Minas Gerais? Ele, o Juiz Renato Martins Prates. O mesmo que me dera posse em Roraima. Era o ciclo se fechando e, simultaneamente, se abrindo para uma nova e longa etapa.

O Juiz Renato Prates, ao assumir a Direção do Foro da Seção Judiciária mineira naquele mesmo ano de 2004, não hesitou em confiar-me uma missão das mais espinhosas e relevantes: a Direção do Núcleo de Controle Interno. Se Roraima havia sido a escola da logística e da superação física, Minas Gerais tornou-se doutorado em governança, transparência e conformidade. Era um novo mundo: lidar com auditorias e a complexidade de uma das maiores seccionais do país.

Em 2007, sob a gestão do magnífico Juiz Federal Carlos Roberto de Carvalho, exemplo de diálogo e ponderação, retornei ao habitat que me era tão familiar: a Secretaria Administrativa. Agora, porém, a escala era outra. A SJMG era um gigante.

A experiência de Roraima, onde se faziam “milagres” com poucos recursos, serviu de lastro para enfrentar os desafios orçamentários e estruturais de uma seccional com mais de duas dezenas de varas e milhares de processos. Nos anos seguintes, continuei a servir à Administração mineira, prestando assessoria jurídica à Direção do Foro. Foram dez anos nessa função de bastidor, analisando minutas, orientando decisões e garantindo a segurança jurídica dos atos administrativos.

A rotina, no entanto, nunca foi monótona para quem carrega o DNA da Seção de Roraima. De 2018 até agosto de 2022, voltei minhas energias para a base, para a “infantaria” que mantém os prédios de pé e as luzes acesas.

Assumi a Direção do Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais (hoje, SECAM). Ali, estava atenta à troca de uma lâmpada no teto do auditório, à limpeza das salas de audiência e à manutenção dos elevadores. E confesso: amei cada segundo. Paralelamente, atuei na Supervisão de Estágio. Ver o brilho nos olhos dos estudantes, a mesma chama que eu tinha em 1992, renovava minhas forças e me fazia acreditar no futuro do serviço público.

Então veio, finalmente, a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em agosto de 2022. O desmembramento, tão esperado e necessário para desafogar o TRF1 e aproximar a Justiça do cidadão mineiro, trouxe consigo um turbilhão de mudanças. E o destino, mais uma vez, deu as cartas com a precisão de um relojoeiro. Fui convocada para integrar a equipe de transição, com uma breve, porém intensa, passagem pela Assessoria da Presidência no alvorecer do novo Tribunal. Era o nascimento de uma nova Corte, e poder ver o TRF6 dar seus primeiros passos foi testemunhar a história se fazendo diante dos meus olhos.

Logo em seguida, fui alocada na Assessoria da Vice-Presidência e Corregedoria. E foi ali, nos corredores ainda cheirando a tinta nova e repletos de expectativas, que o ciclo amazônico-mineiro se fechou em um abraço simbólico do tempo. Reencontrei o agora Desembargador Federal Vallisney de Souza Oliveira. Lembrei-me imediatamente da Seccional de Roraima, das dificuldades logísticas, dos despachos conjuntos com o Amazonas. O destino não apenas nos reaproximou como colegas de instituição; ele me deu a honra de continuar a servir sob sua liderança.

Hoje, enquanto redijo este depoimento, faço parte da equipe da Presidência do TRF6, novamente ao lado do Desembargador Vallisney. Olho para meu computador, para os processos que passam por minhas mãos, e vejo o reflexo de 1992. Vejo a jovem que saiu de Minas para desbravar Roraima, que foi recebida pelo Juiz Federal Renato Prates e apoiada pelo então Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira. Vejo a servidora que voltou para casa, encontrou o magistrado Renato Prates novamente e hoje é testemunha da ascensão do magistrado Vallisney Oliveira à Presidência deste Tribunal.

Ser servidora da Justiça Federal há mais de trinta anos não é apenas ter um crachá funcional ou estabilidade. É ser guardiã de uma memória institucional viva. É ter ajudado a construir as pontes que hoje ligam o passado pioneiro de Roraima ao futuro promissor do TRF6.

É a certeza de que, seja na terra dos Macuxis ou nas montanhas de Minas, a Justiça se faz com pessoas. E eu tive a sorte imensa de caminhar ao lado de gigantes, aprendendo que a maior sentença que podemos proferir é a do compromisso com o bem público.

Que este livro sirva para que as novas gerações de servidoras e servidores saibam que o TRF6 não nasceu do nada. Ele nasceu da lida diária de milhares de anônimos e de encontros providenciais como esses que marcaram a minha trajetória. Dos rios do norte às montanhas do Sudeste, minha história se confunde com a história da Justiça Federal brasileira. E que honra é poder contá-la.

Capítulo 6



Trajetória do servidor Antônio Nohmi

Oficial de Justiça Avaliador na Subseção Judiciária de Pouso Alegre

O meu nome é Antônio Nohmi. Exerço o cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG, há mais de 20 anos. Sou servidor público federal em final de carreira. Sou servidor da Justiça Federal há mais de 35 anos e trabalho formalmente há mais de 38 anos. Tenho 63 anos de idade, sou brasileiro de origem árabe, origem da qual tenho muito orgulho. Sou cristão.

É com imensa satisfação e honra que recebo o convite feito pela DIREF-MG - Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, dirigida pelo Meritíssimo Juiz Federal Diretor do Foro, Doutor José Carlos Machado Júnior, para integrar o Projeto Livro Virtual – Volume I, intitulado “Nossa História, Minha Trajetória: Como Cheguei ao TRF6”. Agradeço imensamente a importância que me foi dada e esta oportunidade de fazer este pequeno relato para registro institucional e para que a minha voz seja ouvida.

Depois de tanto tempo de trabalho na Justiça Federal, não tenho como detalhar todos os acontecimentos, relacionamentos profissionais e emoções vividos. Assim, vou tentar fazer um resumo de tudo o que considero mais importante nesses mais de 35 anos de trabalho na Justiça Federal. Não vou falar apenas de trabalho, mas também de relações humanas.

Há mais ou menos 40 anos, eu morava com a minha mãe e com a minha irmã e precisava muito encontrar um emprego formal, porque a minha condição financeira e a da minha família não eram boas. Eu já havia virado rapaz e precisava de dinheiro para aproveitar a juventude. Naquela época, a escassez de empregos era grande e só conseguia emprego quem já tinha experiência. Como eu ainda não tinha experiência, não encontrava emprego formal com Carteira de Trabalho assinada. Naquele período, eu fazia bicos em um bar quando o proprietário passava vários meses por ano em sua cidade, localizada no interior de Minas Gerais, e deixava o irmão dele e eu trabalhando e tomando conta do estabelecimento até a sua volta para Belo Horizonte.

A partir dos 20 anos de idade, como eu não encontrava emprego formal com Carteira de Trabalho assinada e por influência de outras pessoas, passei a me candidatar em concursos públicos. No começo, participei de vários concursos, mas não consegui aprovação dentro das vagas em nenhum deles. Mais tarde, de tanto estudar e participar de concursos públicos, fiquei experiente e adquiri certo conhecimento das matérias cobradas.

Até o ano de 1988, antes da promulgação da atual Constituição Federal, havia somente o TFR (Tribunal Federal de Recursos), que foi extinto em 5 de outubro de 1988 com a promulgação da atual Constituição. Os concursos públicos do Tribunal Federal de Recursos eram frequentes; quase todos os anos o TFR abria concursos para diversos cargos. As disciplinas dos concursos da Justiça Federal para os cargos mais baixos eram quase sempre Português e Matemática. Algumas vezes também era cobrada a disciplina de Noções de Direito. Eu somente me candidatava quando não era exigida essa disciplina, porque já estava bem treinado em Português e Matemática e não sabia nada de Direito.

Na última vez em que me candidatei ao concurso público do TFR, no ano de 1987, fui aprovado com a segunda maior nota entre os candidatos participantes, mas, por erro no preenchimento do gabarito, fiquei com a terceira maior nota geral. Depois disso, fiquei aguardando ser chamado para tomar posse e entrar em exercício. O cargo para o qual me candidatei foi o de Atendente Judiciário, que exigia apenas escolaridade de 1º grau e tinha como atribuições, dentre outras, servir cafezinho para os juízes federais e lavar os carros oficiais dos magistrados.

No concurso de Oficial de Justiça, as disciplinas compreendiam 8 ramos do Direito e muitas outras leis, como a Lei de Execução Fiscal, regimento interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), Lei de Custas da Justiça Federal, Português e digitação.

Na mesma época, depois de ter feito o último concurso do TFR, também participei do concurso público da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e fui aprovado em primeiro lugar geral para o cargo de Agente de Administração, de nível de escolaridade de 2º grau. As disciplinas exigidas no concurso foram Português, Matemática e Datilografia. Eu era exímio datilógrafo e datilograva 200 toques por minuto.

Apesar de ter feito o concurso do TFR antes do concurso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a prefeitura me chamou primeiro para tomar posse e entrar em exercício no cargo de Agente de Administração, já que eu havia sido aprovado em primeiro lugar.

Em meados do ano de 1988, tomei posse e entrei em exercício no cargo de Agente de Administração na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, passando a trabalhar no Departamento de Fiscalização Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, expedindo Alvarás de Fiscalização Sanitária, recebendo documentos para análise e fornecendo informações sobre assuntos relacionados à fiscalização sanitária.

O ambiente do Departamento de Fiscalização Sanitária era muito alegre e saudável. Todos os servidores se respeitavam e conviviam bem. A nossa chefe respeitava todos os servidores, assim como também era respeitada por todos. Lá conheci várias pessoas e fiz grandes amigos. O Departamento de Fiscalização Sanitária não demorou muito para ser extinto depois que comecei a trabalhar lá. Antes da extinção, os servidores foram redistribuídos para outros órgãos e departamentos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Eu fui redistribuído para um posto de saúde no Bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte.

No dia da minha saída, não quis me despedir de ninguém, porque fiquei com medo das emoções, e me comprometi a voltar em outro dia para me despedir direito. Eu gostava muito do ambiente e das pessoas que trabalhavam lá e já havia criado laços de amizade.

Comecei, então, a trabalhar no posto de saúde do Bairro Santo Antônio. Eu cuidava do controle da quantidade de remédios no estoque da farmácia, do controle das vacinas nos refrigeradores, da frequência dos servidores e de outros serviços administrativos. Também participei de várias campanhas de vacinação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e vacinei muitas crianças contra a Poliomielite.

Participei também de diversas campanhas de atendimento à saúde realizadas em comunidades carentes próximas ao Bairro Santo Antônio. Nessas ocasiões, pude constatar de perto as duras mazelas enfrentadas por seus moradores. Havia muitos barracos precariamente construídos, alguns ainda inacabados, com chão de terra batida, telhados sem telhas suficientes e paredes de tijolos aparentes, sem qualquer reboco. Os espaços entre as moradias eram irregulares, sem ruas definidas, e o esgoto corria a céu aberto entre os casebres. A falta de abastecimento regular de água e a precariedade da energia elétrica completavam aquele cenário de extrema vulnerabilidade.

Em uma dessas visitas, vi um senhor já idoso caminhando logo pela manhã, segurando pelas mãos dois meninos pequenos. As crianças apresentavam sinais evidentes de abandono material: roupas sujas, falta de higiene e desnutrição. A cena me causou profunda compaixão.

Também me chamou a atenção um pequeno cachorro, magro, sujo e visivelmente desnutrido, com as costelas aparentes. Apesar de sua condição, abanava o rabo em um gesto simples e comovente, que igualmente despertou minha pena.

Todo aquele quadro de pobreza e sofrimento marcou profundamente meu espírito. Aos 26 anos de idade, ainda jovem e cheio de ideais, vi-me profundamente entristecido diante de uma realidade tão dura e desigual, cuja lembrança permanece viva em minha memória até hoje.

O ambiente do posto de saúde era ainda mais agradável e feliz do que o ambiente do Departamento de Fiscalização Sanitária. As enfermeiras e as auxiliares de enfermagem eram alegres e agradáveis; cada uma delas era mais engraçada do que a outra, e, na hora do lanche, havia descontração e muita alegria. Cada dia era mais feliz do que o outro.

O meu salário era muito baixo. Cheguei a ganhar menos de um salário mínimo por mês, mas a alegria e a satisfação da convivência profissional com as colegas compensavam o baixo salário. Eu entrava no posto de saúde rindo e saía gargalhando todos os dias. Havia dias em que eu não queria voltar para casa no final do expediente, por me sentir muito bem naquele ambiente, e cheguei até, algumas vezes, a dançar lambada, muito bem acompanhado.

Havia até uma piada na época dizendo que o então Presidente do Brasil, Fernando Collor, não gostava de lambada porque ela “mexia muito com a poupança”, em referência ao confisco das contas de poupança ocorrido naquele período.

Três anos se passaram e, finalmente, depois de quase quatro anos desde a realização do concurso do TFR, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região me chamou. Tomei posse e entrei em exercício no dia 5 de abril de 1991 no cargo de Atendente Judiciário da 9ª Vara Federal Criminal.

Quem me deu posse foi a Meritíssima Juíza Federal Doutora Assusete Dumont Reis Magalhães, então Diretora da Seção Judiciária de Minas Gerais, juntamente com o Doutor Wander Rocha Tanure, Diretor Administrativo da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Lembro-me de que eu e meus colegas tomaríamos posse e entraríamos em exercício no dia 1º de abril de 1991, mas a Doutora Assusete Dumont Reis Magalhães estava viajando. Assim, a posse foi adiada para o dia 5 de abril de 1991, o que me agradou muito, porque eu achava muito chato tomar posse e entrar em exercício justamente no Dia da Mentira. Eu não poderia correr o risco de que a posse e o exercício do cargo virassem mentira.

Recordo-me também de que não recebi o salário de abril no final daquele mês. Recebi, no final de maio de 1991, os salários referentes aos meses de abril e maio. Quando vi aquele dinheiro, não acreditei que tudo aquilo era meu, pois o salário da Justiça Federal referente ao mês de abril e maio de 1991, correspondiam juntos a sete vezes do que ganhava na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Com tanto dinheiro na conta, peguei uma boa quantia e fui gastar. Comprei calça nova, camisa nova, fui ao shopping, gastei dinheiro com bobagens de rapaz novo e fiquei muito alegre e satisfeito. Fiz a minha farinha.

Eu me lembro muito bem de que, antes da minha posse, o salário da Justiça Federal era muito baixo. Eu trabalhava na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte seis horas por dia, no período da tarde, e ganhava praticamente um salário mínimo por mês. Os funcionários da Justiça Federal trabalhavam oito horas por dia, no cargo de Atendente Judiciário, e também ganhavam praticamente um salário mínimo.

A Seção Judiciária de Minas Gerais da Justiça Federal, em Belo Horizonte, no ano de 1991, funcionava no edifício da Rua Carijós, nº 126, Centro, Belo Horizonte. Havia subseções em Minas Gerais apenas nas cidades de Juiz de Fora/MG, Uberaba/MG e Uberlândia/MG. Existiam somente 12 Varas Federais em Belo Horizonte.

Quando ingressei na 9ª Vara Federal Criminal, tinha 27 anos de idade. Naquela época, usava barba espessa e mantinha os cabelos compridos, caindo até os ombros, características que refletiam um pouco da minha juventude e de minha personalidade.

Eu praticava natação no período noturno, atividade da qual gostava muito e que contribuía para minha saúde e bem-estar. Entretanto, fui obrigado a abandoná-la em razão das exigências do trabalho. A jornada diária era de oito horas, encerrando-se às 19 horas, exatamente o mesmo horário em que começavam as aulas de natação. Diante da impossibilidade de conciliar os compromissos profissionais com a prática esportiva, não tive alternativa senão interromper essa atividade.

Foi mais uma das adaptações que a vida profissional exigiu naquele período de transição para a vida adulta, quando as responsabilidades do trabalho passaram a ocupar espaço cada vez maior em minha rotina.

Quando cheguei à 9ª Vara Federal Criminal, que funcionava no 9º andar, fui apresentado aos meus novos colegas de trabalho. Senti imediatamente toda a seriedade de uma vara criminal. No início, tive receio de manusear e trabalhar com inquéritos e ações penais, mas, aos poucos, fui perdendo o medo e aprendendo cada vez mais o trabalho de secretaria.

Ainda eram utilizadas máquinas de escrever; não havia computadores. Os processos eram físicos. Os inquéritos policiais tinham capa azul, e as ações penais, capa verde. Raramente uma ação penal tinha menos de dois volumes e menos de 200 folhas de papel ofício.

O Diretor da Secretaria me designou para trabalhar no balcão de atendimento, atendendo advogados, o servidor do Ministério Público Federal e agentes da Polícia Federal, realizando carga, remessa e recebimento de inquéritos policiais e ações penais. Assim, passei a conhecer todos os advogados criminalistas que atuavam na Justiça Federal.

Trabalhei por quase quinze anos na 9ª Federal Criminal, período que guardo com enorme carinho em minha memória. Além das atividades profissionais, tive a oportunidade de participar de inúmeros momentos de confraternização que fortaleceram os laços de amizade e companheirismo entre servidores e magistrados.

Durante a gestão do Doutor Francisco de Assis Betti como Diretor da Subseção Judiciária de Minas Gerais, eram frequentes as comemorações em datas especiais. Havia épocas em que as confraternizações aconteciam quase todos os meses, geralmente às sextas-feiras. As confraternizações aconteciam uma vez ao mês no Pilotis da Justiça Federal. Esses encontros eram aguardados com grande entusiasmo por todos nós.

Nesses momentos, servidores e juízes se reuniam em um ambiente descontraído e acolhedor, deixando de lado, por algumas horas, as preocupações e responsabilidades do trabalho. As conversas se estendiam, as amizades se fortaleciam e todos saíamos das festas mais alegres e renovados.

As confraternizações eram sempre muito fartas. Não faltavam espetinhos de carne, salgadinhos variados, croquetes, pavês, docinhos de festa, refrigerantes e água. Havia comida e bebida em abundância, música animada e um clima de alegria que contagiava a todos. Eram ocasiões simples, mas repletas de significado, que contribuíam para tornar o ambiente de trabalho mais humano e agradável.

Hoje, ao recordar aqueles anos, sinto uma profunda saudade daquela época e, especialmente, daqueles dias de convivência fraterna. Foram momentos felizes que permaneceram gravados em minha memória e que fazem parte das melhores lembranças de minha trajetória profissional.

O salário da Justiça Federal, antes da minha chegada, era muito baixo, e a carga horária de trabalho era de oito horas diárias, de segunda-feira a sexta-feira.

Pouco tempo depois da minha chegada à 9ª Vara Federal Criminal, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região desapropriou o edifício localizado na Avenida Álvares Cabral, nº 1.805, Bairro Santo Agostinho, para ali estabelecer a sede da Seção Judiciária de Minas Gerais da Justiça Federal em Belo Horizonte.

O edifício ainda estava em fase de acabamento, pertencia à Construtora Líder e, segundo comentários da época, a Justiça Federal o avaliou em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). A Construtora Líder não aceitou o valor da avaliação e ingressou em juízo, na própria Justiça Federal, buscando obter um valor mais elevado pelo imóvel.

Nos dias da mudança da Justiça Federal para o novo endereço, os servidores da 9ª Vara desapareceram. Assim, sozinho, carreguei todos os processos da 9ª Vara Federal, que funcionava no 9º andar do edifício da Rua Carijós, nº 126, no Centro de Belo Horizonte. Coloquei os processos nos elevadores, desci com eles até o andar térreo e carreguei os caminhões que fariam o transporte.

Depois, descarreguei os processos no andar térreo do edifício da Avenida Álvares Cabral, nº 1.805, no Bairro Santo Agostinho, coloquei novamente os processos nos elevadores, retirei-os dos elevadores e os carreguei até o 9º andar, onde passaria a funcionar a 9ª Vara Federal.

Quando comecei a trabalhar na 9ª Vara Federal, o juiz titular era o Doutor Hélder Afonso dos Santos, a quem fui apresentado pelo Diretor da Secretaria, Doutor Vicente de Oliveira Silva.

O Doutor Hélder Afonso dos Santos era um juiz muito sério, educado, humano, inteligente e grande conhecedor do Direito. Tratava com muita educação e respeito às partes e todos os servidores, sendo admirado por todos.

Os diretores de secretaria eram muito bem escolhidos dentre os servidores, pois precisavam conhecer profundamente todo o trabalho de secretaria e possuir bom conhecimento jurídico. O Doutor Vicente de Oliveira Silva, Diretor de Secretaria da 9ª Vara Federal, tinha apenas 31 anos de idade e já havia sido aprovado em concurso para Promotor de Justiça aos 29 anos. Contudo, adiou a posse no Ministério Público Estadual de Minas Gerais porque desejava ser Juiz Federal. Antes de assumir a função de Diretor de Secretaria, havia trabalhado como motorista do juiz.

Trabalhei pouco tempo com o Doutor Vicente de Oliveira Silva, mas, mesmo assim, percebi tratar-se de um homem extremamente competente, capaz, honesto, diligente, educado, esforçado, determinado, estudioso e muito inteligente, que sempre soube conduzir a secretaria da melhor forma. Ele sempre me tratou com muita educação e respeito, demonstrando, dessa maneira, como deve se comportar um Diretor de Secretaria.

Recentemente, o Doutor Vicente de Oliveira Silva foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para o biênio 2026/2028.

O Doutor Vicente de Oliveira Silva despediu-se da 9ª Vara Federal e tomou posse como Promotor de Justiça. Assumiu, então, a função de Diretora de Secretaria a Doutora Elizabeth de Oliveira Osório, pessoa de vasto conhecimento sobre todo o trabalho de secretaria e de grande conhecimento jurídico.

Faço aqui uma homenagem especial à Doutora Elizabeth de Oliveira Osório, porque ela foi a melhor servidora pública que conheci. Em mais de 38 anos de serviço público, jamais conheci outra servidora ou servidor mais competente e capaz do que ela.

Ela era capaz de executar, com perfeição, qualquer serviço desempenhado por qualquer servidor da secretaria, assim como qualquer atividade do gabinete do juiz. Também sabia dirigir a secretaria de forma exemplar, fazendo com que tudo funcionasse harmoniosamente.

Tive excelente convivência profissional com ela, que me ensinou, orientou e advertiu, sempre de forma muito educada, para o meu bem e para facilitar e melhorar a produtividade do serviço que eu realizava na secretaria.

Competência, capacidade, bom humor, educação, inteligência, diligência, prestimosidade, honestidade, humanismo e boa comunicação eram e continuam sendo algumas das qualidades que pertenciam e pertencem à Doutora Elizabeth de Oliveira Osório, pessoa que admiro profundamente.

Quando o Doutor Hélder Afonso dos Santos aposentou-se, eu tinha pouco tempo de trabalho na 9ª Vara Federal. Muito me entristeceu o falecimento do Doutor Hélder Afonso dos Santos, ocorrido há poucos anos.

O Doutor Francisco de Assis Betti assumiu a titularidade da 9ª Vara Federal. O Doutor Francisco de Assis Betti, a quem todos chamavam simplesmente de Doutor Betti, era um juiz muito tranquilo, comunicativo, inteligente, educado, humano, respeitador e respeitado. Possuía grande conhecimento jurídico, atendia muito bem as partes e os servidores e cativava a todos com seu carisma natural. Não havia quem não gostasse dele.

O Doutor Betti presidiu a 9ª Vara Federal de forma harmônica e criou, juntamente com seus servidores e seus diretores, primeiro com a Doutora Elizabeth de Oliveira Osório e, depois, com o Doutor Gustavo Prado Neto, um ambiente alegre, saudável e totalmente propício ao trabalho produtivo.

Todos os servidores trabalhavam muito satisfeitos, como deve acontecer em uma secretaria.

Destaco também o Juiz Federal Doutor Guilherme Mendonça Doehler e o Juiz Federal Doutor Murilo Fernandes de Almeida, que foram juízes federais substitutos da 9ª Vara Federal Criminal. Apesar da pouca convivência profissional que tive com eles, pude perceber a competência, a capacidade, a educação, o bom humor, o respeito e a inteligência que demonstravam possuir. Sempre fui muito bem recebido e tratado em seus gabinetes.

Além de trabalhar no balcão de atendimento, recebendo e realizando carga de processos penais para advogados em livro próprio; recebendo e fazendo remessa de inquéritos policiais para a Polícia Federal, em listas de processos; e recebendo e remetendo ações penais ao Ministério Público Federal, também em listas próprias, eu realizava diversas outras atividades.

Fazia juntada de documentos e petições nas ações penais, passei a realizar a publicação de despachos, decisões e sentenças da 9ª Vara Federal, além de efetuar o lançamento dos nomes dos réus no livro denominado Rol dos Culpados. Também realizava o tombamento de processos nos livros Tombos, dentre outros serviços.

O livro Rol dos Culpados era um grande livro em que eram anotados resumos das sentenças condenatórias, contendo informações como os nomes dos réus, os artigos pelos quais haviam sido condenados e outros dados relevantes.

Havia vários livros Tombos, e cada um possuía um número em algarismos romanos correspondente a determinada classe processual. O livro Tombo das ações penais era o de número VII, enquanto o dos inquéritos policiais era o de número IX. Nesses grandes livros eram registrados os dados dos processos após a autuação, como número do processo, nomes dos réus e os dispositivos legais pelos quais os acusados haviam sido denunciados, no caso das ações penais.

Também realizava o lançamento das fases processuais, atividade que consistia em registrar, nos terminais de computador já existentes na Justiça Federal, a localização física dos processos de acordo com os despachos e decisões judiciais.

No começo do ano de 1995, iniciei o curso de Direito na Faculdade de Direito Milton Campos. Após minha formação acadêmica, complementei os estudos e realizei várias pós-graduações. Em 1997, a nossa Diretora de Secretaria, Doutora Elizabeth de Oliveira Osório, aposentou-se. Assumiu então a direção da 9ª Vara Federal o Doutor Gustavo Prado Neto, com quem mantive excelente relacionamento profissional e pessoal.

O Doutor Gustavo Prado Neto era um diretor muito competente, capaz, inteligente, educado e bem-humorado, que conduzia a secretaria da melhor forma possível. Ele me ajudou muito no trabalho da secretaria, ensinando-me novos serviços, orientando-me e advertindo-me diversas vezes para facilitar o trabalho e torná-lo mais produtivo.

No ano de 1999, formei-me em Direito. Em seguida, comecei a estudar para o concurso de Oficial de Justiça Avaliador Federal. No ano de 2001, fui aprovado no concurso para o cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal na primeira vez em que me candidatei, sem sequer ter feito curso preparatório específico para o certame.

No ano de 2005, o Doutor Francisco de Assis Betti foi promovido a Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, e a Justiça Federal iniciou um processo de expansão, instalando várias subseções judiciárias em diferentes cidades de Minas Gerais.

Havia poucas vagas para Oficiais de Justiça Avaliadores Federais em Belo Horizonte. Os candidatos aprovados nas primeiras colocações ficaram com as vagas da capital. A cidade mais próxima de Belo Horizonte em que consegui vaga foi Pouso Alegre/MG.

No dia 13 de janeiro de 2006, uma sexta-feira, 13 e também o último dia do prazo para a posse, tomei posse no cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal e entrei em exercício na Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG.

O juiz federal que me deu posse foi o Doutor Luiz Antônio Ribeiro da Cruz, que trabalhava na Subseção Judiciária de Varginha/MG, porque naquele dia não havia juiz federal em exercício em Pouso Alegre/MG.

Naquela época, existia apenas uma vara na Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG, que possuía competência para processar e julgar todas as matérias de competência da Justiça Federal.

O Juiz Diretor da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG, quando cheguei à cidade, era o Meritíssimo Juiz Federal Doutor Sidiny Garcia Filho, e o Diretor de Secretaria era o Doutor Robson Pereira Pequeno.

O Doutor Sidiny Garcia Filho foi um dos melhores juízes com quem trabalhei. Era um magistrado muito tranquilo, extremamente educado e que cumprimentava todas as pessoas que encontrava ao chegar à subseção. Tratava todos com muito respeito, fazia tudo para facilitar o trabalho da secretaria e dirigia a subseção de forma harmônica e da melhor maneira possível, providenciando todos os recursos e materiais necessários ao bom funcionamento da recém-criada subseção, que ainda não estava totalmente estruturada.

O Doutor Sidiny Garcia Filho era um grande conhecedor do Direito e demonstrava excelência em todos os aspectos do relacionamento profissional e pessoal. Recentemente, fiquei muito entristecido ao receber, do Doutor José Carlos Machado Júnior, a notícia de seu falecimento, ocorrido no ano de 2024.

O Doutor Robson Pereira Pequeno foi o melhor Diretor de Secretaria com quem tive a honra de trabalhar. Além de colega de trabalho, considero-o meu amigo. Era uma pessoa muito tranquila, extremamente educada e amiga de todos os servidores. Resolvia, com enorme presteza, todos os problemas da subseção e atendia da melhor forma possível todas as demandas e pedidos apresentados pelos servidores.

Providenciava, no menor tempo possível, todos os recursos e materiais de que a recém-criada subseção necessitava. Competência, educação, inteligência, diligência, prestimosidade, honestidade, comunicação, religiosidade, bondade, empatia e amizade eram e continuam sendo apenas algumas das qualidades que pertenciam e pertencem ao Doutor Robson Pereira Pequeno, pessoa que admiro profundamente.

Todos nós, servidores, choramos emocionados quando ele deixou a Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG, após o retorno do Doutor Sidiny Garcia Filho para a Subseção Judiciária de Juiz de Fora, onde o Doutor Robson era lotado. Nós dois nos emocionamos muito em nossas conversas e ao compartilharmos histórias e experiências um com o outro.

Atualmente, a Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG possui duas Varas Federais, dois juízes titulares e dois juízes substitutos.

O meu trabalho como Oficial de Justiça na Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG é semelhante ao de qualquer outro Oficial de Justiça. Trata-se de um trabalho solitário e, muitas vezes, perigoso. Quando o oficial sai de casa, sabe que não tem hora para voltar. Percorre cidades e estradas desconhecidas, vai frequentemente para a zona rural e encontra estradas de terra que, na época das chuvas, transformam-se em puro barro, deixando o veículo atolado e exigindo até mesmo o auxílio de reboque.

O Oficial de Justiça Avaliador Federal enfrenta muitos riscos, porque não conhece as pessoas que irá intimar nem os proprietários dos bens que deverá penhorar. Por isso, nunca sabe exatamente o que pode acontecer, principalmente em locais distantes, desconhecidos ou pouco conhecidos.

Atualmente, o raio de competência para cumprimento de mandados da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG é de 100 quilômetros contados da cidade de Pouso Alegre/MG, abrangendo mais de 50 municípios.

No exercício da função de Oficial de Justiça, apesar de quase todo o trabalho transcorrer dentro da normalidade, enfrentei alguns perrengues ao longo dos anos. Já tive dificuldade para localizar pessoas em regiões muito distantes e quase inacessíveis; já senti receio ao intimar madeireiros em locais ermos e afastados da zona urbana; já levei mais de um mês para intimar um senhor que se escondia por acreditar que eu iria prendê-lo por falta de pagamento de pensão alimentícia.

Também já fiquei com o carro atolado em estradas rurais durante períodos de chuva, em cidades distantes de Pouso Alegre/MG; já precisei diligenciar em sete endereços diferentes para intimar uma única pessoa; já tive de penhorar mais de vinte imóveis de uma só vez em um único processo; e já precisei penhorar o mesmo imóvel várias vezes sem que o leilão fosse realizado.

Agora, depois de trabalhar três anos na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e mais de 35 anos na Justiça Federal, poderei me aposentar a partir do dia 21 de agosto de 2026. Atualmente, estou cumprindo o pedágio de três anos decorrente da Reforma da Previdência de 2019.

A minha história na Justiça Federal foi contada. Assim cheguei ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

É com muita satisfação que redigi este pequeno relato da minha vida profissional na Justiça Federal, o que me deixou profundamente emocionado. Agradeço ao Meritíssimo Juiz Federal Diretor do Foro, Doutor José Carlos Machado Júnior, e à DIREF-MG - Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais por esta oportunidade especial de registrar este depoimento, que ficará para a posteridade.

Quero deixar aqui registrado que escolhi ser Oficial de Justiça Avaliador Federal porque gosto muito das atribuições do cargo. Gostei muito de trabalhar internamente na Secretaria da 9ª Vara Federal Criminal e também me sinto muito satisfeito e realizado exercendo o cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal.

Apesar dos vários perrengues enfrentados ao longo da carreira, existem também aspectos muito positivos na função, como a maior liberdade para trabalhar sem horário fixo e a importância do serviço prestado nas intimações, citações e em todas as demais diligências.

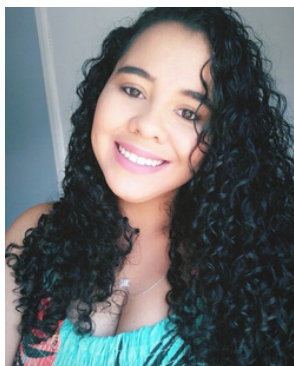
Tenho que afirmar que toda a satisfação, alegria, tranquilidade e os bens materiais conquistados ao longo dessa jornada de tantos anos de trabalho foram alcançados em virtude do meu trabalho honesto na Justiça Federal.

Sempre trabalhei na Justiça Federal com muita competência, capacidade, honestidade, diligência e respeito ao cumprimento das ordens expedidas pelos juízes federais e pelos diretores de secretaria. Por isso, agradeço a todos os juízes e colegas servidores que contribuíram para o meu sucesso profissional e para o meu desenvolvimento pessoal.

Confesso que houve alguns desentendimentos com determinados colegas de trabalho, o que considero algo natural diante da convivência profissional diária.

Como cristão que sou, sei que todos nós somos pecadores e que precisamos nos humilhar diariamente diante de Deus para que Ele nos proteja, nos ajude a viver conforme os seus mandamentos, perdoe os nossos pecados e tenha misericórdia de nós na hora da nossa morte.

Capítulo 7



Trajatória da colaboradora Bianca Figueiredo Ribeiro

Assistente de Apoio Financeiro na Secretaria de Administração e Serviços

Ingressei no Tribunal em dezembro de 2020, como estagiária na Diretoria do Foro (DIREF), em um período em que Minas Gerais ainda estava vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. À época, eu cursava Administração e, embora já tivesse tido outras experiências profissionais, aquele foi meu primeiro contato com o serviço público.

Na DIREF, tive a oportunidade de trabalhar com as servidoras Mariza da Matta Alvarenga, Silene Soares Lemos, Anna Carolina Silva e Fernanda Alvares Santos, sob a gestão da Diretora do Foro, Juíza Federal Vânia Cardoso André de Moraes. Foi um período de muito aprendizado, no qual passei a compreender, na prática, o funcionamento de um órgão público, suas rotinas, responsabilidades e a importância do trabalho desenvolvido por cada área.

Em março de 2022, encerrei minhas atividades como estagiária em razão da conclusão da graduação. Apesar de se tratar de um encerramento de ciclo esperado, permaneci com o desejo de, em algum momento, retornar ao Tribunal e dar continuidade àquela experiência.

Esse retorno ocorreu em dezembro de 2022, quando, por intermédio da servidora Fernanda, fui convidada a retornar, já no contexto do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, como colaboradora terceirizada, no cargo de Auxiliar Administrativo II. Fui lotada na Diretoria-Geral (DIGER), onde passei a atuar ao lado de Claudete Grossi, Fernanda Alvares Santos, Melissa Rodrigues Santos e Edmundo Veras, que, à época, exercia a função de Diretor-Geral.

Essa nova etapa foi marcada por um aumento de responsabilidades, permitindo uma contribuição mais direta nas atividades da unidade. Quando retornei, o TRF6 tinha apenas quatro meses de criação e ainda se encontrava em processo de estruturação. Por estar lotada na DIGER, tive a oportunidade de acompanhar mais de perto esse momento de organização institucional, o que ampliou minha visão sobre as mudanças em curso.

Foi um setor que exigia grande responsabilidade, mas que também contribuiu de forma decisiva para a profissional que me tornei. Nesse período, duas pessoas tiveram papel fundamental no meu crescimento profissional: Claudete Grossi, por ser uma referência tanto no âmbito profissional quanto pessoal, sempre acreditando na minha capacidade e me incentivando a evoluir; e Edmundo Veras, por me proporcionar oportunidades que foram essenciais para o meu desenvolvimento dentro da instituição.

Permaneci na DIGER até agosto de 2024, período em que continuei ampliando meus conhecimentos e consolidando minha experiência no âmbito administrativo do Tribunal.

Com a mudança de gestão, surgiu a oportunidade de integrar a Secretaria de Administração e Serviços (SECAM), passando a atuar na área de contratações. Juntamente com essa transição, fui promovida ao cargo de Assistente de Apoio Financeiro, função que exerço atualmente.

A atuação na SECAM trouxe novos desafios e exigiu o desenvolvimento de competências específicas, especialmente relacionadas à análise de processos de contratação. Além disso, encontrei um ambiente de trabalho colaborativo, com pessoas que contribuem diariamente para o meu desenvolvimento. Trata-se de um setor que exige muito de todos, mas no qual também se destaca o espírito de equipe e a cooperação entre os integrantes.

Paralelamente às minhas atividades, também integro, desde a sua criação, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação do 2º Grau, ao lado da Desembargadora Federal Luciana Pinheiro Costa. A participação na comissão tem sido uma experiência especialmente significativa, por possibilitar a atuação em iniciativas voltadas à promoção de um ambiente institucional mais seguro, respeitoso e acolhedor.

Nesse contexto, contribuí para a implementação de ações importantes, como a criação do canal de denúncias, a estruturação da página da comissão no site oficial do TRF6 e a elaboração de cartilha informativa.

Essas iniciativas refletem o esforço coletivo em fortalecer mecanismos de prevenção e conscientização dentro da instituição.

Ao longo dessa trajetória, tive a oportunidade de conviver com pessoas que contribuíram significativamente para o meu desenvolvimento, seja por meio de ensinamentos, apoio ou pela confiança depositada no meu trabalho, o que fez toda a diferença na minha formação profissional.

Sinto satisfação ao perceber o quanto evolui ao longo desse percurso. Olhar para a minha trajetória no TRF6 não é apenas recordar as atividades desempenhadas, mas, sobretudo, reconhecer a importância das pessoas que fizeram parte dessa caminhada e que contribuíram para que ela se tornasse tão significativa.

Capítulo 8



Trajetória do Juiz Federal aposentado Carlos Roberto de Carvalho

A minha trajetória profissional e pessoal foi sendo construída passo a passo até chegar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, posteriormente, ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Meu nome é Carlos Roberto de Carvalho. Nasci em 29 de outubro de 1950, em Buenópolis, Minas Gerais. Sou brasileiro, filho de Pedro Rodrigues de Carvalho e Maria do Rosário Rodrigues. Casei-me com Elizabeth Rodrigues de Carvalho em 12 de janeiro de 1978, e tenho como filhos Cecília, Felipe Rozário Carvalho, Rozário Rodrigues de Carvalho e Izadora Rodrigues de Carvalho. Tenho também um filho de criação, Bruno Guilherme de Jesus Alves.

Iniciei minha trajetória profissional no Gabinete Particular da Vice-Presidência da República, à época em que o Vice-Presidente era José Maria Alckmin. Em seguida, trabalhei por nove anos nas Águas Minerais de Minas Gerais S/A (HidroMinas), tendo sido, em parte desse período, requisitado pelo Prefeito de Belo Horizonte, à época Oswaldo Pieruccetti, ficando lotado na Superintendência Municipal de Turismo em Belo Horizonte, atual Secretaria Municipal de Cultura Informação, Turismo e Esporte, entre 1967 e 1976.

No ano de 1976, me graduei em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Após a conclusão do curso, exerci a advocacia privada por oito anos, atuando na assessoria jurídica empresarial ao lado de Djalma de Souza Vilela, João Fabiano Maia e também em meu próprio nome.

Posteriormente, ingressei na advocacia pública, atuando no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no Departamento de Procuradoria, onde permaneci por 12 anos, entre 1982 e 1994.

Em 1994, iniciei minha carreira na magistratura federal, na qual permaneci por 31 anos, até 2025. Ao todo, consolidei 62 anos de atividade em registros públicos, sendo 51 anos especificamente na área jurídica, distribuídos em 20 anos na advocacia pública e 31 anos na magistratura federal.

Durante minha atuação como magistrado, exerci, de 1994 a 1999, a função de Juiz Substituto na 10ª Vara. De 1999 a 2025, atuei como Juiz Titular da 22ª Vara, acompanhando toda a existência da unidade até a sua extinção.

Também desempenhei funções administrativas e eleitorais relevantes. Fui Vice-Diretor do Foro na Seção Judiciária de Minas Gerais entre 2007 e 2008 e Diretor do Foro entre 2008 e 2009. Atuei ainda como Juiz Suplente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais de 2014 a 2015 e, posteriormente, como Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, de 2015 a 2017.

No campo acadêmico e institucional, participei do Seminário de Direito Ambiental para Juízes Brasileiros, realizado em Limoges, na França, no ano de 2004.

Ao longo da minha carreira, recebi algumas distinções, entre elas a Medalha Justiça do Século XXI, em 2007, e a Comenda Grã-Cruz do Mérito Judiciário “Milton Campos”, nos anos de 2008, 2009 e 2012.

Por último, atuei no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, criado pela Lei nº 14.226/2021, até que, em 24 de outubro de 2025, alcancei a aposentadoria.

Minha saudação ao digno Diretor do Foro pela iniciativa.

Minha gratidão ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF1, ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 e aos seus servidores.

Meu agradecimento a Deus pelas bênçãos de saúde, paz e felicidade que me permitiram esses 62 anos de labor.

Capítulo 9



Trajetória da servidora Christianne Callado de Souza
Analista Judiciária

Antes de me tornar servidora pública federal, eu atuava no mercado como jornalista e radialista, em virtude da minha formação em Comunicação Social/Jornalismo e Pós-Graduação em Gestão Estratégica da Comunicação. Trabalhava como produtora executiva e jornalista na Rádio Inconfidência.

Quando tomei posse no cargo que hoje se denomina Técnico Judiciário, não existia ainda a área de Comunicação Social na Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. Por isso, fui lotada na Diretoria do Foro da Seção Judiciária, com a missão de estabelecer um serviço de comunicação, entre outras tarefas.

Sob a supervisão da Chefe de Gabinete à época, Lilian Fagundes, desenvolvi um plano de trabalho ajustado à realidade da incipiente comunicação social da Justiça.

Dessa forma, eu e Lilian criamos o clipping de notícias, que era impresso e colocado à mesa de cada juiz federal da SJMG, diariamente; o “Jornal Mural”, em acrílico, existente em todos os andares da Sede da Seccional; fizemos um cadastro de jornalistas e autoridades do mundo oficial e escrevemos releases de notícias para a imprensa. Realizávamos também seminários como os “Painéis da Justiça Federal”, palestras e todo tipo de solenidade oficial.

A área administrativa da Justiça havia passado por uma grande reestruturação, o que abriu novas e diversas possibilidades de trabalho. Assim, eu passei a ser a supervisora da Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos (SEDER), onde trabalhei por dez anos, ao lado da Mônica Belisário e da Renata Pimenta, entre outros colegas. Era uma seção muito dinâmica, que me trouxe uma oportunidade única de aprendizado, pois abarcava uma série de tarefas ligadas à organização de eventos de capacitação e de arte e cultura; estudos de gestão de pessoas, planejamento estratégico e qualidade de vida no trabalho.

Em 1997, passei em novo concurso público, desta vez para o cargo de Nível Superior - Analista Judiciário/ Área Administrativa do TRF1/ SJMG, que havia sido aberto, na época, com apenas uma vaga. Meu filho era ainda bem pequeno, havia as obrigações do trabalho na Justiça Federal e as responsabilidades domésticas - e, com isso, ficou difícil estudar em casa. Para poder me concentrar melhor nos estudos, fiz um cursinho preparatório - o que me ajudou a conquistar o primeiro lugar no concurso e tomar posse logo depois.

Em 2004, o saudoso Juiz Federal Renato Martins Prates, Diretor do Foro naquela ocasião, convidou-me para ser a supervisora da Seção de Comunicação Social e editar a primeira revista publicada pela Justiça Federal de Minas Gerais: a “Justiça em Revista”, que teve 13 números, inclusive uma série digital. Foi um retorno a minha profissão de origem, trazendo novo impulso à carreira na Justiça Federal.

Nesse período inicial da revista, eu, Carla Costa Poppe e Ana Clédia Zorzal fazíamos todas as tarefas: redação, entrevistas, projeto gráfico, diagramação e fotografias. Havia um Conselho Editorial formado por juízes federais, responsável por selecionar artigos e matérias.

Na Seção de Comunicação Social da SJMG e na Assessoria de Comunicação Social do TRF6, tive a felicidade de ter implantado vários projetos expressivos ao lado de meus colegas, como a TV Corporativa, hoje presente em todos os andares dos edifícios do nosso tribunal; o informativo eletrônico “Em Dia com a 6ª Região” e o site do TRF6. Foi um período bastante produtivo da minha vida, que significou 19 anos na gestão da Comunicação Social.

Os servidores da equipe da Seção de Comunicação Social, assim como todos os servidores da área administrativa da Seção Judiciária de Minas Gerais, foram removidos de ofício para o novo Tribunal.

Após passar pela seleção de pessoal feita pela nova gestão, tornei-me a primeira Assessora-Chefe da Assessoria de Comunicação Social do TRF6.

Como todos sabem, o período inicial do TRF6 exigiu um trabalho árduo dos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores. Considero-me uma das testemunhas desse período, o qual abrangeu a preparação de várias contratações e projetos até a solenidade de inauguração e a primeira fase de funcionamento.

Éramos uma equipe de apenas cinco pessoas no primeiro grau, que foram transportadas para o Tribunal, e nos responsabilizávamos pelas tarefas de comunicação social da estrutura compartilhada entre o 1º e o 2º Graus da Justiça Federal.

No primeiro ano do TRF6, lidamos com a falta de pessoal e de equipamentos, na recém-criada Assessoria de Comunicação Social, mas nos desdobramos para atender a todos os magistrados das duas instâncias, aos servidores, aos jornalistas e aos representantes de órgãos públicos. Enfrentamos um desafio comum às unidades administrativas do novo órgão.

A jornada no TRF6 tem sido um grande aprendizado!

Quando fiz o primeiro concurso para a Seção Judiciária de Minas Gerais, eu procurava a solidez e a estabilidade de uma instituição séria e respeitada. A Justiça Federal é mais do que isso em minha vida: é onde aprendi a crescer como profissional e como pessoa; e onde pude inovar e realizar, sempre ao lado de colegas incríveis.

Sou muito grata à Justiça Federal, por ser uma instituição que estimula continuamente a minha capacitação, oferecendo-me sempre a oportunidade de novos conhecimentos e desafios.

No momento, atuo como redatora no Gabinete da Presidência do TRF6 e continuo buscando aperfeiçoar o meu trabalho – esse ofício que, diariamente, me traz uma riqueza de aprendizados e interações humanas preciosas.

Capítulo 10



Trajetória do colaborador Cilas Anicésio da Silva Júnior

Assistente administrativo na Subseção Judiciária de Patos de Minas

Quando olho para minha trajetória profissional, percebo que ela se confunde com a própria evolução da Subseção Judiciária de Patos de Minas e, de certa forma, com as transformações vividas pela Justiça Federal ao longo dos últimos anos.

Meu primeiro contato com a Justiça Federal ocorreu de maneira simples, mas extremamente marcante para minha vida. Na época, comecei trabalhando nos Correios da Subseção, como terceirizado, em um período em que os processos judiciais ainda eram físicos e grande parte da comunicação entre os órgãos dependia do envio de cartas processuais, malotes e documentos impressos. Era uma realidade muito diferente da atual.

Havia um fluxo constante de papéis, protocolos, movimentações físicas e rotinas que, hoje, foram praticamente absorvidas pelos sistemas eletrônicos. Mesmo atuando inicialmente em um setor de apoio, aquele contato diário com a Justiça Federal despertava em mim uma grande admiração pela instituição.

Existia algo naquele ambiente que me chamava atenção: a seriedade do trabalho, a organização administrativa e o sentimento de responsabilidade coletiva percebido entre as pessoas que ali atuavam.

Foi justamente durante esse período que tive a oportunidade de ingressar na Subseção Judiciária de Patos de Minas como estagiário voluntário do curso de Direito.

Essa experiência teve um impacto profundamente significativo na minha vida. Mais do que adquirir conhecimento técnico, comecei a compreender o funcionamento interno da Justiça Federal e a relevância social do trabalho desenvolvido dentro da instituição.

A convivência diária com magistrados, servidores, colaboradores e estagiários despertou em mim um forte sentimento de pertencimento. Aos poucos, fui entendendo que aquele ambiente não era apenas um local de trabalho, mas também um espaço de formação profissional e humana.

Com o passar do tempo, permaneci na Subseção Judiciária de Patos de Minas e acompanhei de perto as mudanças estruturais e tecnológicas vividas pela Justiça Federal. Vivi a transição do processo físico para o eletrônico, acompanhei a modernização das rotinas administrativas, a implantação de novos sistemas e a transformação da dinâmica de trabalho nas unidades judiciais. Enquanto a instituição evoluía, eu também crescia junto com ela.

Ao longo dessa caminhada, tive a oportunidade de assumir novas responsabilidades e me desenvolver profissionalmente dentro da própria Subseção. Com dedicação e aprendizado constante, passei a atuar diretamente na área administrativa e, posteriormente, tornei-me assistente, função que exerço atualmente.

Nunca saí da Subseção Judiciária de Patos de Minas, e acredito que isso diz muito sobre a relação que construí com a instituição ao longo desses anos. Grande parte da minha formação profissional aconteceu dentro da Justiça Federal. Foi aqui que amadureci profissionalmente, aprendi a lidar com responsabilidades administrativas, desenvolvi minha forma de trabalhar e construir valores que levo comigo até hoje.

Atualmente, atuo diretamente com demandas administrativas relacionadas à gestão da unidade, acompanhando contratos, procedimentos administrativos, planejamento de contratações, suprimento de fundos, comunicações institucionais e diversas outras atividades essenciais ao funcionamento da Subseção. Essa experiência me permitiu enxergar a Justiça Federal sob diferentes perspectivas ao longo do tempo.

Já acompanhei rotinas operacionais mais simples, atividades de apoio, demandas administrativas complexas e importantes mudanças institucionais.

Cada etapa contribuiu para ampliar minha visão sobre o serviço público e sobre a relevância do trabalho realizado nos bastidores da prestação jurisdicional.

A Justiça Federal teve papel fundamental na definição dos meus objetivos profissionais e pessoais. Foi dentro da Subseção Judiciária de Patos de Minas que passei a enxergar o serviço público não apenas como uma oportunidade de trabalho, mas como um verdadeiro projeto de vida.

A convivência diária com profissionais comprometidos, a seriedade institucional e o senso de responsabilidade presente na Justiça Federal despertaram em mim o desejo de continuar crescendo profissionalmente e buscando novos desafios.

Hoje, estudo para concursos voltados à área dos tribunais e sigo em constante aperfeiçoamento. Tenho convicção de que grande parte dessa motivação nasceu justamente das experiências que vivi dentro da Subseção.

Mais do que aprendizado técnico, a Justiça Federal me proporcionou amadurecimento humano. Aprendi a lidar com mudanças, desafios, pressões e responsabilidades. Aprendi a importância da cooperação entre as pessoas e do compromisso com o interesse público. Aprendi que nenhuma instituição se sustenta apenas por estruturas físicas ou sistemas tecnológicos, mas, principalmente, pelo esforço coletivo das pessoas que trabalham diariamente para que tudo funcione.

Também considero muito simbólico ter acompanhado a criação e a consolidação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Para todos nós que fazemos parte da Justiça Federal em Minas Gerais, esse momento representa não apenas uma mudança administrativa, mas também a construção de uma nova identidade institucional.

Quando penso na minha trajetória até o TRF6, percebo que ela foi construída de maneira gradual, por meio de experiências simples, mas extremamente significativas.

Desde o período em que trabalhava nos Correios e acompanhava a circulação dos processos físicos, passando pelo estágio voluntário, pelas atividades administrativas e pela função de assistente que exerço atualmente, sempre permaneci na mesma Subseção, acompanhando sua evolução e crescendo junto com ela.

Talvez seja exatamente isso que torne essa caminhada tão especial para mim: perceber que a Justiça Federal não apenas fez parte da minha trajetória profissional, mas também contribuiu diretamente para a construção da pessoa e do profissional que me tornei ao longo desses anos.

Capítulo 11



Trajatória do servidor Claudio Manoel dos Santos

Diretor de Secretaria da 1ª Vara Federal de Pouso Alegre

É comum que, em algum momento da trajetória de vida, o profissional se questione sobre a possibilidade de dar uma guinada na carreira, seja mudando de cargo, cidade, círculo social ou até mesmo empreendendo e dando novos rumos à própria vida. Foi exatamente o que aconteceu comigo.

Iniciei minha trajetória no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília/DF, onde passei a compreender a dimensão e a importância de um Tribunal. Fui lotado no setor de comunicação, trabalhando com telex e repassando mensagens às Seções Judiciárias. Com o avanço da tecnologia e a mudança de costumes, essa função acabou sendo extinta.

Sempre tive o desejo de retornar ao estado de Minas Gerais para ficar mais próximo da minha família. Nesse contexto, conheci o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian e o Dr. Felipe dos Santos Jacinto, então Diretor do Tribunal Regional da 1ª Região e surgiu a possibilidade de redistribuição para Minas Gerais, o que se concretizou.

Recomecei minha atuação em Uberaba/MG, no setor de atendimento e distribuição de processos, ainda sem formação em Direito. Após alguns anos nesse setor, o magistrado Paulo Fernando Silveira passou a me incentivar a cursar Direito, destacando essa formação como uma oportunidade de crescimento dentro da Justiça Federal.

Segui a orientação, concluí a graduação e elaborei minha monografia sobre o Juizado Especial Federal. O incentivo se mostrou acertado, pois, a partir daí, passei a exercer funções comissionadas de supervisão.

Tive a oportunidade de trabalhar com excelentes magistrados e, juntamente com outros servidores, recebi elogios em inspeções gerais anuais.

Uma experiência marcante foi a participação na Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado de Goiás, em agosto de 2006, quando auxiliiei o magistrado Lelis Gonçalves Souza nos serviços correccionais. Sou grato ao Dr. Lelis por essa oportunidade.

Dediquei-me intensamente ao trabalho ao longo dos anos e, mesmo diante da perda precoce da minha esposa, em 2010, em decorrência de câncer, mantive meu compromisso profissional. Paralelamente, assumi a responsabilidade de cuidar dos meus filhos, Ana Cláudia e Mateus Oliveira.

Em 2015, a convite da Juíza Federal Tânia Zucchi de Moraes, surgiu a oportunidade de exercer a função comissionada de Diretor de Secretaria em Pouso Alegre/MG. Embora feliz com o convite, também senti insegurança diante da mudança de cidade, de ambiente e de rotina. Ainda assim, enxerguei nessa oportunidade um importante passo de crescimento profissional.

A assunção ao cargo de Diretor de Secretaria foi resultado de esforço, dedicação e comprometimento. Em 15/03/2015, iniciei esse novo desafio, que se revelou exigente, diante do grande volume de processos atrasados e da diversidade de perfis da equipe.

Antes de assumir a função, tive a oportunidade de conversar com o Juiz Federal Élcio Arruda, que compartilhou sua experiência na gestão de secretaria. Recebi a orientação de priorizar o enfrentamento dos processos atrasados, especialmente aqueles com mais de 180 dias, utilizando o Boletim Estatístico tipo IV, e, posteriormente, os processos entre 60 e 180 dias.

Seguindo essa diretriz, passei a extrair relatórios semanalmente, encaminhando-os aos setores responsáveis para despacho ou sentença. Registro meu agradecimento ao Dr. Élcio pelas orientações.

A função exigia o desenvolvimento de habilidades de gestão e liderança, além do engajamento de toda a equipe, o que nem sempre foi simples, diante de resistências iniciais. Para lidar com esses desafios, participei de cursos de gestão de pessoas e liderança oferecidos pelo Tribunal.

Compreendi, ao longo dessa experiência, que a liderança é essencial para a obtenção de resultados satisfatórios. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região demonstra preocupação com o ambiente de trabalho, o bem-estar dos servidores e a qualidade das relações interpessoais, reconhecendo que a forma como a liderança é exercida impacta diretamente os resultados.

Os cursos de liderança contribuíram significativamente para o desenvolvimento de competências voltadas à reflexão, análise e aprimoramento da gestão. Com esse trabalho, alcançamos resultados expressivos, sendo agraciados com o Selo Prata em 2017 e, posteriormente, com o Selo Ouro no julgamento de processos, concedidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Agradeço, de forma especial, à magistrada Tânia Zucchi de Moraes pela confiança depositada em meu trabalho, pela autonomia concedida para implementar melhorias e pela oportunidade de gerir uma secretaria de vara.

Atualmente, conto com 36 anos de serviço público. Ao longo desse período, investi em minha formação, incluindo pós-graduação em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

O cenário atual apresenta novos desafios, especialmente com a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, instalado em agosto de 2022. Essa iniciativa surgiu da necessidade de dar maior celeridade aos processos, considerando que Minas Gerais concentrava mais de 30% das demandas em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília.

Entendo essa mudança como um avanço rumo a uma Justiça mais célere, eficiente e comprometida com a concretização dos direitos fundamentais e a redução das desigualdades.

Nesse contexto, destaca-se a utilização do sistema eproc, plataforma de tramitação judicial eletrônica voltada à agilidade e automação, com funcionalidades como controle de prazos, assinatura eletrônica e integração com tribunais e outros órgãos da esfera federal.

Capítulo 12



Trajetória da servidora Claudete Iara Rodrigues Grossi

Diretora da Secretaria de Administração e Serviços

Minha história com a Justiça Federal começou lá em 1999, mas a verdade é que já estava ligado a ela anos antes, desde a aprovação no concurso de 1996. Quando tomei posse e fui para a Seção de Apoio Administrativo da Secretaria Administrativa - SECAD, encontrei uma instituição que, apesar de já ser forte, estava prestes a viver grandes transformações. Naquela época, a Seção Judiciária de Minas Gerais ainda era bem centralizada, com apenas 14 Varas Federais na Capital, passando posteriormente por uma expansão que chegou a 29 Varas Federais.

Os primeiros anos foram cheios de uma energia contagiante, de querer fazer acontecer. Mergulhei, com grande satisfação e empenho, junto à Diretoria do Foro - DIREF e à Secretaria Administrativa - SECAD, no projeto de criação dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais, ampliando significativamente o acesso à Justiça.

Logo depois, vi leis se transformarem em prédios e a esperança virar realidade com a interiorização da Justiça Federal em Minas Gerais. De Contagem a Viçosa, tive a alegria de participar efetivamente da instalação de mais de vinte subseções, levando o acesso à Justiça para perto de cada cidadão do interior. Fazer parte da equipe que planejou toda essa logística foi um aprendizado que me marcou profundamente sobre o quanto nosso trabalho é importante.

Com o tempo, minha trajetória profissional me levou para o lado do pensamento estratégico, e foi aí que comecei a encontrar pessoas que mudariam meu caminho.

Em 2015, quando o Conselho Nacional de Justiça criou a Estratégia Nacional, recebi a confiança do Desembargador Miguel Ângelo, que me permitiu ir para a Seção de Modernização Administrativa. Esse convite foi como uma chave que abriu um novo horizonte para mim, permitindo-me atuar na divulgação e no acompanhamento do planejamento estratégico com uma visão muito mais ampla e conectada.

Essa base estratégica me preparou para um convite que se tornaria um marco na minha trajetória, formulado pela Desembargadora Federal Simone Lemos, que assumia, à época, o cargo de Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal. Ela acreditou no meu trabalho e me deu a chance de participar de um projeto de enorme importância histórica no Conselho, em Brasília.

Estar em sua equipe durante o planejamento da criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região - TRF6, desde os primeiros rascunhos e ideias de estrutura até o envio da minuta de projeto de lei ao STJ pelo Ministro João Otávio de Noronha, foi um privilégio que levarei comigo para sempre. Ver o Tribunal nascer no papel, fruto de um sonho coletivo de autonomia para Minas Gerais, foi uma emoção que as palavras mal conseguem expressar, além de motivo de profundo agradecimento à Desembargadora Simone Lemos.

Em 2020, voltei para a Seção Judiciária para ajudar a preparar tudo internamente para a chegada da nova Corte. Quando o TRF6 finalmente se tornou realidade, em 2022, tive uma surpresa maravilhosa: mesmo sem me conhecer, o Diretor-Geral à época, Dr. Edmundo Veras, confiou na minha história e me chamou para assessorá-lo. Enfrentamos juntos a missão gigantesca de implantar o Tribunal, criando processos e rotinas em um cenário de grande complexidade institucional.

Atualmente, sigo nessa jornada com o mesmo entusiasmo, agora sob a liderança do atual Diretor-Geral, Dr. Jânio Mady. Receber o convite dele para assumir a Diretoria da Secretaria de Administração e Serviços - SECAM tem sido uma caminhada de muita parceria e superação.

Passamos juntos por momentos delicados, como o acidente com o elevador no Edifício Oscar Dias Corrêa e os desafios diários da falta de espaço físico em Belo Horizonte, além de diversos outros problemas estruturais da Justiça Federal na capital mineira. Em cada dificuldade, a confiança mútua e o espírito de colaboração nos mostraram que ninguém sustenta uma instituição sozinho.

Olhar para trás e ver que percorri todo esse caminho, desde aquela primeira Seção de Apoio, em 1999, até o coração administrativo do TRF6, enche meu coração de imensa gratidão e profundo agradecimento pelas pessoas que dividiram comigo essa trajetória: magistrados e colegas de trabalho que estiveram ao meu lado durante todo o tempo, cuja lista é imensa, e não me arrisco a nominar para não esquecer ninguém.

Ser parte viva de toda essa memória da Justiça Federal não é apenas um registro profissional; é uma grande realização da minha vida saber que, ao lado de pessoas que acreditaram em mim, ajudei a construir os alicerces sobre os quais hoje a Justiça em Minas Gerais caminha com firmeza.

Capítulo 13



Trajetória da colaboradora Dênia Cristina de Paula Copeira na Subseção Judiciária de Sete Lagoas

Meu nome é Denia Cristina de Paula e trabalho na Justiça desde fevereiro de 2006. Minha história começou quando soube, por meio de uma empresa terceirizada — Calseng, que havia vagas para copeira e faxineira. Fiz minha inscrição, participei do processo seletivo e, com muita esperança, fui aprovada.

Antes de ingressar na Justiça, trabalhava em uma fábrica de costura. Foi uma mudança grande de rotina, de ambiente e de responsabilidades, mas também o início de uma trajetória que transformaria minha vida.

Nunca me esqueço da primeira vez em que servi café para o Juiz Dr. Grigório. Eu estava nervosa, insegura e com vergonha, pois era minha primeira experiência como copeira. Entrei na sala, deixei a bandeja sobre a mesa e saí rapidamente. Percebendo meu nervosismo, o Dr. Grigório, com muita gentileza, pediu que me chamassem de volta. Ele me tranquilizou e me deu palavras de incentivo que me deram mais confiança para seguir em frente e acreditar no meu trabalho.

No início da caminhada, também tive o apoio fundamental da minha supervisora, Márcia Vieira de Assis, que me ajudou muito no aprendizado e na adaptação à nova função.

Ao longo desses anos, fui acolhida com respeito, carinho e consideração por magistrados, servidores e colaboradores. E foi nesse ambiente que aprendi muito mais do que servir café. Aprendi sobre convivência, empatia, dedicação e cuidado com as pessoas.

Com o tempo, a copa deixou de ser apenas um local de trabalho e se tornou uma verdadeira sala de aula. Aprendi a cozinhar, fazer bolos, tortas e biscoitos que passaram a fazer parte do carinho que eu colocava em tudo o que fazia.

Meu primeiro uniforme era dois números maior. Todos os dias, eu chegava à copa às 7h em ponto, com as mãos geladas e o coração acelerado, com medo de errar até a medida do açúcar. Hoje, faço tudo isso de olhos fechados e já sei quem toma café com açúcar apenas pelo jeito que entra na sala.

Em duas décadas de trabalho, aprendi que uma boa reunião precisa de água gelada e silêncio. Aprendi também que diretores choram, mesmo tentando disfarçar mexendo no celular. Descobri que um simples “deixa que eu pego com carinho” pode valer mais do que muitos relatórios.

Já servi café em momentos difíceis, como demissões, mas também em ocasiões de alegria e comemorações. Vi pessoas chegarem como estagiárias e saírem como gerentes. E eu permanecia ali, firme, com a bandeja nas mãos e o nome de cada pessoa guardado na memória.

Muita coisa mudou nesses anos: mudou a máquina de café, mudou o piso, mudou até o sabonete do banheiro. Mas uma coisa nunca mudou: o orgulho que sinto quando escuto alguém dizer: “O café daqui é o melhor”.

São quase vinte anos de história, aprendizado e dedicação. E ainda tenho muita lenha para queimar, ou melhor, muito café para passar.

Porque, às vezes, haverá dias difíceis. Dias em que o choro acontece escondido no estoque. Dias em que o único sorriso que alguém receberá será o seu. E está tudo bem. A gente aprende a ser forte sem perder a delicadeza.

Hoje, olho para minha trajetória com gratidão. Gratidão por tudo o que vivi, pelas pessoas que encontrei no caminho e pelo orgulho de fazer parte desta instituição.

Capítulo 14



Trajetória da colaboradora Denise Costa Silva

Auxiliar de Serviços Gerais na Subseção Judiciária de Sete Lagoas

Meu nome é Denise, tenho 49 anos, e vou contar um pouco da minha trajetória na Justiça Federal.

Tudo começou em 2006. Certo dia, eu estava passando em frente a uma obra com uma amiga quando avistamos um homem sentado no passeio, com duas carteiras de trabalho nas mãos. Virei para ela e disse:

— Vou perguntar àquele rapaz se ele está precisando de funcionário.

Ela respondeu:

— Vamos embora.

Andei alguns passos para frente, mas pensei comigo mesma: “Vou perguntar sim.” Voltei e perguntei:

— Você está precisando de funcionário?

Ele respondeu:

— Sim. Tenho três vagas: duas para auxiliar de serviços gerais e uma para copeira.

Perguntei o que a copeira fazia, e ele respondeu:

— Tem que servir juiz, levar café e água para a sala deles.

Na hora, respondi:

— Não quero, não. Vai que eu deixo o café cair servindo os juízes...

Fiquei nervosa só de imaginar e preferi a vaga de serviços gerais.

Então ele disse:

— Se você buscar seus documentos agora, a vaga é sua.

Atravessei a rua e pedi a um motoqueiro para buscar meus documentos. Quando ele voltou, paguei com o único dinheiro que eu tinha. Cheguei até o Cleone, dono da empresa Calseng, que estava realizando as contratações, mas fiquei sem nenhum real para tirar as cópias dos documentos. Expliquei minha situação, e ele disse:

— Entrega os documentos na casa lotérica ao lado que eu pago as cópias.

Depois disso, ele falou:

— Segunda-feira você tem que estar aqui.

Mas a obra ainda estava praticamente no início. Passaram-se 13 dias e nada do Cleone aparecer. Nós, funcionários contratados naquele sábado, no meio da rua, ficávamos nos perguntando se aquilo era verdade mesmo. Afinal, ele havia levado nossos documentos e desaparecido.

De repente, Cleone apareceu com os contracheques, o valor das passagens e o pagamento nas mãos. E nós ainda nem tínhamos começado a trabalhar — ficamos 13 dias sentados, sem saber se aquilo era realmente verdade.

Quando a obra ficou pronta, começamos finalmente a trabalhar de verdade. Foi só alegria. Aleluia! Só tenho a agradecer a Deus por essa oportunidade.

Ao longo desses anos, vivi muitos momentos marcantes dentro da Justiça Federal. Fiz amizades, aprendi muito e conheci pessoas especiais.

Sempre procurei desempenhar meu trabalho com dedicação, respeito e carinho, porque ali não era apenas um emprego para mim, mas também um lugar onde construí parte da minha história.

Mas o ano mais difícil da minha vida foi 2011. Havia um mutirão de audiências, e a Justiça Federal tinha acabado de mudar de endereço. Foi justamente nesse período que meu filho tentou suicídio, e eu descobri que ele tinha esquizofrenia.

Eu não sabia mais o que fazer. Não sabia se ficava na Justiça, no hospital ou em casa. Foi o momento mais difícil da minha vida.

Mesmo diante de toda aquela dor, encontrei apoio nas pessoas com quem trabalhava. Os servidores estiveram ao meu lado, seguraram na minha mão e me ajudaram muito naquele período tão delicado. Recebi apoio, acolhimento e compreensão de muitas pessoas.

Tenho apenas gratidão a Deus e a todos eles também: juízes, diretores, gestores, servidores e colegas de trabalho. Não vou citar nomes porque são muitos, mas cada um teve importância na minha caminhada.

Sou muito grata a todos os que passaram pela minha vida nesses anos, aos que foram embora e aos que continuam presentes. Tudo o que vivi dentro da Justiça Federal faz parte da minha história, da minha luta e da pessoa que sou hoje.

Capítulo 15



Trajetória da servidora Dilma Alves Gonçalves

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sete Lagoas

A minha trajetória para chegar ao TRF6 iniciou-se com a posse, por concurso, no TRF1. Sou servidora da Justiça Federal desde 1991. Fiz o concurso para o cargo de Técnico Judiciário em 1986, mas fui nomeada apenas em 1991.

A Constituição de 1988 havia acabado de ser promulgada. Com ela, foram criados os cinco TRFs, e fomos empossados na Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte, então pertencente ao TRF1.

Passei por quase todos os setores da Justiça Federal em Belo Horizonte. Minha primeira lotação foi na Seção de Pessoal, vinculada à Diretoria do Foro, conforme a estrutura administrativa existente à época.

Posteriormente, fui lotada na 9ª Vara Criminal. Em seguida, houve nova alteração, e passei a atuar na 12ª Vara Cível.

Com a criação de varas especializadas em execução fiscal, minha lotação foi novamente alterada para a 25ª Vara de Execução Fiscal e, posteriormente, para a 26ª Vara, também de Execução Fiscal. Nessa unidade, exercia a Função Comissionada (FC) de Oficial de Gabinete do Juiz Substituto.

Com a instalação do Juizado Especial Federal em Belo Horizonte, o juiz substituto de cada Vara de Execução foi designado para atuar nessas novas unidades. Assim, a partir de 2002, passei a ser assessora do Juiz Substituto Dr. Atanair Nasser Ribeiro Lopes, no Juizado Especial Cível.

Em 2006, foram criadas diversas Subseções Judiciárias, dentre elas a de Sete Lagoas, minha cidade natal, para onde me removi. Nessa nova lotação, trabalhei na assessoria do Juiz Grigório Carlos, que muito me incentivou a assumir novos desafios.

Nesse mesmo ano, o Juiz Substituto Dr. Atanair Nasser foi promovido a juiz titular na Seção Judiciária de Roraima e me convidou para exercer o cargo de diretora de secretaria na cidade de Boa Vista/RR. Com a concordância do Juiz Grigório Carlos, aceitei o convite e fui cedida para a Seção Judiciária de Roraima, mudando minha residência com minha família.

Nesse período em Roraima, vivemos a experiência de adaptação a um lugar distante e muito diferente de Minas Gerais, mas extremamente enriquecedor. Permanecemos ali por cerca de quatro anos, período pelo qual guardo grande gratidão pela confiança e parceria do Juiz Dr. Atanair, que tornou meu aprendizado como diretora mais seguro e acessível.

Em 2010, o Juiz Atanair Nasser foi removido para a Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG, para onde o acompanhei, exercendo também o cargo de Diretora de Secretaria.

Em 2012, o mesmo juiz foi removido para a Subseção Judiciária de Divinópolis, e novamente o acompanhei, permanecendo como Diretora de Secretaria.

Em 2013, o Juiz Dr. Atanair Nasser foi removido para a Turma Recursal em Belo Horizonte, e recebi novo convite para a direção de secretaria, desta vez do Juiz Substituto Dr. Cláudio Henrique Fonseca de Pina, que estava lotado em Divinópolis, mas havia sido promovido a Juiz Titular na cidade de Altamira/PA.

Aceitei o convite e, em 2013, mudei novamente de residência com minha família para Altamira/PA. Encontramos a cidade no auge da construção da Usina de Belo Monte.

Lá, enfrentamos muitos desafios, com grande volume de processos complexos e urgentes, envolvendo desapropriações, interesses de povos indígenas e ações criminais típicas da região.

Em 2015, o Juiz Dr. Cláudio Pina foi removido para Belém/PA, com lotação na 1ª Vara, para onde também o acompanhei, permanecendo como Diretora de Secretaria.

Em 2022, ocorreu a esperada criação do TRF em Minas Gerais. Após essa criação, houve grande movimentação de juízes, e o Juiz Dr. Cláudio Pina, por minha felicidade, obteve remoção para a minha querida cidade de Sete Lagoas, possibilitando, assim, meu retorno às origens.

Desde então, a seu convite, permaneço como Diretora de Secretaria. Faço especial referência ao Juiz Dr. Cláudio Pina pela oportunidade, parceria e confiança em mim depositadas, sem deixar de registrar minha gratidão aos demais magistrados com quem trabalhei ao longo da carreira.

Também atuei com diversos juízes em Juizados Especiais Itinerantes, prestando assessoria, dentre os quais destaco o Dr. Grigório Carlos, o Dr. Rodrigo Rigamonte Fonseca e, em especial, o saudoso Juiz Herculano Martins Nacif, com quem aprendi muito.

Atualmente, sou servidora do TRF6, atuando como Diretora de Secretaria na 2ª Vara da Subseção Judiciária de Sete Lagoas.

Fazemos parte do esforço coletivo para superar os desafios deste Tribunal recém-nascido, tão desejado por todos nós mineiros, mas que já nasce com grandes demandas a cumprir.

Espero que todos nós que vivemos este momento possamos contribuir para o aprimoramento institucional, deixando como legado a satisfação de servir às futuras gerações de servidores.

Capítulo 16



Trajatória da servidora Eloísa Cruz Moreira de Carvalho

Servidora do Tribunal Regional da 6ª Região

Meu nome é Eloísa Cruz Moreira de Carvalho. Sou bacharel em Jornalismo e Direito, pós-graduada em Ciências Penais e possuo formação em Psicanálise Clínica.

Ingressei na Justiça Federal em julho de 1995, quando tomei posse na Seção Judiciária de Minas Gerais como Técnica Judiciária. Iniciei minha trajetória na 14ª Vara Federal, sob a titularidade da Juíza Federal Maria Luíza Vianna Pessoa de Mendonça, experiência que marcou os primeiros passos de uma carreira construída com dedicação e compromisso com o serviço público.

Entre 1997 e 2001, atuei como Supervisora da Seção de Comunicação Social, período em que desenvolvi importantes competências na área de relacionamento institucional.

Posteriormente, durante a gestão do então Diretor do Foro, Juiz Federal Lourival Gonçalves de Oliveira, fui designada para exercer o cargo de Diretora do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial. Esse representou o primeiro grande desafio da minha carreira, por se tratar de uma área altamente especializada e estratégica para a administração da Justiça Federal.

Na sequência, assumi a direção do Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Minas Gerais, ampliando minha experiência na gestão das atividades de apoio às Varas Federais.

Com a criação dos Juizados Especiais Federais, fui convidada a integrar a equipe da 1ª Vara Federal de Juizado Especial Federal, onde exerci as -

Oficial de Gabinete e Diretora Substituta, permanecendo nessa unidade até o ano de 2013. Em 2013, passei a atuar na 7ª Vara Cível, agregando novos conhecimentos à minha trajetória profissional.

Em 2016, recebi da então Juíza Federal e hoje Desembargadora Federal, Simone Lemos Fernandes, o convite para assumir a Diretoria da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Minas Gerais, quando de sua designação para a Diretoria do Foro. Permaneci na função também durante a gestão do à época Juiz Federal, Desembargador Prado de Vasconcelos, até o ano de 2018.

Em 2018, senti-me, novamente muito honrada ao acompanhar a Dra. Simone Lemos Fernandes em sua gestão como Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal, exercendo o cargo de Diretora Administrativa daquela instituição, função que desempenhei até 2020.

Ao retornar a Minas Gerais, em 2020, fui convidada pela Juíza Federal Dayse Starling Motta para assumir a direção da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ipatinga. Essa experiência teve especial relevância em minha formação profissional, pois me permitiu conhecer de perto a realidade das subseções judiciárias e compreender, de forma ampla e integrada, o funcionamento das áreas administrativa e jurisdicional da Justiça Federal no interior do estado de Minas Gerais.

Em 2022, com a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), retornei a Belo Horizonte para participar desse importante momento histórico da Justiça Federal. A experiência de atuar em uma Corte Regional ampliou significativamente minha visão institucional e agregou novos conhecimentos à minha trajetória.

Ao longo desses anos no TRF6, desempenhei funções de destaque, entre elas as de Chefe de Gabinete da Presidência, Assessora da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Diretora da Secretaria das Turmas Recursais de Belo Horizonte, sob a coordenação do Juiz Federal Ronaldo Santos de Oliveira, e, mais recentemente, durante a gestão do Presidente Vallisney de Souza Oliveira, de Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações.

Sinto-me profundamente realizada e grata por todas as oportunidades que me foram concedidas ao longo dessa trajetória, tanto na Seção Judiciária de Minas Gerais quanto no Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Capítulo 17



Trajetória da colaboradora Elysia Marcelle Soares de Jesus

Auxiliar Administrativa na Central de Perícias da SSJ de Belo Horizonte

Comecei o curso de Direito no primeiro semestre de 2015. Naquela época, eu ainda não imaginava o quanto a vida poderia mudar em tão pouco tempo. Minha mãe já enfrentava graves problemas de saúde, e nossa rotina havia mudado completamente. Com o passar do tempo, o quadro evoluiu para um diagnóstico de demência. Foram anos muito difíceis.

Minha mãe precisava de assistência integral, vinte e quatro horas por dia. Dependia de ajuda para tudo: alimentação, banho, medicação, locomoção, enfim, para absolutamente todas as atividades do cotidiano. Além disso, as internações hospitalares eram frequentes e, muitas vezes, sem previsão de alta. Minha vida passou a se dividir entre a faculdade, os hospitais e os cuidados com ela.

Pela manhã, eu conseguia frequentar a faculdade porque minha tia permanecia com minha mãe durante esse período. À tarde, eu assumia diretamente os cuidados, e, à noite, minha tia voltava a me ajudar. Naquele momento da vida, trabalhar não era uma possibilidade. Minha dedicação estava inteiramente voltada à faculdade e à minha mãe.

Apesar de todas as dificuldades, aquele período me ensinou muito sobre a vida. Aprendi sobre empatia, cuidado, fragilidade humana e sobre a importância de ajudar o próximo. Foram anos extremamente difíceis do ponto de vista emocional, mas que moldaram profundamente a pessoa que me tornei.

Em 2017, já caminhando para o sexto período do curso de Direito, vi um cartaz na faculdade anunciando um processo seletivo para estágio na Justiça Federal. Quando tomei conhecimento do edital, descobri que aquele era praticamente o último dia de inscrição.

Cheguei em casa e pensei bastante. O estágio chamou minha atenção porque tinha jornada de apenas quatro horas diárias, o que talvez me permitisse continuar ajudando minha mãe. Resolvi tentar.

Ao ler o edital, vi que a seleção seria realizada por meio da média aritmética do histórico escolar. Na manhã da inscrição, acordei cedo e saí de casa decidida a solicitar meu histórico acadêmico.

Cheguei à secretaria da faculdade por volta das sete horas da manhã. A atendente me recebeu com muita educação, mas informou que o prazo para entrega do documento seria de cinco dias úteis. Na mesma hora, senti uma tristeza enorme, porque aquele era justamente o último dia de inscrição.

Fui para a sala de aula acreditando que havia perdido uma grande oportunidade.

Ao final das aulas, por volta das 11h30, voltei à secretaria para resolver outro assunto. Foi então que a mesma funcionária me disse algo que guardo na memória até hoje:

“Seu histórico já chegou. O reitor já assinou.”

Naquele momento, simplesmente não consegui acreditar. Fiquei muito feliz, emocionada e profundamente agradecida. Até hoje não sei explicar se foi sorte, coincidência ou bênção.

Com o histórico em mãos, fui diretamente para a Justiça Federal entregar a documentação.

Mas ainda existia mais uma pequena barreira.

Quando cheguei ao prédio, percebi que, na correria e ansiedade daquele dia, havia me esquecido completamente das regras de vestimenta para entrar no local. Eu estava usando short e fui impedida de subir para entregar os documentos.

Na hora, fiquei desesperada. Já tinha enfrentado tantas dificuldades naquele dia e não podia perder a inscrição por causa da roupa. Voltei correndo para casa, troquei de roupa, peguei outro ônibus e retornei.

Finalmente consegui entregar os documentos.

A primeira etapa estava concluída.

Depois disso, veio um período muito difícil.

Minha mãe piorou bastante de saúde, e comecei a torcer para não ser convocada naquele momento. Eu queria muito a vaga, mas sabia que, naquele estado, ela precisava integralmente de mim. Se a convocação viesse, provavelmente eu teria de abrir mão do estágio.

Os meses passaram, e a convocação não chegava.

Com o tempo, acabei deixando o estágio um pouco de lado em meus pensamentos, porque a situação da minha mãe se agravava cada vez mais.

Então chegou o dia mais difícil da minha vida.

Em 30 de setembro de 2017, minha mãe faleceu.

Quatro dias após o falecimento dela, recebi o e-mail de convocação para o estágio na Justiça Federal.

Até hoje penso sobre isso.

Não sei explicar se foi coincidência, destino ou Deus agindo no momento certo. Só sei que aconteceu exatamente quando eu mais precisava.

A Justiça Federal representou um recomeço para mim.

Depois de um período tão doloroso, marcado por hospitais, sofrimento e luto, voltar a ter uma rotina, conhecer pessoas novas e ocupar a mente foi essencial para que eu pudesse continuar.

O trabalho na Justiça Federal acabou se tornando uma das coisas que mais me ajudaram a atravessar aquele momento tão difícil da minha vida. Foi ali que, aos poucos, consegui encontrar forças para seguir em frente após a perda da minha mãe.

Em meados de outubro de 2017, comecei oficialmente meu estágio na Justiça Federal.

Ao chegar ao prédio, fui orientada a procurar Márcia Ponsá, supervisora do Setor de Distribuição, local onde eu trabalharia.

Márcia teve um papel extremamente importante na minha trajetória dentro da Justiça Federal.

Desde o primeiro momento, fui recebida com muita humanidade, paciência e acolhimento. Em um período tão delicado da minha vida, encontrar pessoas que me trataram com respeito e carinho fez toda a diferença.

Também fui muito bem recebida pelos colegas do setor. Minha primeira função foi trabalhar com distribuição de execução fiscal no sistema Oracle. Recebi treinamento de colegas incríveis, extremamente pacientes e generosos comigo.

Era uma equipe muito unida.

Fiquei pouco tempo trabalhando com processos físicos, porque logo comecei a atuar no PJe, sistema ao qual me adaptei muito bem e no qual permaneci por vários anos.

Passei dois anos como estagiária.

Depois desse período, surgiu a oportunidade de continuar na Justiça Federal como terceirizada, exercendo a função de auxiliar administrativa. Abracei essa oportunidade com muita dedicação.

Eu sabia o quanto aquela instituição havia sido importante para mim desde o início e queria retribuir oferecendo sempre o meu melhor.

Ao longo dos anos, aprendi muito, tanto profissionalmente quanto como ser humano.

Comecei minha trajetória no Setor de Distribuição, onde permaneci por quase sete anos. Foi um setor que marcou profundamente minha caminhada profissional. Ali aprendi sobre responsabilidade, trabalho em equipe, comprometimento e adaptação às constantes mudanças tecnológicas e processuais.

Ao longo desse período, também vivi grandes desafios dentro da Justiça Federal. Um deles foi a época do plantão extraordinário, quando os processos chegavam em grande volume por e-mail e precisavam ser organizados e protocolados manualmente no sistema SEI para posterior distribuição no PJe. Foi um período que exigiu muita adaptação, comprometimento e trabalho em equipe.

Mais tarde, durante a pandemia, enfrentamos novamente uma realidade completamente nova, que demandou rápidas mudanças na rotina de trabalho e grande capacidade de adaptação.

Em 2022, acompanhei também a transição do sistema PJe para o eproc, mais uma mudança importante que exigiu aprendizado constante, adaptação e muito trabalho em equipe.

Em 2024, tive a oportunidade de integrar a equipe da Central de Atendimento de Informações Processuais, um novo desafio e também um projeto inovador. Foi uma experiência muito importante, construída com muito empenho e dedicação de toda a equipe, que conseguiu alcançar excelentes resultados.

Em setembro de 2025, surgiu mais um novo desafio: a Central de Perícias da SSJ de Belo Horizonte, setor onde atuo atualmente.

Mais uma vez, tive a oportunidade de aprender, crescer e trabalhar ao lado de colegas extremamente comprometidos.

Olhando para trás, vejo que minha trajetória dentro da Justiça Federal foi construída aos poucos, um passo de cada vez.

Tudo começou com uma estudante de Direito tentando conciliar a faculdade com os cuidados integrais da mãe.

Passei por um período de luto profundo, que se transformou em uma caminhada marcada por aprendizado, amadurecimento, acolhimento e crescimento profissional.

Ao olhar para toda essa trajetória, percebo que a Justiça Federal esteve presente em alguns dos momentos mais importantes da minha vida, não apenas profissionalmente, mas também pessoalmente.

No início de 2026, passei a viver socialmente de acordo com minha identidade de gênero no ambiente de trabalho e realizei a alteração do meu nome. Esse foi um momento que me trouxe insegurança, mas fui acolhida de forma muito positiva, o que tornou essa etapa mais leve do que eu imaginava.

Confesso que senti medo sobre como tudo aconteceria, mas fui surpreendida da melhor forma possível.

Recebi acolhimento, respeito e apoio de colegas e gestores, algo que jamais esquecerei. Esse apoio tornou esse momento da minha vida muito mais leve.

Agradeço especialmente à Márcia Ponsá, por todo o apoio, acolhimento, carinho e humanidade ao longo da minha trajetória.

Também agradeço a todos os colegas que fizeram parte dessa caminhada e contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu chegasse até aqui.

Sou muito grata a Deus pela oportunidade de trabalhar em um ambiente humano, respeitoso e acolhedor.

A Justiça Federal não representou apenas uma oportunidade profissional na minha vida.

Representou recomeço.

Representou acolhimento.

Representou crescimento.

E continua representando, todos os dias, um lugar onde sigo construindo minha história.

Capítulo 18



Trajetória do colaborador Fernando Maia de Souza

Analista de Suporte de Tecnologia da Informação da Subseção Judiciária de Belo Horizonte

Minha trajetória na área de Tecnologia da Informação na Justiça Federal começou em junho de 2019, quando iniciei minhas atividades na Seção Judiciária de Minas Gerais como Analista Técnico Nível 1. Naquele período, havia chegado há pouco tempo a Belo Horizonte, vindo de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, onde já atuava na área de TI. Soube da oportunidade por meio de um amigo, Elias Fheder, que trabalhava pela empresa Cimcorp na Seção Judiciária de Minas Gerais.

Na época, Júlio Cesar Ramos exercia a função de Supervisor Técnico, e sua receptividade fez toda a diferença no meu início. Eu conhecia poucas pessoas em Belo Horizonte e era bastante tímido, mas o acompanhamento e o incentivo do Júlio foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver minhas habilidades e demonstrar todo o meu potencial profissional.

Desde então, venho me dedicando diariamente a servir magistrados, servidores e colaboradores por meio da tecnologia. Sinto-me privilegiado por utilizar minhas habilidades para ajudar pessoas e contribuir para o pleno funcionamento das atividades institucionais.

O trabalho de suporte vai muito além da resolução de problemas técnicos, representa apoio direto às atividades desempenhadas diariamente por servidores, magistrados e desembargadores.

Durante o período da pandemia, em 2020, enfrentamos grandes desafios e tivemos que nos adaptar rapidamente ao trabalho remoto. Foi um momento de intenso aprendizado, resiliência e superação para toda a equipe.

Em 2022, vivenciamos uma mudança significativa na liderança técnica, quando Ricardo Crescêncio, vindo de Contagem, assumiu como Líder Técnico, agregando muito ao time. Nesse mesmo período, ocorreu uma importante transformação institucional: a transição da Seção Judiciária de Minas Gerais para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Tive orgulho de participar desse momento histórico e sigo contribuindo até hoje com dedicação e comprometimento.

Já em 2024, houve uma nova mudança contratual, com o início do contrato junto à empresa Ilha Service. Nesse contexto, deixo meu agradecimento especial a Daniel Santos Rodrigues, Antônio Keltke Guimarães e Giselle Caldeira, que fizeram questão de manter os profissionais da equipe, garantindo a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido com excelência.

Ao olhar para trás, vejo uma trajetória construída com dedicação, aprendizado e, principalmente, com a confiança de muitas pessoas que cruzaram meu caminho. Tive a oportunidade de atuar em diferentes funções, e cada experiência agregou não apenas conhecimento técnico, mas também crescimento humano e profissional. Sinto que conquistei algo extremamente valioso: o respeito e a admiração daqueles que trabalham ao meu lado.

Sou muito grato aos Desembargadores, Magistrados, Diretores, Assessores, Supervisores e a todos os colaboradores que fazem parte dessa grande família chamada Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Faço um agradecimento especial a Daniel Santos Rodrigues, Gisele Caldeira e a toda a equipe da SECTI pela oportunidade de fazer parte dessa história.

Cada pessoa, à sua maneira, contribuiu para que eu pudesse escrever este pequeno capítulo dentro de uma história tão grandiosa, que cresce e se fortalece ano após ano. Faço questão de reconhecer que minha trajetória não foi construída apenas por mim, mas também pelo acolhimento, pelas oportunidades e pelo espírito colaborativo que encontrei aqui. É com a certeza de que ainda há muitas páginas a serem escritas que sigo, diariamente, honrando o privilégio de pertencer a esta instituição.

Capítulo 19



Trajetória do servidor aposentado Geraldo Caixeta

Primeiramente, antes mesmo de iniciar minha trajetória no TRF da 6ª Região, gostaria de relatar um episódio marcante da época do concurso, em 1992. Naquele período, eu cursava Direito na Universidade Federal de Uberlândia e fiquei sabendo da realização do concurso da Justiça Federal. Entretanto, eu não trabalhava e não dispunha de recursos financeiros para viajar de Uberlândia até Belo Horizonte, onde a inscrição deveria ser realizada em uma agência dos Correios. Além disso, também não tinha condições de pagar a taxa de inscrição.

Diante dessa situação, tive uma ideia que acabou sendo decisiva. Coloquei alguns cartazes nos corredores da faculdade de Direito informando que, caso houvesse interesse, eu poderia realizar a inscrição de outras pessoas no concurso, desde que me entregassem uma procuração, o valor da inscrição e uma pequena quantia adicional para custear as despesas da viagem. Foi isso que possibilitou que eu arrecadasse recursos suficientes para comprar as passagens de ida e volta e efetuar minha própria inscrição.

E o mais curioso é que, salvo engano, dentre todas as pessoas para quem realizei a inscrição, apenas eu fui aprovado no concurso. Então, antes mesmo de começar a trabalhar na Justiça Federal, já vivi essa primeira grande “peripécia”, que guardo até hoje com muito carinho.

Tomei posse em 1994 e comecei minha trajetória na SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Meu primeiro grande desafio surgiu quando, após algum tempo, precisei substituir a supervisora da unidade. Era um período bastante delicado, pois coincidiu com a época de fechamento da folha de pagamento, e qualquer erro poderia comprometer o recebimento dos servidores.

Havia uma cobrança muito grande e uma enorme responsabilidade envolvida. Felizmente, com o apoio dos colegas da época, tudo deu certo e conseguimos realizar os pagamentos corretamente. Ainda assim, a tensão foi tão intensa que acabei desenvolvendo uma gastrite naquele período. Coincidentemente, eu também estava concluindo a faculdade de Direito e vivenciando toda a correria da formatura. Foi realmente uma fase de muita pressão e responsabilidade.

Algum tempo depois, assumi a supervisão da Seção de Contratos. Naquele momento, a unidade ainda estava em processo de estruturação. Praticamente não existia uma organização consolidada, e eu atuava sozinho, sem outros servidores para auxiliar nas atividades. Foi mais um período de muitos desafios e dificuldades.

Posteriormente, ocorreu um fato bastante inusitado. Eu já estava cursando uma pós-graduação quando recebi uma ligação de um colega que trabalhava na área de análises jurídicas. Ele perguntou se eu havia visto a publicação da portaria que nomeava o novo assessor jurídico do Diretor do Foro. Respondi que não tinha visto, e ele então me disse: “Pois é, o novo assessor é você.”

Cheguei à Assessoria Jurídica com muita surpresa e também bastante apreensão, porque, até então, a estrutura da ASJUR ainda era muito limitada. Havia poucos arquivos, pouco material e praticamente nenhuma organização consolidada. Foi mais um trabalho iniciado praticamente do zero.

Esse período, no entanto, foi extremamente rico profissionalmente. Trabalhei com diversos Diretores do Foro e tive a oportunidade de aprender muito. Diariamente, discutíamos pareceres, soluções administrativas e caminhos jurídicos para situações complexas. Essa convivência direta com os magistrados proporcionou um aprendizado imenso, tanto técnico quanto profissional.

Depois dessa experiência, fui convidado para assumir a direção da SECAD. Novamente, surgiram inúmeros desafios, todos muito intensos. Entre eles, destaco especialmente a instalação de diversas varas e subseções judiciárias no interior de Minas Gerais e também em Belo Horizonte.

Houve situações bastante complexas, como as tratativas para obtenção do prédio em Varginha e a construção da sede em Viçosa. Eram processos minuciosos, que exigiam muita paciência, negociação com proprietários, discussões sobre valores de locação e acompanhamento constante dos prazos estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal.

Além disso, existia uma grande pressão para que as novas unidades fossem instaladas dentro do cronograma previsto, evitando a perda da oportunidade de expansão da Justiça Federal. Foi um trabalho muito desafiador, mas também extremamente enriquecedor. Apesar das dificuldades, tudo acabou dando certo.

Posteriormente, fui convidado para assumir a direção do NUMIS - Núcleo de Modernização, Engenharia e Serviços. Foi mais uma grande responsabilidade. Com o apoio dos colegas e das equipes, conseguimos realizar diversas obras, adequações estruturais e melhorias nos prédios da instituição, sempre enfrentando limitações de pessoal e de recursos orçamentários.

Nesse período, surgiu também a necessidade de adaptação dos prédios para a instalação do TRF6. Esse talvez tenha sido um dos maiores desafios da minha trajetória profissional. Tivemos que adaptar estruturas já bastante limitadas para acomodar toda a estrutura de um novo tribunal, com desembargadores, assessores, servidores e estagiários.

Naquele momento, ainda existiam muitas indefinições sobre o quantitativo de pessoal, a composição dos gabinetes e a ocupação dos espaços. Precisávamos planejar tudo praticamente sem referências concretas, sabendo, inclusive, que os espaços disponíveis eram insuficientes para acomodar toda a estrutura da forma ideal.

Naturalmente, isso gerou muitos questionamentos e insatisfações, especialmente em relação às instalações físicas, que ainda eram pequenas e limitadas.

Entretanto, foi o que se mostrou possível naquele contexto inicial, sobretudo considerando o compromisso assumido, à época, pelo então Ministro Noronha, de instalar o tribunal sem grandes custos adicionais.

Sabíamos que seria necessário um período de adaptação até que toda a estrutura pudesse ser organizada de maneira mais adequada e, sinceramente, acredito que esse processo ainda continue em evolução até hoje, especialmente diante das constantes limitações orçamentárias.

Apesar de todas as dificuldades, tenho muito orgulho de ter participado desse momento histórico de transição da Seção Judiciária de Minas Gerais para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Foram anos de muito trabalho, esforço diário e inúmeros desafios administrativos, mas também de grandes realizações.

No mais, tudo isso é motivo de enorme orgulho e gratidão para mim. Apreendi muito ao longo dessa trajetória, e grande parte das conquistas que alcancei profissionalmente devo à minha experiência na Justiça Federal de Minas Gerais e, posteriormente, no TRF6.

Capítulo 20



Trajetória do Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos

Juiz Federal da Vara de Conselhos Fiscais e Vice Diretor do Foro da SJMG

Eu sou o Grigório Carlos dos Santos, atualmente Juiz Federal da Vara de Conselhos Fiscais de Minas Gerais desde janeiro de 2026. Também sou Vice-Diretor do Foro, Gestor no TRF6 do Pacto do Judiciário pela Equidade Racial e Gestor no TRF6 pelos Direitos Humanos.

Por intermédio de concurso de 1992, eu fui nomeado servidor da justiça federal/analista judiciário, em 19/04/1993. Como analista, exerci funções de assessoria do gabinete, funções comissionadas na secretaria, fui diretor de secretaria em substituição, até que, mesmo me sentindo já realizado como servidor público (não me esqueço do auxílio-paletó. A gente ganhava mais que juiz), prestei concurso público para juiz federal substituto, em 1997, quando ainda era TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), nomeado em 30/09/1998.

Eu fui nomeado magistrado para Goiânia/GO, mas não cheguei a atuar lá, pois fui designado, juntamente com outros juízes e outras juízas, para participar de um Mutirão aqui em Belo Horizonte para sentenciar processos que estavam paralisados há décadas, inclusive.

Eu me lembro que havia processos com embargos de declaração sem julgamento há mais de 5 anos, processos de 1960 e outros.

Após esse mutirão, passei a ser juiz substituto da Vara de Execução Fiscal, e, com frequência, substituía em várias unidades cíveis e também criminais.

Em 2003, ocorreu a minha titularização para Boa Vista/Roraima, para onde eu fui em 28 de janeiro de 2004. Em Boa Vista/Roraima, fiquei até final de novembro de 2005, com a remoção para a recém-inaugurada Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG, onde assumi em 2006.

No ano de 2010, deixei Sete Lagoas/MG, vindo para Belo Horizonte, inicialmente para Vara Criminal, depois para o Juizado Especial Federal, onde prestei jurisdição até agora em janeiro de 2026.

Mas essa parte é a parte de paraíso da minha vida, como eu costumo dizer. Preferi começar com as “coisas excelentes”. Há a parte de acesso ao paraíso. Vamos a ela.

Antes de me tornar analista judiciário, eu exerci atividades desde os 13 anos de idade:

- como empacotador em supermercado, quando a remuneração ainda era de meio salário mínimo, o que era permitido na época;
- trabalhei como ajustador mecânico, após ter feito um curso de 6 meses no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- exerci atividades como ajudante de lanterneiro (conserto de danos em automóveis), como ajudante de pintor de automóveis;
- como lapidador de pedra;
- como vendedor de imagem de santo;
- como ajudante de pintor de parede.

Em muitas dessas atividades, sequer era certo o salário no final da semana ou do mês.

Após essas atividades, como nunca deixei de estudar, graças à cobrança da minha falecida mãe (ela sempre dizia: vocês são pobres, são pretos, seu pai não vai deixar nada! Vocês têm que estudar!), passei no concurso da Polícia Civil, quando, então, minha vida melhorou consideravelmente.

Isso foi em 1980, quando fui aprovado para escrevente de Polícia Civil, cargo depois transformado em escrivão de Polícia Civil, atividade que exerci até ser nomeado servidor da Justiça Federal, em abril de 1993.

Como escrivão, fui trabalhar na Delegacia de Patos de Minas em 1981, onde fiquei até 1983, quando consegui ser transferido para a Delegacia de Polícia de Contagem.

Em Patos de Minas, iniciei o curso de Letras, que, depois, transferi para a Universidade Federal de Minas Gerais.

Em concomitância parcial com o curso de Letras, fiz o curso de Direito na então Faculdade de Direito de Oeste de Minas em Divinópolis.

Eu me formei em Letras em 1989 (habilitação Português e Literatura e Alemão e Literatura). No ano seguinte, 1990, eu me formei em Direito.

A partir do curso de Letras, dei aula como contratado pelo Estado de Minas Gerais, isso por poucos meses; também, junto com o cargo de Analista Judiciário, fui professor do ensino fundamental.

Eu lecionei no ensino fundamental por 5 anos, a partir de concurso, a matéria Língua Portuguesa e Literatura em escola da Secretaria Municipal de Contagem, da qual me desliguei assim que soube da minha aprovação no concurso de Juiz Federal Substituto.

Seja no período como Escrivão de Polícia, seja no período como Analista Judiciário, prestei inúmeros concursos. Não tive sucesso na maioria deles.

A minha origem é da Bahia, Japomirim, de onde eu fui trazido por minha mãe ainda criança, para a ainda emergente Favela Cabana do Pai Tomás, na região Oeste de Belo Horizonte, que estava sendo fundada na época, situada nas proximidades de Contagem, que passava por uma onda de industrialização naqueles tempos, para onde vieram vários nordestinos, inclusive meu pai, que veio antes.

Nesse local, a Cabana do Pai do Tomás, eu fui criado, estudei, fiz amigos – hoje somente 2 sobrevivem. Nesse local, eu vivi por aproximadamente duas décadas.

Atualmente, eu me encontro em fase de final de carreira.

À Justiça federal só tenho a agradecer, pois a partir dela é que a minha vida mudou de patamar, alimentei minha família, construí meu patrimônio, fiz amigos especiais.

Para finalizar, cumprimento a Justiça Federal, na pessoa do Diretor do Foro, José Carlos Júnior, por mais essa expressiva iniciativa de trazer à baila memórias de pessoas do órgão.

Capítulo 21



Trajetória da servidora Helenita Eleutério de Paula Garcia

Servidora lotada na Central de Mandados da Subseção
Judiciária de Uberlândia

Sou Helenita Eleutério de Paula Garcia, Oficiala de Justiça Avaliadora, atualmente lotada na Central de Mandados da Subseção Judiciária de Uberlândia, Minas Gerais. Minha posse inicial ocorreu na Justiça Federal de São Paulo, em 09/12/1993, e, em julho de 2002, fui cedida para a Subseção Judiciária de Uberlândia, a pedido do Dr. Lincoln Rodrigues de Faria, que era o juiz titular da 1ª Vara Federal de Uberlândia naquela época.

Tenho enorme gratidão por esse magistrado, hoje desembargador do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, pois ele, sem sequer me conhecer, proporcionou-me a oportunidade de vir para a cidade de Uberlândia, onde atualmente presto meus serviços como oficiala de justiça.

O que tenho para dizer é que a profissão de oficial de justiça não é para qualquer pessoa; trata-se de um enorme desafio enfrentado diariamente. Cada oficial possui um setor, e aqui em Uberlândia, que já é uma cidade de grande porte, percorremos toda a cidade, mudando de setor a cada três meses.

Cada região possui suas peculiaridades. Nos setores mais afastados, geralmente compostos por pessoas mais simples, os jurisdicionados são mais fáceis de localizar e costumam receber melhor o oficial de justiça. Já nos setores em que a população possui maior poder aquisitivo, a dificuldade no cumprimento dos mandados costuma ser maior.

Apesar de todas as dificuldades, temos certa liberdade para organizar nossos horários. Contudo, atualmente isso também se tornou mais difícil, pois as pessoas estão cada vez menos presentes em seus endereços residenciais durante o horário comercial. Assim, muitos de nós passamos a trabalhar também à noite e nos finais de semana.

Aqui em Uberlândia, fui assaltada duas vezes durante o cumprimento de mandados. Na segunda ocasião, eu estava de plantão judiciário, tentando localizar uma pessoa por volta das 20 horas, quando fui abordada por três criminosos armados, que exigiram a chave do carro.

Por sorte, eu já estava com a chave na mão; entreguei-a imediatamente e consegui segurar minha bolsa, onde estavam meus documentos, minha identidade funcional e meu celular. Levaram apenas o veículo, juntamente com todos os mandados que eu havia retirado para o plantão.

Mesmo diante dessas situações, continuo exercendo meu trabalho com dedicação máxima, procurando desempenhá-lo com todo o carinho e responsabilidade que a profissão exige.

Como em qualquer profissão, nós, servidores públicos, precisamos ter vocação. E eu acredito que tenho vocação para isso. Gosto de conversar, dialogar com as pessoas e tentar ajudar da melhor forma possível dentro dos limites do processo, orientando o réu ou o executado a buscar seus direitos e exercer plenamente o direito de defesa.

Por isso, digo que sou muito feliz na minha profissão e me sinto realizada como servidora pública. Ao longo de todos esses anos como oficiala de justiça, tenho orgulho de afirmar que, dentro das minhas limitações, sempre procurei me dedicar ao máximo para prestar um serviço digno e de qualidade à sociedade.

Ressalto a importância de compreendermos que somos servidores públicos e, portanto, devemos servir ao público. Todos os dias, ao sair para a rua, deparo-me com situações nem sempre agradáveis: executados nervosos, pessoas que soltam cães contra o oficial de justiça ou dirigem palavras ofensivas contra a Justiça. Ainda assim, isso não me abala. Tenho a consciência tranquila de que estou ali fazendo o meu melhor, desempenhando minhas atribuições com responsabilidade, empatia, paciência e humanidade.

É preciso ter muita paciência para ouvir os desabafos, especialmente dos executados.

Em um país como o nosso, com elevada carga tributária, muitos empresários enfrentam enormes dificuldades para honrar seus compromissos com o fisco. Temos percebido um aumento expressivo das execuções fiscais e, nesse contexto, o oficial de justiça está na linha de frente, representando o juiz.

Muitas vezes nos deparamos com situações extremamente tristes: empresários frustrados, que dedicaram a vida inteira ao comércio ou à empresa e hoje enfrentam dificuldades severas para cumprir suas obrigações. Precisamos desenvolver a sensibilidade de compreender que, por trás de um simples papel contendo o nome de uma pessoa, existe toda uma história de vida, de trabalho e de honestidade. Muitas dessas pessoas chegam à velhice carregando dívidas e sentindo vergonha de receber um oficial de justiça em sua porta.

Nesses momentos, acredito que devemos ter sensibilidade para ouvir. Se a pessoa está nervosa ou utiliza palavras ásperas, precisamos relevar e entender que ali existe um ser humano enfrentando dificuldades pessoais, emocionais e financeiras. Muitas vezes chegamos à residência da pessoa em seu momento de descanso, invadindo, de certa forma, sua privacidade, para entregar um documento que informa uma situação de inadimplência. Isso naturalmente gera constrangimento.

Por essa razão, além de exercermos nossa profissão com responsabilidade, precisamos ter empatia e um olhar humano. Devemos buscar dentro de nós a satisfação de cumprir nosso dever sem perder a compaixão por aqueles que enfrentam dificuldades. Muitas vezes percebemos que a pessoa não possui qualquer patrimônio além da própria residência; outras já venderam seus bens para quitar dívidas e vivem situações extremamente difíceis.

É necessário ter senso crítico, mas também compaixão por pessoas honestas que, por diferentes circunstâncias da vida, não conseguiram honrar compromissos com o fisco ou com instituições financeiras, como a Caixa Econômica Federal.

Finalizo meu depoimento dizendo que, como servidora pública do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, sou uma pessoa realizada e muito feliz. Agradeço pela oportunidade de compartilhar minha experiência na Justiça Federal.

Capítulo 22



Trajatória do colaborador Hudson Alves Gomes

Auxiliar Administrativo na Assessoria de Comunicação Social

Minha trajetória até o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) começou muito antes da criação do próprio tribunal. Em agosto de 2016, iniciei minha graduação em Administração na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Como muitos estudantes no início da faculdade, ainda buscava entender quais caminhos profissionais gostaria de seguir.

Foi nesse período que surgiu uma oportunidade: por sugestão de um colega do curso, decidi me inscrever, no final de 2018, no processo seletivo de estágio da Justiça Federal de Minas Gerais.

No dia 8 de março de 2019, recebi uma ligação e um e-mail informando minha aprovação. Me lembro da ansiedade daquele momento, pois seria minha primeira experiência em uma instituição pública.

Pouco mais de um mês depois, em 10 de abril de 2019, iniciei oficialmente meu estágio, com duração de dois anos, na Seção de Comunicação Social (SECOS) da Seção Judiciária de Minas Gerais, então vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), durante a gestão do diretor do Foro, Juiz Federal André Prado de Vasconcelos.

Meu primeiro dia foi marcado pela expectativa de quem entra em um ambiente novo, superado pelo acolhimento imediato da equipe. Fui recebido com gentileza, cordialidade e entusiasmo pelas servidoras Christianne Callado, Ana Clédia e Carla Poppe, profissionais que tiveram papel fundamental na minha formação profissional e pessoal.

Durante o estágio, tive a oportunidade de atuar em diversas atividades de comunicação institucional. Realizava transcrições de entrevistas, revisão de textos informativos e institucionais, cobertura fotográfica de eventos, atualização de cadastros de autoridades e jornalistas, elaboração de clipping, entre outras.

Cada tarefa, mesmo as aparentemente mais simples, contribuía para ampliar minha compreensão sobre o funcionamento da Justiça Federal. A rotina era dinâmica, intensa e enriquecedora. Aos poucos, fui compreendendo que a comunicação institucional vai muito além da divulgação de informações.

Cada atividade desempenhada, cada desafio enfrentado e cada troca de experiência contribuíram para meu crescimento. Mais do que conhecimentos técnicos, ali adquiri lições sobre convivência, ética, comprometimento e dedicação ao serviço público, valores que passaram a orientar minha trajetória e minha forma de atuar profissionalmente.

Entre os aspectos mais marcantes desse período, destaco o apoio constante da equipe. Sempre que surgia alguma dúvida ou desafio, havia alguém disposto a me orientar e ensinar. O ambiente colaborativo e a oportunidade de aprendizado diário fizeram toda a diferença na minha trajetória.

Recordo com gratidão dos juízes, servidores, colaboradores e estagiários que encontrei pelos corredores da instituição, sempre dispostos a ajudar, seja nas atividades do dia a dia, seja por meio de gestos simples de acolhimento, incentivo e generosidade.

Meu estágio encerrou-se em 18 de dezembro de 2020, durante a gestão da então diretora do Foro, Juíza Federal Vânia Cardoso Moraes. Entretanto, a despedida aconteceu de maneira diferente do que eu imaginava. Em razão da pandemia de Covid-19, ela precisou ocorrer virtualmente, por meio do Teams. Foi um momento simbólico, mas ao mesmo tempo triste. Ainda assim, tive a certeza de que minha experiência na Justiça Federal faria a diferença na minha vida.

Foi justamente dessa experiência que nasceu a vontade de continuar minha formação voltada ao setor público. Motivado pelo interesse pela gestão pública, decidi fazer o vestibular para o curso de Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Em dezembro de 2021, fui aprovado em primeiro lugar no processo seletivo.

Iniciei o curso em abril de 2022 e, pouco depois, em 17 de outubro do mesmo ano, comecei um estágio na Secretaria Acadêmica da faculdade. Essa nova experiência ampliou minha visão sobre gestão administrativa e atendimento institucional, permitindo contato mais próximo com a rotina universitária e com os desafios da administração pública educacional.

Mas o vínculo construído com a Justiça Federal permaneceu vivo. Em agosto de 2022, ocorreu a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, marcando o início de uma nova fase institucional, de expectativas, desafios e possibilidades. Motivado por esse novo momento, decidi participar novamente do processo seletivo de estágio, desta vez para o recém-instalado TRF6.

Em 25 de novembro de 2022, recebi a ligação e o e-mail da Seção de Avaliação, Provimento e Estágio (SEAPE) comunicando minha aprovação no processo seletivo. A notícia foi recebida com alegria, pois a oportunidade de retornar à Justiça Federal representava, para mim, a continuidade de um vínculo construído ao longo dos anos com carinho, admiração e identificação.

Assim, no dia 6 de janeiro de 2023, encerrei meu estágio na UEMG para retornar à Justiça Federal, agora integrando a estrutura do TRF6.

No dia 9 de janeiro de 2023, iniciei meu estágio na Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do TRF6. Um dos aspectos mais especiais desse retorno foi voltar a trabalhar ao lado de pessoas que fizeram parte do início da minha trajetória profissional. Esse reencontro trouxe não apenas alegria, mas também um profundo sentimento de continuidade, acolhimento e pertencimento.

Na ASCOM, minhas atividades incluíam atendimento ao público, revisão de comunicados institucionais, atualização de planilhas de acompanhamento, cobertura fotográfica de eventos, apoio nas atividades realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e gestão das mídias sociais do tribunal, incluindo criação, programação e monitoramento de publicações.

Após alguns meses, surgiu a oportunidade de integrar a equipe da ASCOM como colaborador terceirizado. Receber essa indicação foi motivo de felicidade e, ao mesmo tempo, de grande responsabilidade, pois representava o reconhecimento do meu trabalho, dedicação e comprometimento.

Mais do que uma nova etapa profissional, essa oportunidade simbolizava a continuidade de uma trajetória construída com muito aprendizado, esforço e identificação com a instituição.

Continuar contribuindo para o TRF6 passou a ter um significado ainda mais especial, sobretudo por acompanhar de perto o crescimento e a consolidação de um tribunal ainda em seus primeiros anos de existência.

Assim, meu último dia como estagiário foi em 11 de outubro de 2023. Poucos dias depois, em 16 de outubro de 2023, iniciei minha atuação como colaborador terceirizado pela empresa G&E, permanecendo vinculado às atividades da Assessoria de Comunicação do TRF6.

Nessa nova etapa, passei a atuar diretamente na produção e publicação de conteúdos para os portais institucionais e redes sociais, atendimento à imprensa, revisão textual de comunicados, criação de posts para mídias digitais, cobertura fotográfica de eventos e sessões solenes, monitoramento de metas e indicadores da Assessoria, elaboração de clipping e apoio às atividades administrativas e operacionais realizadas por meio do SEI.

Sob a chefia de Vera Carpes, a ASCOM passou por mudanças importantes, com ampliação da equipe e fortalecimento de suas atividades. Ainda assim, o ambiente colaborativo, dinâmico e marcado pelo aprendizado constante permaneceu como uma de suas principais características.

Mesmo com o crescimento da equipe e os novos desafios trazidos pela consolidação do TRF6, manteve-se uma cultura de cooperação, em que todos estão sempre dispostos a compartilhar conhecimentos, trocar experiências e aprender uns com os outros. Esse espírito coletivo contribui não apenas para o desenvolvimento profissional da equipe, mas também para a construção de um ambiente de trabalho acolhedor, respeitoso e motivador.

Ao olhar para trás, percebo que minha trajetória foi construída por meio de oportunidades, aprendizado contínuo e, principalmente, pelas pessoas que encontrei ao longo do caminho. O apoio da equipe, o ambiente dinâmico e a confiança depositada em mim foram fundamentais para meu crescimento.

Em junho de 2024, concluí minha graduação em Gestão Pública pela UEMG.

A formatura representou não apenas a conclusão de um curso, mas também a consolidação de um caminho iniciado anos antes, ainda como estudante de Administração, quando ingressei pela primeira vez na Justiça Federal sem imaginar o impacto daquela experiência em minha vida.

Hoje, ao fazer parte do TRF6, compreendo que minha trajetória também se entrelaça com a própria construção da história do tribunal. Cresci profissionalmente acompanhando o nascimento e o desenvolvimento de uma instituição que representa um marco para a Justiça Federal em Minas Gerais.

Mais do que um local de trabalho, o TRF6 tornou-se parte importante da minha história. E tenho orgulho de poder contribuir, diariamente, ainda que de forma simples, para a construção dessa trajetória coletiva.

Capítulo 23



Trajetória da colaboradora Ingrid Fernanda Teixeira Rocha

Secretaria Geral da Presidência do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Desde cedo, escolhi o Direito como minha profissão. Uma decisão tomada antes mesmo do ensino médio, mas que já nascia carregada de significado.

O que me levou a essa escolha foi perceber como é bonito o trabalho dos profissionais que lutam pelo outro, buscando trazer à sociedade o equilíbrio onde ele não existe.

A minha escolha, feita lá atrás, conduziu-me à faculdade de Direito e, algum tempo depois, ao ingresso na Justiça Federal como estagiária e, posteriormente, como terceirizada.

Passei pelo setor de Digitalização/Distribuição, onde tive minha primeira chefe, Márcia Renata de Oliveira Ponsá. Com ela, aprendi a ler processos, a compreender o funcionamento e a estrutura de um setor e, principalmente, a perceber que cada ato profissional carrega consequências reais na vida dos jurisdicionados.

Após a minha saída, retornei à SJMG, novamente na Digitalização, tendo Einstein Guedes de Paula como chefe. Com ele, aprendi, de forma leve, a enfrentar os desafios da vida, especialmente em meio à pandemia. Nesse período, a digitalização cumpriu um papel importante, reforçado, à época, pelas palavras da Diretora do Foro, Juíza Federal Vânia Cardoso.

Com a mudança do setor para o galpão, permaneci e passei a trabalhar com o Diretor do Núcleo (NUCJU), Marcos Ricardo Cordeiro. Foi então que começou uma nova etapa, não só para mim, mas para toda a Seção Judiciária de Minas Gerais.

Ao lado de Marcos, tive o privilégio de acompanhar o projeto de criação do TRF6. Foram muitas reuniões, planejamentos e idealizações, até que, no dia 19 de agosto de 2022, vivemos o que ele chama de “virada de chave”. Deixávamos de ser a Seção Judiciária de Minas Gerais vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e passávamos a ser o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Com a criação da 6ª Região, Marcos e eu seguimos para a Secretaria Judiciária de 2º grau (SECJU). Naquele momento, era perceptível que todos estavam contribuindo com seu “tijolinho” para a construção do Tribunal.

Meu tempo na SECJU foi breve, mas marcante. Com Marcos Cordeiro, aprendi a enxergar a gestão de forma mais ampla, com cuidado e responsabilidade. Compreendi que tudo ali fazia parte de uma engrenagem complexa, na qual cada detalhe importa para que tudo funcione em harmonia.

Posteriormente, fui trabalhar no primeiro gabinete da Presidência do TRF6, que, por coincidência, também foi o meu primeiro gabinete. Lá, tive uma experiência comparável a uma biblioteca: cada pessoa representava um conhecimento único.

Minha chefe de gabinete, Lisa Thais Eirado Martins, um poço de doçura, ensinou-me gentileza no ambiente de trabalho. Bene-Zaete Galdino Freitas, chefe de assessoria, ensinou-me firmeza por meio de suas decisões e falas seguras. Denise Araujo Silva, com seu entusiasmo, mostrava a importância da praticidade. Lívia Gê Rouxinol Kolling ensinou-me sobre seriedade e compromisso com o correto. O Dr. Ivanir César Ireno Júnior marcou-me pela capacidade de tratar tudo com agilidade, sem perder o lado humano. Angélica da Costa Pereira ensinou-me a ouvir o próximo. Christianne Callado de Souza revelou seu talento incrível para escrever sobre qualquer assunto. E a Desembargadora Federal Mônica Sifuentes ensinou-me o poder de persuasão, que encanta todos os ouvintes.

Hoje, na gestão atual, estou na SEGEp, trabalhando com o Secretário-Geral da Presidência, Juiz Federal Antônio Francisco do Nascimento, que me ensina, diariamente, sobre humildade e sobre como as pessoas possuem um dom natural para a criação.

Já Nadia Aparecida Dos Santos Kisch, assessora-chefe, tem me ensinado sobre cuidado e afeto, mostrando que, além do trabalho, é possível oferecer apoio a quem precisa.

Ao longo do meu trajeto até aqui, tive muitos amigos e professores que me ajudaram a trilhar esse caminho da Seção Judiciária de Minas Gerais ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Capítulo 24



Trajatória do colaborador Josué Batista dos Santos

Vigilante na Subseção Judiciária de Sete Lagoas

Meu nome é Josué Batista dos Santos. Atualmente, atuo como vigilante na Justiça Federal de Sete Lagoas, sendo uma honra fazer parte da equipe no posto de serviço onde trabalho.

Minha trajetória profissional começou em 2007, aos 17 anos, atuando na área de serviços gerais na loja Ponto do Esporte, aqui em Sete Lagoas, onde permaneci até 2010. Em seguida, trabalhei na empresa Gelac como operador de câmara fria, também em 2010. Em 2011, passei a fazer parte da empresa Turi, atuando como trocador, função que exerci durante dois anos.

Depois, ingressei na empresa de segurança Sansseg. Iniciei como porteiro e realizei o curso de vigilante assim que a Escola Mineira de Segurança inaugurou em Sete Lagoas, o que facilitou muito para mim e me deu a oportunidade de realizar esse sonho.

Após isso, comecei a atuar na área de segurança e, graças a Deus, sigo até hoje. A Sansseg passou a prestar serviço na Justiça Federal, no fórum onde atuo atualmente. A empresa entrou de forma emergencial e permaneceu por cerca de dois a três meses. Depois, em 2015, entrou a empresa Minasseg, que continuou com nossa equipe.

Quando o contrato da Minasseg terminou, entrou a empresa Redentor, que permaneceu de 2019 a 2021. Em seguida, veio a empresa TBI, que ficou conosco por quase três anos.

Atualmente, atuo pela empresa Guardseg, que já está há quatro anos prestando serviço conosco. Graças a Deus, permaneci no mesmo posto desde janeiro de 2015.

Ao longo dessa trajetória, só tenho a agradecer, primeiramente, a Deus, pela oportunidade, pela saúde e pela vida. Também agradeço aos colegas de trabalho, com quem sempre mantive uma convivência muito unida, tanto na equipe de segurança quanto com os profissionais de outras áreas. Ali, somos muito unidos e acabamos formando uma segunda família, afinal, é no trabalho que passamos grande parte do nosso tempo.

Sempre tive facilidade para me comunicar e me enturmar com as pessoas. Apesar de ser um pouco tímido, sempre gostei de conversar, criar amizades e manter um bom relacionamento com todos. Durante esse tempo de trabalho no fórum, construí grandes amizades. Muitas pessoas passaram por ali, outras chegaram, e tivemos muito contato com estagiários, servidores, diretores e juízes. É uma honra conhecer todas essas pessoas e fazer parte de uma equipe importante e unida.

Sempre tive o sonho de fazer o curso de vigilante para atuar na área de segurança. Em 2013, graças a Deus, consegui realizar esse sonho. Na época, eu não tinha condições de ir para Belo Horizonte fazer o curso, pois em Sete Lagoas ainda não havia escola de segurança. O deslocamento envolvia custos com hospedagem, alimentação e o próprio curso, além de eu já ter família constituída, o que dificultava ainda mais.

Sempre tive uma vida simples, em uma família humilde, mas muito unida, dedicada e esforçada. Meus pais sempre me ensinaram a correr atrás dos meus objetivos, a conquistar as coisas da maneira certa e a valorizar as amizades verdadeiras. Desde novo aprendi a trabalhar e a lutar pelos meus sonhos, e foi assim que consegui chegar até aqui, fazendo parte dessa equipe e trabalhando em um lugar onde me sinto muito bem.

Sempre me esforcei e procurei prestar meu serviço com excelência. Não digo perfeição, porque ninguém é perfeito, mas sempre busquei dar o meu melhor para realizar um trabalho de qualidade. O fórum é um local muito bom de trabalhar. Muitas pessoas passam por ali diariamente: servidores, advogados, cidadãos que buscam informações sobre processos ou esclarecimento de dúvidas, além das audiências e demais atividades.

Temos contato com diferentes públicos e sabemos lidar com isso de forma profissional, com treinamento, conhecimento e responsabilidade. Eu realmente gosto do que faço e da área em que atuo.

Espero continuar nessa profissão enquanto Deus permitir, porque, embora muitas vezes a área da segurança não seja tão reconhecida, ela tem grande valor.

Segurança não é apenas colocar uma pessoa em um posto, com postura séria e aparência firme. Segurança exige atenção, postura, educação, equilíbrio e respeito ao próximo. É saber se posicionar adequadamente em qualquer ambiente e prestar um serviço responsável e profissional.

Sempre gostei muito dessa área e tenho a felicidade de trabalhar com aquilo que sempre sonhei. Espero também que todos no fórum estejam satisfeitos com o serviço que prestamos. Fico muito feliz por poder compartilhar um pouco da minha trajetória e da minha vida. Agradeço a Deus e a todas as pessoas que fizeram parte dessa caminhada.

Capítulo 25



Trajetória da colaboradora Júlia Sudário Ferreira Dantas

Auxiliar Administrativa na Subseção Judiciária de Patos de Minas

Meu nome é Júlia Sudário Ferreira Dantas, e minha trajetória no TRF6 começou em abril de 2022, de forma simples, mas extremamente significativa para a profissional que me tornei ao longo dos anos. Quando olho para trás, percebo que essa caminhada foi construída gradualmente, por meio de aprendizado, amadurecimento e experiências que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

Ingressei na Justiça Federal em abril de 2022, ainda muito jovem, como estagiária de Direito da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, em razão do convênio existente entre a Prefeitura e a Justiça Federal. Naquela época, eu ainda estava descobrindo meus objetivos profissionais, aprendendo a lidar com responsabilidades e buscando compreender qual caminho desejava seguir.

No início da trajetória, tudo era novidade. O ambiente jurídico parecia complexo, repleto de termos técnicos, procedimentos e rotinas completamente diferentes da realidade que eu conhecia até então. Como acontece com muitas pessoas em início de carreira, eu sentia insegurança, medo de errar e receio diante das responsabilidades do trabalho.

Ao mesmo tempo, sempre tive grande vontade de aprender. Procurei observar os colegas mais experientes, compreender o funcionamento dos setores, aprender a utilizar os sistemas e me adaptar à rotina da Justiça Federal. Aos poucos, fui adquirindo mais segurança e compreendendo a importância do trabalho desenvolvido dentro da instituição.

Além do aprendizado técnico, a convivência no ambiente profissional também contribuiu significativamente para meu amadurecimento. Conviver diariamente com pessoas diferentes, com experiências e formas de trabalho distintas, ensinou-me muito sobre comunicação, respeito, paciência e trabalho em equipe.

No começo, eu era bastante tímida e tinha receio de fazer perguntas ou cometer erros. Com o tempo, compreendi que o aprendizado faz parte do processo e que o ambiente profissional também é um espaço de troca constante. A convivência com colegas, servidores, estagiários e colaboradores contribuiu de forma relevante para minha formação profissional. Aprendi muito observando pessoas mais experientes, esclarecendo dúvidas e acompanhando a rotina de trabalho.

Essa experiência também me ensinou a lidar melhor com pressão, responsabilidade, prazos e situações delicadas do cotidiano. Aos poucos, fui amadurecendo e entendendo que o crescimento profissional não depende apenas do conhecimento técnico, mas também da forma como lidamos com as pessoas e com os desafios da rotina.

Com dedicação e vontade de aprender, dei continuidade à minha trajetória na instituição e, em maio de 2023, tive a oportunidade de atuar como colaboradora terceirizada. Essa mudança representou, para mim, a continuidade de uma trajetória construída em um ambiente no qual eu já me sentia integrada e em constante aprendizado.

Ao longo dessa caminhada, passei a atuar diretamente com o atendimento ao público e com demandas profundamente humanas. Uma das experiências mais marcantes da minha trajetória foi a atuação com atermações, atividade que me proporcionou contato direto com pessoas que procuram a Justiça Federal em busca de orientação e acesso aos seus direitos. Essa vivência proporcionou-me uma visão mais prática e humanizada sobre o serviço público, além de ampliar minha sensibilidade para a realidade dos jurisdicionados e para a importância do acolhimento no atendimento.

Grande parte dessas demandas envolve benefícios previdenciários e assistenciais, especialmente casos relacionados ao INSS. Assim, passei a ter contato frequente com pessoas que enfrentam dificuldades financeiras, problemas de saúde e situações familiares delicadas. Essa convivência fez com que eu percebesse que, por trás de cada processo, existe uma história de vida e uma grande expectativa em relação à Justiça.

Muitas pessoas chegam sem compreender exatamente seus direitos ou sem saber como funciona o sistema judicial. Nessas situações, percebi a importância de um atendimento realizado com paciência, atenção e respeito. Pequenas atitudes podem fazer diferença para quem já chega fragilizado ou inseguro, e isso marcou profundamente minha forma de atuar.

Foi justamente convivendo diariamente com essa realidade que comecei a enxergar o serviço público sob uma nova perspectiva. Passei a compreender que trabalhar na Justiça Federal vai muito além do cumprimento de tarefas administrativas. Existe um impacto direto na vida das pessoas, inclusive nas atividades mais simples da rotina, que podem representar acolhimento, orientação e dignidade.

Outra experiência importante na minha trajetória tem sido a atuação junto ao CEJUSC e às audiências de conciliação. Atuar nesse ambiente proporcionou-me grande aprendizado sobre escuta, diálogo e postura profissional.

Nas audiências, aprendi a importância de ouvir as partes com atenção e de conduzir cada situação da forma mais tranquila e respeitosa possível. Cada audiência possui uma dinâmica própria, porque cada pessoa chega ao Judiciário trazendo sua própria história e expectativas.

A experiência como conciliadora em formação também contribuiu significativamente para meu crescimento profissional. Aos poucos, fui adquirindo mais segurança e aprendendo sobre responsabilidade, imparcialidade e comunicação no ambiente jurídico.

Toda essa vivência dentro da Justiça Federal despertou em mim o desejo de me tornar servidora pública. Acompanhar de perto a rotina da instituição e observar o trabalho desenvolvido pelos servidores fez com que eu me identificasse ainda mais com essa trajetória profissional.

No final de 2024, concluí minha graduação em Direito, uma conquista extremamente importante para mim. Vivenciar a prática da Justiça Federal enquanto cursava a faculdade tornou essa experiência ainda mais significativa, pois consegui aproximar o aprendizado acadêmico da realidade prática do trabalho.

Durante esse percurso, percebi que cada etapa dentro da instituição teve um papel essencial na minha formação. O estágio inicial ensinou-me a lidar com o desconhecido; a terceirização trouxe-me mais responsabilidade e contato direto com o público; e a vivência diária consolidou em mim a compreensão do impacto social do trabalho realizado pela Justiça Federal.

Hoje, posso afirmar que me identifico profundamente com o trabalho desenvolvido na Justiça Federal. Gosto do aprendizado constante, da convivência profissional e da possibilidade de contribuir, ainda que de forma simples, para o atendimento das pessoas que procuram o Judiciário.

Mais do que estabilidade profissional, encontrei propósito e identificação com a missão institucional da Justiça Federal. Pretendo continuar crescendo, aprendendo e construindo minha trajetória vinculada ao serviço público.

Ao longo desses anos, enfrentei desafios, inseguranças e momentos de adaptação. Ainda assim, acredito que cada experiência contribuiu para minha evolução pessoal e profissional

A Justiça Federal proporcionou-me muito aprendizado, não apenas técnico, mas também humano. Conviver diariamente com colegas, servidores, magistrados, estagiários e colaboradores contribuiu diretamente para minha formação profissional e para a pessoa que estou me tornando.

Hoje, ao olhar para trás, sinto orgulho da trajetória que construí desde a época em que ingressei como estagiária da Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Cada etapa teve sua importância e contribuiu para minha formação.

Fazer parte do TRF6 representa, para mim, motivo de orgulho e gratidão. Tenho grande satisfação em integrar uma instituição tão importante e em continuar construindo minha trajetória profissional dentro da Justiça Federal.

Participar deste projeto também representa uma oportunidade de olhar para trás e reconhecer o quanto evoluí ao longo dessa caminhada. Muitas vezes, a rotina faz com que não percebamos o quanto aprendemos e amadurecemos com as experiências do dia a dia.

Acredito que iniciativas como esta são importantes porque valorizam não apenas o trabalho realizado, mas também as histórias das pessoas que integram diariamente a instituição.

Sinto orgulho em integrar essa trajetória institucional e espero continuar construindo muitos capítulos da minha história dentro do TRF6.

Capítulo 26



Trajetória da colaboradora Karen Nunes Ferreira

Auxiliar Administrativo na Seção de Administração e Serviços Gerais

Minha trajetória na Justiça Federal começou em julho de 2015 e foi meu primeiro emprego. Hoje, ao olhar para trás, sinto um enorme orgulho de tudo o que vivi e construí ao longo desses quase 11 anos de caminhada. Foram anos marcados por muito aprendizado, desafios, crescimento profissional e amadurecimento pessoal. Cada etapa teve um significado especial e contribuiu para formar a profissional que sou atualmente.

Quando entrei no Tribunal, iniciei minha caminhada como mensageira e também atuei como ferista durante aproximadamente um ano. Apesar de estar começando minha vida profissional dentro da instituição, sempre procurei desempenhar minhas funções com muita dedicação, responsabilidade e vontade de aprender. Foi um período extremamente importante para mim, porque tive a oportunidade de conhecer melhor a rotina da Justiça Federal, os setores, os servidores e toda a dinâmica necessária para o funcionamento da instituição.

Depois, tive a oportunidade de ingressar na 21ª Vara, trabalhando ao lado do Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, da Diretora Laurita Cardoso de Abreu e dos demais servidores do setor, pessoas que contribuíram muito para o meu desenvolvimento profissional e pessoal. Foi nessa fase que comecei a enxergar novas possibilidades para minha carreira e percebi que poderia crescer ainda mais dentro da instituição.

Foi justamente nesse período que decidi investir ainda mais no meu futuro profissional. Entendi que precisava buscar conhecimento e qualificação para continuar crescendo e aproveitando as oportunidades que poderiam surgir ao longo da minha caminhada.

Assim, iniciei minha graduação em Recursos Humanos, conciliando a rotina de estudos com o trabalho.

Não foi um período fácil, porque conciliar trabalho, estudos e responsabilidades exige muito esforço e dedicação. Muitas vezes precisei abrir mão de momentos de descanso para estudar e me dedicar à faculdade, mas sempre tive consciência de que todo esforço valeria a pena no futuro.

Acredito que investir no conhecimento foi uma das decisões mais importantes da minha vida, porque me ajudou a amadurecer profissionalmente e a enxergar novas possibilidades dentro da área administrativa.

Pouco tempo depois, surgiu a oportunidade de me tornar auxiliar administrativa. Não pensei duas vezes antes de aceitar esse desafio, porque sabia que seria uma grande chance de crescimento profissional.

Assumir novas responsabilidades me trouxe muito aprendizado e também a oportunidade de desenvolver habilidades que eu ainda não possuía. Passei a ter uma visão mais ampla do funcionamento administrativo, já que trabalhava na secretaria cível e comecei a participar de atividades que exigiam mais organização, responsabilidade e atenção.

Sou muito grata pelas oportunidades que Geraldo Caixeta me proporcionou ao longo dessa caminhada. A confiança depositada em mim fez toda a diferença na minha trajetória profissional. Sempre procuro valorizar as pessoas que acreditaram no meu potencial e me deram oportunidades de crescimento, porque sei que cada incentivo recebido contribuiu diretamente para meu desenvolvimento dentro da Justiça Federal. Como resultado dessa trajetória, tornei-me Auxiliar Administrativa IV – com nível superior.

Ao longo desses anos, criei um vínculo muito forte com o meu setor na SECAM – Secretaria de Administração e Serviços. Foi um ambiente no qual aprendi muito, cresci profissionalmente e construí relações importantes que levarei comigo para toda a vida.

Atualmente, atuo na SEASG – Seção de Administração e Serviços Gerais, onde cuido de um dos contratos da Justiça Federal, oportunidade que me possibilitou atuar ainda mais na área administrativa e adquirir novos conhecimentos. Essa experiência ampliou minha visão profissional e contribuiu significativamente para meu desenvolvimento dentro da instituição.

Além disso, também sou responsável, juntamente com a equipe de Manutenção, pela organização dos eventos da Justiça, atividade que exige muita dedicação, planejamento, organização e comprometimento. Cada evento realizado demanda atenção aos detalhes, alinhamento entre equipes e grande responsabilidade para que tudo aconteça da melhor maneira possível.

Participar da organização desses eventos me proporcionou experiências muito importantes, principalmente no que se refere ao trabalho em equipe, à comunicação e à capacidade de lidar com diferentes demandas ao mesmo tempo. É uma função que me trouxe muito aprendizado e que contribuiu significativamente para meu crescimento profissional.

Entre os diversos desafios que enfrentei ao longo dessa trajetória, um dos maiores foi o período das mudanças realizadas entre os prédios. Minha equipe de Manutenção teve a grande responsabilidade de realizar a mudança de diversos setores de um prédio para outro e vice-versa.

Foi um período muito intenso, que exigiu organização, esforço coletivo, planejamento e grande responsabilidade de todos os envolvidos. Cada mudança precisava ser realizada com cuidado, atenção e agilidade, para que os setores continuassem funcionando da melhor forma possível. Apesar da correria e do desgaste que esse período trouxe, também foi uma experiência extremamente importante para fortalecer nosso trabalho em equipe.

Acredito que esse momento demonstrou a capacidade da nossa equipe de enfrentar grandes desafios com união, comprometimento e dedicação. Superar esse período trouxe um sentimento de realização muito grande, porque sabíamos da importância do trabalho que estava sendo executado.

Ao longo desses quase 11 anos, também vivi momentos difíceis e marcantes dentro da instituição. O mais triste deles foi a queda do elevador no prédio ODC, um acontecimento muito doloroso para todo o meu setor e que ficará para sempre em nossa memória.

Foi um momento de muita tristeza, preocupação e impacto emocional para todos que vivenciaram aquela situação. Experiências como essa nos fazem refletir sobre a vida.

Apesar dos desafios e das dificuldades enfrentados ao longo dessa caminhada, também tive a oportunidade de viver momentos muito especiais e construir amizades que levarei para toda a vida.

Sou extremamente grata por todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória e contribuíram, de alguma forma, para meu crescimento profissional e pessoal.

Em especial, carrego comigo um carinho enorme por Ana Carolina Chagas Ferreira e Raffiza Sousa Costa, amizades que se tornaram muito importantes na minha vida e que fizeram toda a diferença ao longo dessa caminhada. Ter pessoas especiais ao nosso lado torna a rotina mais leve e os desafios mais fáceis de enfrentar.

Ao longo desses anos, a Justiça Federal se tornou parte da minha história, do meu crescimento e da minha construção pessoal e profissional. Foi dentro dessa instituição que aprendi grandes lições, desenvolvi minhas capacidades e vivi experiências que levarei comigo para sempre.

Cada função que desempenhei contribuiu para minha evolução. Desde o início como mensageira até às responsabilidades que exerço atualmente, cada etapa teve sua importância e me ajudou a crescer profissionalmente. Tenho muito orgulho da minha trajetória e da dedicação que sempre procurei entregar em cada atividade realizada.

Olho para trás com gratidão por todas as oportunidades que tive ao longo dessa caminhada. Sou grata pelas pessoas que confiaram em mim, pelos aprendizados adquiridos, pelos desafios superados e por todas as experiências vividas dentro da Justiça Federal.

Completar quase 11 anos dentro da instituição representa muito mais do que tempo de serviço. Representa uma trajetória construída com esforço, dedicação, crescimento e superação. Tenho consciência de que ainda há muito a aprender e conquistar, mas carrego comigo a certeza de que cada passo dado até aqui valeu a pena.

Tenho muito orgulho da história que construí até aqui e sou eternamente grata por cada oportunidade, aprendizado e pessoa que fizeram parte dessa caminhada.

Capítulo 27



Trajetória do colaborador Leandro Lopes dos Reis

Analista de Suporte de Tecnologia da Informação da Subseção
Judiciária de Sete Lagoas

Meu nome é Leandro Lopes dos Reis, tenho 39 anos e trabalho como Analista de Suporte de Tecnologia da Informação, prestando serviços na Subseção Judiciária de Sete Lagoas há mais de 20 anos.

Minha trajetória no TRF teve início em 2006, por indicação da servidora Dilma Alves Gonçalves, a quem agradeço imensamente pela confiança. Na ocasião, a empresa terceirizada CALSENG Serviços Ltda., vencedora da licitação, precisava contratar um mensageiro após a demissão do profissional que ocupava a função no início do contrato, enquanto a Justiça Federal ainda se encontrava em fase de obras.

Recebi a notícia no dia 29/01/2006, data em que completei 19 anos, enquanto trabalhava em uma obra civil. A entrevista com o responsável pela empresa foi marcada para o dia 10/02/2006. Fui aprovado e iniciei minhas atividades no mesmo dia, auxiliando nas instalações da subseção, que seria inaugurada em 21/02/2006.

Meu primeiro contato com um servidor, após a Dilma, foi com o supervisor da SEAFI, Evaldo Cordeiro de Faria, que me passou as primeiras tarefas relacionadas aos preparativos para a abertura da subseção.

Após a inauguração, comecei a trabalhar na SESAP, onde tive como referência a servidora, hoje aposentada, Márcia Vieira de Assis, a “Marcinha”, que considero como uma mãe. Sempre muito atenciosa, educada e paciente, ela me orientou nas minhas primeiras atividades. Iniciei no envio de correspondências, preparando cartas, ofícios, intimações, entre outros documentos, além de atuar no setor de juntada de petições.

Trabalhei como mensageiro até o dia 31/07/2008, quando se encerrou o contrato da empresa com a subseção.

Em 01/08/2008, a empresa ADMINAS Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda. iniciou suas atividades na subseção, e comecei uma nova jornada, agora como zelador. Foi mais um período de muito aprendizado, principalmente nas áreas de manutenção elétrica, hidráulica, entre outras. Como eu já possuía experiência anterior em obra civil, tive mais facilidade para desenvolver novas habilidades.

Em 2010, ocorreu uma grande mudança em minha vida. A subseção firmou convênio com a Faculdade Cenecista para disponibilização de estagiários de TI. Em uma conversa entre a supervisora da SESAP e o gestor do curso de Sistemas de Informação, surgiu a informação de que ainda havia vagas disponíveis, com bolsa de 50%.

A supervisora me chamou e praticamente me intimou (rsrs)! Recebi um enorme incentivo dos servidores. Como o início seria imediato e o semestre já estava em andamento, eu não tinha condições de arcar com a matrícula naquele momento. Então, por intermédio da Marcinha, os servidores se reuniram e custearam minha matrícula. Foi assim que iniciei meus estudos.

Fiquei extremamente feliz por começar essa nova etapa. Além disso, conseguimos uma bolsa de 50% para minha irmã, no curso de Administração. Seguimos juntos nessa jornada. Minha mãe, empregada doméstica, que estudou até a quarta série, e meu pai, operador de máquinas, que estudou até a terceira série, ficaram extremamente orgulhosos de nós. Sempre aprendi que a educação vem de berço e posso afirmar que tivemos a melhor base: correr atrás dos nossos objetivos sem prejudicar ninguém.

No início, foi muito difícil ingressar em uma área totalmente nova para mim. Eu possuía apenas conhecimentos básicos de informática, mas lutei diariamente para alcançar meus objetivos.

Em 30/09/2012, encerrou-se o contrato da empresa ADMINAS e, em 01/10/2012, a empresa PONTUAL Assessoria Empresarial Ltda. assumiu os serviços, mantendo-me no cargo de zelador.

Em 30/04/2014, vivi o pior dia da minha vida: perdi meu pai. Pensei em desistir de tudo, mas, novamente, recebi apoio dos colegas da subseção. Decidi seguir em frente e concluir o curso em homenagem a ele.

Em setembro de 2014, a subseção iniciaria um novo contrato para digitadores, e fui convidado a mudar de função. Mesmo com redução salarial, optei pela mudança, pois a carga horária de 150 horas mensais me permitiria dedicar mais tempo ao TCC e às atividades da faculdade.

Assim, encerrei meu contrato com a empresa PONTUAL e iniciei um novo vínculo com a LOGOS Assessoria e Serviços Ltda., em 01/09/2014, como digitador. Passei a atuar no setor de protocolo/distribuição, desempenhando atividades voltadas ao atendimento ao público e às rotinas processuais iniciais, como lançamento de processos no sistema Oracle, montagem, numeração e movimentação de autos, recebimento de processos de órgãos como MPF e PFN, além de arquivamento e desarquivamento.

No início de 2016, imaginei que seria o fim da minha trajetória na Justiça Federal, pois em breve concluiria a graduação e precisaria cumprir estágio obrigatório. No entanto, o técnico de TI da época, Juliano Silva Liboreiro, foi aprovado em concurso público e deixaria o cargo. O supervisor da SESAP, Ronaldo Nonato Moreira, a quem também agradeço pela confiança, indicou-me para a vaga. Inicialmente, o preposto da empresa não quis me contratar por falta de experiência, mas o diretor da época, Aldair Rodrigues Moreira, insistiu na minha contratação, confiando em meu potencial. Sou profundamente grato por essa oportunidade.

Assim, encerrei meu contrato com a LOGOS em 17/02/2016 e, na mesma data, iniciei minhas atividades na STEFANINI Consultoria e Assessoria em Informática S.A. como Técnico de Apoio ao Usuário. Recebi excelente treinamento do Juliano, que permaneceu por mais dois meses, período fundamental para meu aprendizado.

Em julho de 2016, missão cumprida: formei-me em Sistemas de Informação.

Em 13/06/2018, encerrou-se o contrato da STEFANINI com o TRF e, consequentemente, meu vínculo com a empresa. No dia 14/06/2018, iniciei minhas atividades na CIMCORP Comércio e Serviços de Tecnologia de Informática Ltda. como Analista de Suporte Júnior. Nesse período, adquiri novas experiências, como atendimento por meio de central telefônica e suporte remoto a servidores da capital e de outras subseções.

Em outubro de 2018, casei-me e, no dia 03/04/2020, vivi um dos momentos mais felizes da minha vida: o nascimento do meu filho.

Em 2020, enfrentamos a pandemia, um período extremamente desafiador. O TRF evoluiu significativamente em seus sistemas para adaptação ao trabalho remoto. Apesar das dificuldades, foi uma fase de muito aprendizado, tanto para os servidores quanto para nós, profissionais do suporte.

Em 30/04/2022, a empresa CIMCORP encerrou seu contrato com o TRF.

No dia 02/05/2022, iniciei minhas atividades na ILHA Service Tecnologia e Serviços Ltda., meu vínculo atual, onde atuo como Analista de Suporte. Trabalho na SESAP, sob supervisão da servidora Rosemary Gonçalves Leiva, com quem tenho excelente relação profissional, assim como com todos os servidores, prestadores e estagiários.

Enfim, sou extremamente grato a todos que fizeram parte da minha trajetória. Entrei na subseção aos 19 anos, sem profissão definida, e hoje, aos 39, sou formado em Sistemas de Informação, tenho uma carreira consolidada, sou pai de família e sinto muito orgulho da minha história.

Já dediquei mais da metade da minha vida à Subseção Judiciária de Sete Lagoas. Neste ano, completo 10 anos atuando como Analista de Suporte e sigo firme, desempenhando minhas funções com dedicação, respeito e compromisso, enquanto Deus permitir.

Capítulo 28



Trajetória do servidor Marcos Ricardo Cordeiro

Diretor da Secretaria Judiciária do 2º Grau

Minha trajetória na Justiça Federal de Minas Gerais começou oficialmente em 17 de junho de 1993, data em que tomei posse na sede da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Antes disso, porém, minha história de vida já havia sido marcada por diferentes mudanças e experiências que contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

Nasci na cidade de Guarapuava no Estado do Paraná, onde vivi minha infância até aproximadamente os 12 anos de idade. Posteriormente, minha família mudou-se para a cidade de Mineiros, no interior do Estado de Goiás, local em que passei a adolescência e parte importante da juventude.

Naquela época, Mineiros ainda não possuía uma estrutura educacional que atendesse adequadamente aos jovens que desejavam ingressar em uma universidade, realidade comum em muitas cidades do interior. Por essa razão, ainda muito jovem, precisei deixar minha família para buscar melhores oportunidades de estudo. Mudei-me para Curitiba, cidade onde residiam alguns familiares, com o objetivo de concluir o ensino médio e me preparar para o vestibular.

No início de 1992, aos 19 anos, fui aprovado no vestibular da Universidade Federal de Uberlândia – UFU para o curso de Administração. Passei então a residir em Uberlândia, cidade que marcou profundamente minha trajetória e onde vivi importantes experiências profissionais e pessoais.

Ainda naquele período, realizei estágio no Banco do Brasil e também fui aprovado em concurso para o Banco de Minas Gerais - BEMGE, onde exerci a função de escriturário por aproximadamente oito meses. Foi uma experiência importante para meu amadurecimento profissional e para meu primeiro contato mais direto com a rotina do serviço público e das instituições financeiras.

Foi também nesse período que surgiu a oportunidade de prestar concurso para a Justiça Federal de Minas Gerais. Em 1993, fui nomeado para o cargo de Técnico Judiciário.

Ao tomar posse em Belo Horizonte, fui lotado na Seção de Contadoria da capital, unidade na qual permaneci por mais de duas décadas, exercendo diferentes funções e acompanhando importantes transformações da instituição ao longo do tempo.

Iniciei minhas atividades na Contadoria atuando diretamente na elaboração de cálculos judiciais da antiga 1ª Vara Federal. Posteriormente, assumi a função de encarregado do setor de custas judiciais e, mais adiante, a supervisão da unidade, função que exerci por aproximadamente 11 anos.

Durante o período em que atuei na Contadoria, já havia concluído o curso de Administração na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mas senti a necessidade de ampliar minha formação acadêmica e jurídica. Assim, ingressei no curso de Direito no Centro Universitário Newton Paiva no ano de 2004, tendo concluído em 2009. Em seguida, aproveitando o ritmo de estudos, realizei Especialização em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC, complementando minha formação profissional.

A experiência na Contadoria foi extremamente enriquecedora, tanto do ponto de vista técnico quanto humano. Ao longo daqueles anos, tive a oportunidade de acompanhar profundas mudanças na Justiça Federal, especialmente relacionadas à evolução dos sistemas processuais, à modernização das rotinas administrativas e à transformação tecnológica vivenciada pelo Poder Judiciário.

Além do aprendizado técnico, guardo com muito carinho a convivência com colegas, magistrados, terceirizados e estagiários que contribuíram significativamente para minha formação profissional e pessoal ao longo dessa caminhada.

No ano de 2016, fui convidado pela então Diretora do Foro e atual Desembargadora Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes para assumir a direção do Núcleo Judiciário da Seção Judiciária de Minas Gerais, iniciando uma nova etapa em minha trajetória profissional.

Ao assumir o Núcleo Judiciário, deparei-me com o desafio de gerir uma estrutura complexa e um quadro expressivo de servidores, colaboradores e estagiários, tendo em vista que o NUCJU concentrava diversos serviços essenciais ao funcionamento da Seção Judiciária, entre eles distribuição processual, protocolo, emissão de certidões, digitalização, arquivo judicial, contadoria judicial e central de mandados.

Foi um período de intenso aprendizado e amadurecimento profissional. A atuação no Núcleo Judiciário ampliou minha visão institucional e proporcionou contato mais próximo com diferentes áreas administrativas e judiciárias da Justiça Federal mineira.

Permaneci à frente do Núcleo Judiciário durante as gestões dos Diretores do Foro Desembargador Federal André Prado de Vasconcelos e da Juíza Federal Vânia Cardoso André de Moraes.

Nesse período, participei de importantes projetos institucionais conduzidos pela Diretoria do Foro, entre eles iniciativas de reestruturação administrativa, os trabalhos relacionados ao Centro Local de Inteligência (CLI) e a digitalização do acervo físico de processos, especialmente durante o desafiador período da pandemia, momento em que toda a instituição precisou se reinventar para garantir a continuidade da prestação jurisdicional.

Também tive a oportunidade de participar dos trabalhos preparatórios relacionados à criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, momento histórico para a Justiça Federal mineira e que representou um dos maiores desafios institucionais já vivenciados por nossa estrutura administrativa e judiciária.

Com a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em agosto de 2022, fui convidado pela Desembargadora Federal Mônica Sifuentes para assumir a Secretaria Judiciária do 2º Grau, função que continuo exercendo atualmente na gestão do Desembargador Federal Vallisney de Souza Oliveira.

No âmbito do novo Tribunal, enfrentei o desafio de estruturar e consolidar a Secretaria Judiciária do 2º Grau, unidade com atribuições estratégicas relacionadas ao tribunal, abrangendo áreas como gestão dos sistemas judiciais e de apoio judicial, processamento e pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, apoio às sessões de julgamento e coordenação do plantão judiciário de 2º grau.

Participar da criação e da estruturação inicial do TRF6 tem sido uma experiência singular em minha trajetória profissional. A implantação de um novo tribunal trouxe enormes desafios administrativos, tecnológicos e humanos, exigindo espírito de colaboração, capacidade de adaptação e, sobretudo, um forte compromisso coletivo de todos os envolvidos.

Tenho convicção de que esse projeto somente se tornou realidade graças ao empenho, à dedicação e ao comprometimento de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários que acreditaram na construção de uma Justiça Federal cada vez mais próxima da sociedade mineira.

Passadas mais de três décadas desde minha posse, sinto-me extremamente honrado e realizado por fazer parte da história da Justiça Federal em Minas Gerais e, especialmente, da criação do TRF6.

Carrego profunda gratidão por todas as pessoas com quem tive a oportunidade de conviver ao longo dessa trajetória. Mais do que colegas de trabalho, muitos se transformaram em grandes amigos, deixando marcas importantes em minha vida pessoal e profissional. Sinto-me orgulhoso e honrado por pertencer a esta Casa que me acolheu ao longo desta trajetória.

Capítulo 29



Trajetória da Juíza Federal aposentada Maria Edna Fagundes Veloso

De início, cumprimento o Diretor do Foro, Dr. José Carlos Machado Júnior, pela feliz iniciativa de oportunizar a juízes e servidores desta Seção Judiciária falarem de suas trajetórias na Justiça Federal.

No meu caso específico, o ingresso na Magistratura se deu após 22 anos no exercício da advocacia privada, ao final dos quais tive a oportunidade de exercer, como voluntária, a função de conciliadora do antigo Juizado de Pequenas Causas, criado pela Lei nº 7.244/84, o que me propiciou agregar rica experiência e descobrir a minha aptidão para dirimir conflitos. Era uma grande alegria diante de cada caso solucionado. Nasceu daí, então, o interesse de ingressar na Magistratura.

E Deus abraçou a minha causa, permitindo-me enfrentar mais essa luta, na qual saí vencedora. No dia 30 de maio de 1994, tomei posse como Juíza Federal Substituta no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em evento solene e pomposo que me encheu de alegria e aguçou as minhas expectativas para o recomeço a que me propus, já no auge da maturidade. Destaco, como fato pitoresco daquele momento, o grito da minha primeira neta, então com dois aninhos, que, ao ouvir o meu nome, quebrou o protocolo e gritou: “Ei, vovó Edna!”.

Foi uma mudança radical na minha vida, sim, o que exigiu grande sacrifício, mas, a cada dia que se passou, convenci-me do acerto da minha decisão e, na nova carreira, tal como fiz na advocacia, pautei a minha atuação na honradez e na seriedade, sempre procurando realizar a “justiça”, objetivo maior da jurisdição, o que me rendeu muitas conquistas.

Lotada, de início, na Sétima Vara desta Seção Judiciária, da qual era titular o Dr. Luiz Gonzaga Barbosa Moreira, ser humano do mais alto calibre, ali atuei em função de auxílio até setembro de 1998, quando me titularizei na Segunda Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, onde tive o privilégio de conhecer e conviver com o Dr. José Carlos Machado Júnior, juiz de grande envergadura que atuou como juiz substituto daquela Vara.

Voltei a Belo Horizonte em maio de 1999, assumindo a 15ª Vara Cível desta Seccional, à frente da qual estive até a minha aposentadoria, em 05/04/2022.

É importante dizer que, em toda a minha atuação na Justiça Federal, contei com o prestimoso apoio de servidores dedicados e competentes, que tornaram menos difícil a minha atuação, abraçando a minha causa e assimilando o meu entendimento de que nem sempre a frieza de um texto legal pode orientar o agir do julgador, que deve procurar, numa interpretação sistêmica, extrair da norma o fundamento que o leve a fazer realizar o princípio constitucional da dignidade humana, colocando, à frente de cada processo, o ser humano que busca na Justiça o amparo dos seus direitos. Extinguir um processo, de plano, é pecado que não pode ser cometido. A orientação era: salvar o processo, buscando, nas entrelinhas do pedido, o seu objeto, sobretudo se o postulante era hipossuficiente.

Não cabe, neste espaço, relatar toda a minha experiência nos 28 anos em que servi, com dedicação e zelo, à Justiça Federal, mas procurarei destacar aqui aqueles fatos que reputo de maior importância:

1 - Integrei, como Primeira Relatora, a Primeira Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Minas Gerais, no período de 2002 a 2005, período em que integrei também a Turma Regional.

2 - Designada pelo então Presidente do TRF1, Desembargador Aloísio Palmeira, instalei, em outubro de 2005, a Primeira Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros, pela qual respondi até o seu provimento, em maio de 2006, encargo que cumpri com grande alegria, em face dos meus liames afetivos com aquela cidade.

3 - Exerci a Direção do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais no período de maio de 2006 a maio de 2007. Destaco aqui, como feito maior da minha gestão, a desapropriação dos dois prédios, hoje denominados Oscar Dias Corrêa e Euclides Reis de Aguiar, e ainda do prédio em que funciona o Centro Judiciário de Conciliação, na Rua Santos Barreto, nº 181, o que permitiu setorizar a Justiça Federal em local de fácil acesso ao público.

Devo confessar que esse período foi bastante difícil e exigiu de mim muita garra e determinação, cumprindo destacar o irrestrito apoio que recebi da então Presidente do TRF1, Desembargadora Assusete Dumont Reis Magalhães, de saudosa memória, com quem construí uma sólida amizade.

4 - Integrei, com muita honra, o TRE/MG nos seguintes períodos:

4.1 - Como Juíza Federal Substituta da Corte Eleitoral, no biênio 2009/2011.

4.2 - Como Juíza Federal Substituta reconduzida, no biênio 2011/2013.

4.3 - Como Juíza Federal Efetiva do TRE/MG, no biênio 2013/2015.

Confesso que a atuação no TRE/MG, além do substancial acréscimo aos meus conhecimentos jurídicos, trouxe-me muitas alegrias, e registro com carinho a última sessão de que participei naquela Corte, quando recebi a homenagem de todos os seus membros, enaltecendo a minha atuação naquele Tribunal, bem como do ilustre representante da OAB atuante naquela Corte, que assim se expressou: para falar sobre a atuação da Dra. Maria Edna, basta dizer que: “Se a causa era boa, vibrávamos de alegria quando o processo era distribuído para a sua relatoria; mas, se a causa era ruim, as nossas esperanças se afastavam.”

Devo confessar que essa fala adoçou o meu coração, dando-me a certeza de que julgar com independência e imparcialidade enobrece o julgador.

É claro que muitos outros feitos mereceriam ser aqui destacados, mas devo me limitar ao espaço recomendado.

E assim encerro este relato, invocando a célebre frase de Santo Agostinho, que afirmou: “A gratidão é a memória do coração”.

E, escorada em tal fundamento, expresso a minha gratidão a Deus pela oportunidade que me foi dada de servir à Justiça Federal, gratidão que estendo também a todos que me acompanharam nessa caminhada, valendo-me do ensejo para homenagear todos os servidores que me auxiliaram, o que faço nas pessoas dos Doutores Raimundo Ferreira do Nascimento e Zênia Leal da Paixão, meu pelotão de retaguarda, como os designou o já falecido Juiz José Wilson Sobrinho, quando os referidos servidores foram comigo para Juiz de Fora, sempre escorando, com inigualável dedicação, a minha atividade.

Capítulo 30



Trajetória da servidora Maria Elisa dos Santos Souza
Servidora lotada na 4ª Secretaria Unificada Cível da Subseção
Judiciária de Belo Horizonte

Ingressei na Justiça Federal no ano de 2001, por meio de concurso público, aos 37 anos de idade. À época, tratava-se do meu primeiro vínculo profissional formal. Possuía apenas o ensino médio completo e dedicava-me integralmente à criação dos meus quatro filhos, que, quando da minha posse, tinham entre 9 e 14 anos de idade.

Iniciei minha jornada na Vara de Execução Fiscal, atuando no setor de cumprimento de ordens judiciais. Minhas atribuições envolviam a elaboração de mandados, cartas de citação, editais, ofícios e outros expedientes essenciais ao andamento processual. Nesse período, tive a oportunidade de exercer funções comissionadas (FC-3 e FC-5), além de atuar em substituição na Direção de Secretaria, experiências que contribuíram significativamente para o desenvolvimento de habilidades técnicas e de gestão.

No ano de 2002, impulsionada pelo desejo de crescimento profissional, iniciei o curso de Direito na Faculdade Arnaldo Janssen, concluindo a graduação em 2007. Conciliar o trabalho, os estudos e a vida familiar foi um desafio constante, mas também uma experiência profundamente enriquecedora, que fortaleceu minha determinação e o meu compromisso com o serviço público.

Durante os primeiros anos de atuação, a realidade da Justiça Federal era bastante distinta da atual. Não havia computadores disponíveis para todos os servidores, sendo necessário o revezamento para utilização dos equipamentos.

Os sistemas processuais utilizados eram, inicialmente, o Netcom e, posteriormente, o Oracle, e os processos tramitavam integralmente em meio físico, com grande volume de autos e intensa demanda de trabalho.

Permaneci na Vara de Execução Fiscal por aproximadamente dez anos, período no qual adquiri sólida experiência prática e desenvolvi importantes vínculos profissionais e pessoais com colegas que contribuíram de forma significativa para a minha formação.

Posteriormente, em 2011, passei a atuar na Vara do Juizado Especial Federal, ambiente com o qual verdadeiramente me identifiquei. O trabalho voltado à população mais carente trouxe novo significado à minha atuação, evidenciando o papel social da Justiça e reforçando a importância de uma prestação jurisdicional mais célere e humanizada.

No Juizado, desempenhei atividades em diversos setores da Secretaria, incluindo a expedição de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), o acompanhamento de prazos processuais e a elaboração de minutas de despachos e de decisões, sempre no âmbito da Secretaria. Nesse período, o sistema processual evoluiu para o Jef Virtual, representando um importante avanço rumo à virtualização dos processos, ainda que coexistindo com um número significativo de autos físicos.

Assim como na fase anterior, também fui designada para funções comissionadas (FC-3 e FC-5) e substituições na Direção de Secretaria, experiências que ampliaram minha visão institucional e fortaleceram minha capacidade de atuação em equipe.

Atuei com o sistema processual PJe entre dezembro de 2019 e meados de 2024. Atualmente, o sistema adotado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região é o e-Proc.

Permaneci no Juizado Especial Federal até setembro de 2025, período marcado por intensas transformações estruturais e tecnológicas na Justiça Federal, especialmente com a criação do TRF6.

Ao longo dessa trajetória, tive o privilégio de trabalhar com pessoas extraordinárias, em um ambiente colaborativo que favoreceu não apenas o crescimento profissional, mas também a construção de amizades duradouras, que permanecem até os dias atuais.

Atualmente, exerço minhas atividades na 4ª Secretaria Unificada Cível, com o Juizado Especial Federal Adjunto, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte. Desde março de 2020, atuo em regime de teletrabalho, adaptando-me às novas dinâmicas laborais sem perder o vínculo com a equipe e o compromisso com a excelência na prestação jurisdicional.

Ao olhar para minha trajetória, reconheço uma caminhada construída com dedicação, aprendizado contínuo e superação. Sinto-me realizada tanto no âmbito profissional quanto pessoal, grata pelas oportunidades, pelos desafios enfrentados e, sobretudo, pelas pessoas que fizeram e continuam fazendo parte dessa história.

Capítulo 31



Trajetória da servidora Miria Célia Ribeiro de Carvalho Garbero

Servidora lotada na Subseção Judiciária de Juiz de Fora

O Despertar da Vocação

A trajetória de um servidor público raramente é feita apenas de decretos e portarias; ela é tecida pelo compromisso com o cidadão e pela adaptação às transformações do Estado. Minha jornada iniciou-se em 15 de julho de 1987, quando tomei posse como servidora concursada da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Naquele momento, como Assistente de Administração, eu ainda não vislumbrava que meu destino profissional se entrelaçaria de forma tão profunda com o Poder Judiciário da União.

O ingresso no serviço público municipal foi o alicerce, mas a vocação para o Direito e para o suporte à jurisdição logo se manifestou. Em 7 de dezembro de 1988, um convite mudaria o rumo da minha história: a requisição pela Justiça Federal de Juiz de Fora.

Os Tempos da Vara Única e o TRF da 1ª Região

Ao chegar à Justiça Federal, o cenário era de construção. Juiz de Fora contava apenas com uma Vara Única, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (sede em Brasília). Fui designada para a função de Supervisora da Seção de Apoio, um desafio hercúleo para uma jovem servidora em um ambiente onde o volume de processos crescia exponencialmente após a promulgação da Constituição de 1988.

Nessa fase, a Justiça Federal ainda operava de forma analógica, com máquinas de escrever e fichários manuais.

Minha atuação não se limitava ao administrativo; era necessário entender o rito processual, acolher advogados e partes, e garantir que o suporte judicial fosse o pilar de sustentação para as decisões magistradas. Ali, aprendi que a "Seção de Apoio" era o coração da unidade.

A Expansão e a Consolidação da Subseção

Com o crescimento da demanda judicial na Zona da Mata mineira, testemunhei e participei ativamente da interiorização e expansão da Justiça Federal.

1. A 2ª Vara Federal: Fui designada para atuar na implementação desta nova unidade, novamente como Supervisora do Setor de Apoio. O desafio aqui era replicar o conhecimento adquirido, mas agora com uma estrutura mais moderna e uma demanda especializada.

2. A 3ª Vara Federal e o Papel de Implantação: Talvez um dos momentos mais marcantes da minha carreira tenha sido a criação da 3ª Vara. Não atuei apenas na manutenção, mas na organização inicial. Participar da "certidão de nascimento" de uma unidade judiciária exige visão sistêmica: desde a disposição física do setor até o treinamento da equipe e o estabelecimento de fluxos de trabalho.

O Amadurecimento Acadêmico e a Pós-Graduação

Mesmo com a intensa carga de trabalho nas Supervisões, entendi que para servir com excelência, o conhecimento técnico precisava ser formalizado. Em 2005, graduei-me em Bacharel em Direito pelo Instituto de Ciências Sociais Vianna Júnior.

A graduação não foi apenas um título, mas uma ferramenta de empoderamento profissional. Ela me permitiu compreender a substância das decisões que eu, administrativamente, ajudava a processar. Posteriormente, consolidei essa formação com a pós-graduação em Direito Público pela ANAMAGES, o que me conferiu a base teórica necessária para lidar com as complexidades da Administração Pública e do Direito Processual.

Da Atividade-Fim à Gestão Estratégica (SEPJU)

Após anos de trânsito pelas diversas unidades jurisdicionais, minha trajetória me conduziu ao Setor Administrativo da Subseção Judiciária de Juiz de Fora. Integrei a SEPJU – Seção de Protocolo e Suporte Judicial, onde atualmente ocupo a função de Supervisora.

Neste setor, a visão é panorâmica. O protocolo é a porta de entrada da justiça. Sob minha supervisão, o compromisso é garantir que a triagem, o suporte e o fluxo documental (hoje predominantemente digital) ocorram com a celeridade que a sociedade exige. É uma função que exige equilíbrio entre o rigor normativo e a sensibilidade humana.

O Marco Histórico – A Chegada do TRF da 6ª Região

A criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi o ápice de uma espera de décadas para os mineiros. Para mim, representar essa nova etapa organizacional foi um momento de renovação de votos com a instituição.

Embora o vínculo formal com o município persista, a minha identidade é indissociável da Justiça Federal mineira. A implantação do TRF6 simbolizou a maturidade do Judiciário em nosso estado. Integrar essa nova estrutura, mantendo o mesmo cargo de confiança e a mesma dedicação, é a prova de que a dedicação supera as barreiras burocráticas da requisição.

A Revolução Silenciosa – Do Papel ao Digital

Acompanhar a transição da Justiça Federal para a era digital foi, sem dúvida, um dos maiores desafios adaptativos de minha carreira. Lembro-me com clareza dos tempos em que a rotina era ditada pelo som das máquinas de escrever e pelo cheiro do papel envelhecido nos arquivos. Naquela época, a "Seção de Apoio" era um ambiente físico denso, repleto de processos volumosos, autuados manualmente, que exigiam um cuidado quase artesanal.

A chegada do Processo Judicial Eletrônico (PJe/EPROC) não foi apenas uma mudança de ferramenta; foi uma mudança de paradigma mental. Como Supervisora, coube a mim liderar equipes nesse processo de migração. Vi o receio inicial ser substituído pela eficiência. O protocolo, que antes dependia de filas físicas e carimbos datadores, tornou-se fluido.

Essa transição exigiu que eu me reinventasse como gestora, aprendendo a organizar fluxos de trabalho que não ocupam mais espaço físico, mas que exigem uma precisão técnica e uma atenção aos prazos digitais ainda mais rigorosas. Hoje, ao olhar para as salas outrora repletas de prateleiras e vê-las transformadas em espaços de gestão estratégica, sinto o orgulho de ter sido ponte entre o Direito clássico e o Judiciário do futuro.

O Tecido das Relações Humanas

Nenhuma instituição é feita de paredes ou sistemas; ela é feita de pessoas. Ao longo dessas décadas, as relações humanas foram o que sustentaram minha permanência e entusiasmo. Tive a honra de trabalhar lado a lado com magistrados que foram verdadeiros mentores, cujas visões éticas moldaram meu respeito pela res publica.

A convivência com os colegas servidores sempre foi pautada pela solidariedade. Na implantação da 2ª e 3ª Varas, por exemplo, não havia hierarquia que se sobrepusesse ao objetivo comum: fazer a unidade funcionar. Criamos laços que transcendem o crachá. Como Supervisora, sempre busquei exercer uma liderança empática, entendendo que por trás de cada servidor há uma história, um cansaço ou uma aspiração. Essa rede de apoio mútuo foi o que nos permitiu enfrentar as fases de sobrecarga processual com resiliência. Para mim, a Justiça Federal de Juiz de Fora é, antes de tudo, uma grande família institucional.

O Entrelaço entre a Vida Pessoal e o Direito

É impossível separar a Míria servidora da Míria mulher, esposa e cidadã. Minha trajetória na Justiça Federal correu em paralelo com os marcos mais importantes da minha vida pessoal. Meus estudos no Vianna Júnior, realizados já com a maturidade de quem trabalhava durante o dia, exigiram renúncias de momentos em família e finais de semana dedicados aos livros.

Minha família não apenas acompanhou minha dedicação; eles a viveram comigo. Eles sentiram meu orgulho a cada nova Vara instalada e compreenderam minha ausência nos períodos de maior pressão administrativa. O Direito Público, que estudei com afinco na pós graduação, tornou-se um filtro pelo qual passei a enxergar o mundo e a educar os meus.

A estabilidade e a dignidade proporcionadas pela carreira permitiram que eu construísse um lar sólido, enquanto o trabalho na Justiça Federal me ensinou o valor da temperança e da justiça social, lições que levei para dentro de casa.

Casos Marcantes e o Olhar do Pioneirismo

Dentre as inúmeras situações vividas, guardo com especial carinho a organização da 3ª Vara Federal de Juiz de Fora. Lembro-me do desafio logístico de organizar o acervo inicial e estabelecer os primeiros contatos com a Seccional da OAB local. Não era apenas burocracia; era a materialização do acesso à justiça para milhares de cidadãos que antes precisavam aguardar anos por uma vaga em pauta.

Outro momento marcante foi a minha transição para a SEPJU. Assumir a Seção de Protocolo e Suporte Judicial significou estar na linha de frente da Instituição. Lembro-me de situações em que o atendimento humanizado no balcão (mesmo em tempos de transição digital) fez a diferença para jurisdicionados angustiados. Gerir esse setor exige uma visão de "maestro", garantindo que a entrada do processo seja perfeita para que o julgamento posterior possa ser justo. Cada "Muito obrigado, dona Míria" ouvido de um advogado ou de uma parte humilde pesou tanto em minha satisfação profissional quanto às portarias de elogio em meu prontuário.

O Contraste dos Dias – Um Mergulho na Rotina (1988 vs. 2026)

A memória é capaz de resgatar sons que as novas gerações de servidores sequer conhecem. Se eu fechar os olhos, ainda consigo ouvir o coro rítmico das máquinas de escrever Olivetti ecoando pelas salas da Vara Única em 1988. Um dia típico começava com a abertura física de malotes de couro, vindos do TRF1 em Brasília ou da capital mineira. Não havia a agilidade do "clique"; havia o peso do papel.

Lembro-me de passar horas organizando os "fichários-índice", onde cada movimentação era anotada manualmente, inclusive com registro em livros Tombo de cada ação judicial que era protocolada na Justiça Federal.

O protocolo era um ritual: o advogado entregava a petição, e o carimbo de madeira, batido com precisão sobre a almofada de tinta azul, selava o destino daquela demanda.

O fim do dia era marcado pelo cheiro de papel guardado e pelo cansaço físico de manusear volumes e mais volumes de autos que precisavam ser colocados em capas de processos coloridas, a depender da respectiva classe processual, e as folhas furadas com perfurador manual e colocadas dentro de colchetes para não perderem suas folhas.

Hoje, na SEPJU, o silêncio do ambiente digital esconde uma velocidade frenética. O "dia típico" agora é mediado por monitores, onde o fluxo de dados não dorme. Minha supervisão agora é sobre bits e sistemas, garantindo que o PJe/EPROC recebam e direcionem cada demanda com a segurança que o meio virtual exige. Saímos da força física para a agilidade mental, mas a essência permanece: a conferência rigorosa, o zelo pelo prazo e o respeito absoluto ao direito que cada arquivo PDF representa.

Ecos da Magistratura e do Coleguismo

Ao longo destes anos, muitas vozes ecoaram em minha formação. Lembro-me de diálogos com magistrados que, antes de serem autoridades, foram professores da vida pública.

Um deles costumava dizer: "Míria, o processo pode ser um número para o sistema, mas para quem bate à nossa porta, ele é a esperança de uma vida". Essa frase tornou-se meu mantra na Supervisão.

Nas reuniões de secretaria, ouvi palavras de incentivo que validavam minha posição como peça-chave na engrenagem judiciária. Ouvir de um Diretor de Secretaria que "a Vara só caminha porque o Apoio tem a sua organização" era o combustível necessário para as jornadas que atravessavam o pôr do sol. Essas citações, guardadas na memória afetiva, reforçam que, embora eu seja servidora requisitada da Prefeitura, minha identidade técnica foi forjada no rigor e na excelência dos tribunais federais.

O reconhecimento dos colegas, o café compartilhado nas pausas raras e a cumplicidade diante de uma correição difícil criaram um patrimônio imaterial que nenhum contracheque pode mensurar.

Juiz de Fora – O Cenário da Minha História

Minha trajetória é indissociável da paisagem urbana de Juiz de Fora. Vi a Justiça Federal ocupar diferentes espaços, crescendo junto com a Manchester Mineira. Quando iniciei, a instituição parecia algo distante para o cidadão comum; hoje, ela é um pilar de autoridade e respeito no coração da cidade.

Ver a evolução da Subseção Judiciária de Juiz de Fora é ver a evolução da própria cidade como polo jurídico regional. Acompanhei a mudança das sedes, o aumento do fluxo de advogados vindos de toda a Zona da Mata e o impacto social das decisões que saíam de nossas mãos — desde questões previdenciárias de trabalhadores rurais até grandes casos de Direito Público. Sinto que, ao organizar cada setor de apoio das Varas, eu estava ajudando a fincar os marcos de uma instituição que hoje é orgulho para o povo juiz-forano.

A Emoção do TRF6 – O Selo da Maturidade

Se 1988 foi o ano da minha "certidão de nascimento" na Justiça Federal, 2022 foi o ano da minha "emancipação". A criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi carregada de uma carga simbólica quase indescritível para quem, como eu, atravessou décadas sob a jurisdição do TRF1.

Acompanhar a instalação do TRF6 foi como ver um filho ganhar a própria casa. Lembro-me da emoção ao ver as novas identidades visuais, o brasão de Minas Gerais agora estampado em nossas comunicações oficiais, e o sentimento de que, finalmente, a Justiça Federal tinha o "rosto" do nosso estado.

Para mim, servidora que acompanhou desde a Vara Única, a implantação do novo Tribunal representou a coroação de uma carreira. Não era apenas uma mudança administrativa; era o reconhecimento de que Minas Gerais, e especificamente a nossa Subseção de Juiz de Fora, possuíam uma envergadura que justificava tal autonomia. Integrar o TRF6, ainda ocupando a supervisão da SEPJU, é sentir que a história me deu o privilégio de estar no lugar certo, na hora certa, servindo ao povo mineiro com a mesma paixão de trinta anos atrás.

O Legado: Um Bastão Passado com Esperança

Ao olhar para o horizonte desta longa jornada, compreendo que o verdadeiro legado que deixo para as futuras gerações de servidores não reside apenas nas estruturas que ajudei a implantar ou nos processos que ajudei a movimentar, mas no espírito de pertencimento que cultivamos em cada atendimento e em cada despacho.

Aos que agora ingressam no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, deixo o testemunho de que a eficácia administrativa e o rigor técnico só alcançam sua plenitude quando caminham lado a lado com a humanidade e a resiliência.

Minha trajetória, iniciada no serviço municipal e lapidada no cotidiano das Varas Federais, é a prova de que a dedicação vocacionada rompe as barreiras do vínculo formal e nos torna parte indelével da história de uma nação. Que o compromisso com a Justiça, que sempre foi meu norte, continue a pulsar nos novos sistemas e nas novas mentes, pois as instituições passam por reformas e digitalizações, mas a integridade e o zelo do servidor público permanecem como os únicos alicerces capazes de sustentar a democracia e a paz social. Sigo com a alma gratificada, sabendo que cada semente de trabalho plantada desde 1988 florescerá no compromisso daqueles que agora assumem a nobre missão de servir.

O Sentimento de Pertencimento

Ao olhar para trás, desde aquele 15 de julho de 1987, vejo que minha vida pessoal e profissional se fundiram com os corredores, processos e pessoas da Justiça Federal. Sinto-me, em essência e espírito, pertencente ao quadro efetivo deste Judiciário.

Não foram apenas anos de trabalho, foram décadas de construção de uma instituição que hoje é referência em Minas Gerais. Sigo na SEPJU, com o mesmo compromisso de 1988, mas com a sabedoria que apenas uma trajetória de pioneirismo pode proporcionar.

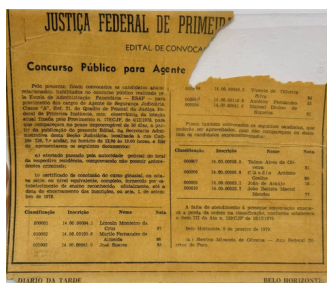
Capítulo 32



Trajetória do Juiz Federal aposentado Murilo Fernandes de Almeida

Justiça Federal primeira temporada (1979/1987)

Foi a partir deste ponto que minha trajetória teve início:



Confesso que nunca foi tarefa simples falar de mim mesmo. Sempre existe uma certa resistência, quase um pudor silencioso, como se revisitar a própria história exigisse mais do que memória: exigisse coragem. Não me sinto confortável ao ser colocado no centro das atenções. Ainda assim, diante do convite, sigo adiante.

No dia 21 de maio de 1979, exatamente ao meio-dia, cheguei à sede da Justiça Federal, na Rua dos Carijós, nº 126, no Fórum Ministro Oscar Saraiva. Havia sido aprovado em segundo lugar no concurso nacional para o cargo de agente de segurança judiciária, organizado pelo então Conselho da Justiça Federal, em uma estrutura institucional que pouco se assemelha à atual.

Naquele tempo, sequer se cogitava a existência do Superior Tribunal de Justiça, criado apenas com a Constituição de 1988, que também extinguiu o antigo Tribunal Federal de Recursos e deu origem aos Tribunais Regionais Federais. Para o concurso, decorei a Lei nº 5.010/66 durante as horas de folga no serviço de guarda de quartel. Quem foi militar sabe que, durante a jornada de 24 horas de guarda, o soldado permanece duas horas na sentinela e descansa quatro, em escala de três para cada posto.

Ao meu lado, naquele primeiro dia, estava Vicente de Oliveira Silva, aprovado em quarto lugar. A vida, generosa em coincidências, tratou de nos manter próximos. Hoje, Vicente é desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, onde construiu uma carreira admirável, inclusive, no momento, é o Presidente da Corte, eleito para o biênio 2026/2028. Fomos recebidos por Wander Rocha Tanure, então diretor da secretaria administrativa e servidor número 01 da Justiça Federal. O juiz diretor do foro era o Dr. Newton Miranda de Oliveira.

Tanure pediu que aguardássemos até às 14h. Vicente vinha da Aeronáutica; eu, da Polícia Militar. Dois jovens em início de jornada, sem imaginar que caminhariam por trilhas tão semelhantes. Fizemos vestibular juntos, ingressamos no mesmo período no curso de Direito, formamos em 1985, ele pela UFMG, eu pela PUC. Tempos depois, fomos aprovados nos concursos para Promotor de Justiça e para Juiz de Direito. Ambos ingressamos na magistratura estadual; mais adiante, nossos caminhos se separaram: Vicente permaneceu na Justiça estadual, enquanto eu retornei à Justiça Federal como juiz federal. Ainda assim, voltamos a atuar em funções semelhantes, pois fui designado Coordenador do Juizado Especial Federal, e Vicente, Coordenador do Juizado Especial Estadual.

Naquele início, o cargo de agente de segurança judiciária acumulava funções de motorista. Conduzi diversos magistrados, entre eles Sebastião Alves dos Reis, Assusete Magalhães, Vicente Porto de Menezes e João Bosco Leopoldino da Fonseca. Durante os trajetos, ouvia as conversas sobre processos, decisões, dúvidas. Aquilo me parecia um universo distante, quase inalcançável. Ser juiz, naquele tempo, era uma ideia que sequer ousava visitar meus pensamentos. Sempre me pareceu que os juízes precisavam de um conhecimento inalcançável para alguém na minha posição, e que, para um motorista, isso era algo quase impossível.

Formei-me aos 30 anos. Pode parecer tardio hoje, mas não era exceção. Comecei a trabalhar “fichado” desde os 15 anos. Depois de formado, fui promovido a oficial de justiça avaliador, embora tenha permanecido em atividades internas, já com certa familiaridade com a rotina processual. Cheguei a exercer, por breve período, a função de diretor de secretaria, indicado pelo juiz Sacha Calmon.

Aos 32 anos, enfrentei os primeiros concursos mais exigentes. Fui aprovado simultaneamente para delegado de polícia e promotor de justiça. Durante a prova física para delegado, conheci Ramon Tácio de Oliveira, que também participava do certame. Hoje, Ramon é desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e já presidiu o TRE/MG. Optei, naquele momento, pelo Ministério Público.

Saída temporária - 1987/1998

Em 1987, fui nomeado promotor de justiça para a Comarca de Itanhomi/MG. Deixei a Justiça Federal com sentimentos misturados: alegria pela conquista e tristeza pelo vínculo que se encerrava após dez anos. Levei comigo minha família. Minha filha mais velha, Fernanda, tinha seis anos; Dayane, menos de um. Adaptaram-se com a leveza própria da infância.

Poucos meses depois, fui promovido para a Comarca de Itambacuri. Logo no dia seguinte à minha chegada à nova comarca, enfrentei uma sessão do tribunal do júri com dez processos, previamente organizada pela então juíza da comarca, Márcia de Paoli Balbino. Não havia espaço para hesitação. Foi enfrentamento puro, sustentado mais pela disposição e persistência do que pelo conhecimento ou experiência.

Em 1989, fui aprovado no concurso para Juiz de Direito, iniciando minha atuação na Comarca de Rio Piracicaba. Ali tive a honra de trabalhar ao lado do Promotor de Justiça Aldeci, profissional exemplar e amigo que a vida tratou de preservar ao longo dos anos até os dias atuais. Lembro-me de que Aldeci chegou à cidade poucos dias depois de mim, em um fusquinha verde-abacate.

Em 1992, fui promovido para a Comarca de Pirapora. Atuei como juiz eleitoral na complexa eleição municipal daquele ano, a primeira após a Constituição de 1988, marcada por incertezas jurídicas e intensa litigiosidade.

Naquele período, o Ministério Público Eleitoral era representado pelo promotor José Jairo Gomes, hoje Procurador Regional da República, reconhecido estudioso do Direito Eleitoral e autor de diversos livros da área.

Em Pirapora, também tive a satisfação de conviver com Fernando Torres, promotor de justiça, e com o juiz Glauco Eduardo Soares Fernandes, com quem dividi a atividade jurisdicional. Diante do elevado número de processos do tribunal do júri acumulados, organizamos um mutirão que levou a julgamento mais de 100 feitos em um único ano.

Em 1994, fui promovido para a Comarca de Divinópolis. Ali atuei também como professor na Faculdade de Direito do Oeste de Minas – FADOM, lecionando introdução ao direito, prática penal simulada e direito previdenciário. Com a criação dos Juizados Especiais pela Lei 9.099/95, recebi o convite do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para instalar e dirigir a unidade local, além de integrar a turma recursal, uma das primeiras do Estado.

Justiça Federal segunda temporada (1998/2023) - O retorno



Em 1998, retornei à Justiça Federal como juiz federal substituto, após aprovação no VI concurso. Fui inicialmente lotado em Palmas/TO e, no ano seguinte, removido para Belo Horizonte, na 9ª Vara Criminal

Em 2002, presidi o primeiro tribunal de júri federal para o julgamento de um crime de homicídio ocorrido a bordo de aeronave, situação rara no cenário penal. No mesmo período, surgiram os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei 10.259/01.

Em Belo Horizonte, participei diretamente da implantação inicial, ao lado das juízas Luciana Pinheiro Costa, hoje desembargadora federal, e Rogéria Maria Castro Debelli, atualmente aposentada.

Em 2004, fui promovido para a 2ª Vara de Porto Velho/RO, onde atuei como diretor do foro e integrei o Tribunal Regional Eleitoral, inclusive exercendo a presidência em substituição. Foi também um período de reencontro com colegas do VI concurso, como Mark Yshida, José Humberto e Francisco.

Em 2005, retornei a Belo Horizonte como titular da 31ª Vara do Juizado Especial Federal, assumindo um acervo superior a 70 mil processos. Dividia essa responsabilidade com o juiz Eduardo Henrique Lauer Filho, grande magistrado, colega e amigo. Foi nesse intervalo que me casei com Jordana, minha atual esposa, e nasceu nosso filho Pedro Murilo, atualmente com 14 anos. Jordana havia sido minha aluna no curso preparatório para o concurso de analista judiciário em 2001, no qual foi aprovada em primeiro lugar.

A partir de 2010, passei a atuar novamente na 9ª Vara Criminal, onde permaneci até a aposentadoria, em 2023. Nesse mesmo período, exerci diversas atividades cumulativamente com a titularidade da 9ª Vara, por exemplo: Coordenador do Juizado Especial em Minas Gerais; Presidente da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais – AJUFEMG; Coordenador de cursos de formação inicial para magistrados, realizados pela ESMAF nos anos de 2013, 2014, 2021 e 2022; Coordenador do Centro Judiciário de Conciliação – CEJUC; Orientador de prática jurisdicional em curso de formação inicial de magistrados realizado pela ESMAF nos anos de 2021 e 2022.

Em 2015 e 2017 fui convocado pelo Conselho Nacional de Justiça para participar de grupos de trabalho para estudo sobre aprimoramento dos Juizados Especiais Federais no Brasil.

Participei também de várias edições dos Juizados Especiais itinerantes no interior de Minas Gerais, de Rondônia e do Pará, nas cidades de Montes Claros, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Januária, Jaru/RO, Altamira/PA, Pedra Azul, Santa Maria do Suaçuí, dentre tantas outras.

Em 2007, fui designado pelo TRF1 para presidir o Tribunal do Júri na Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, para o julgamento de um crime de homicídio praticado contra uma perita do INSS. Na 9ª Vara, presidi parte das sessões do Tribunal do Júri no julgamento do caso conhecido como a “Chacina de Una”.

Em 2008, com o apoio do juiz diretor do foro à época, implementei projetos relevantes, como o grupo de apoio às varas de Juizado Especial Federal, a Central de Perícias Médicas, o programa “Processo Físico Zero” e o projeto “Perícia Itinerante”, que levou atendimento técnico a diversas regiões do interior.

Em 2012, fui convocado para substituir a desembargadora Assusete Magalhães no TRF da 1ª Região e lá permaneci por quase dois anos. Em 2015, passei a integrar a Câmara Regional Previdenciária, que funcionou até a criação do TRF6, em 2022.

Entre 2014/2015 fui designado membro efetivo do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CIETP/MG.

A partir de 2021, comecei a me preparar para a aposentadoria. Com a criação do TRF6, candidatei-me a uma das vagas para desembargador pelo critério de merecimento, embora soubesse da dificuldade. Não fui escolhido. Recebi o resultado com serenidade. A decisão de encerrar o ciclo já estava amadurecida.

Foram 44 anos de caminhada.

Nenhuma trajetória se constrói sozinho. Carrego comigo a lembrança de cada pessoa que esteve presente nesse percurso. Agradeço a Deus, à minha família e a todos os servidores que caminharam ao meu lado. Registro, com especial carinho, a Juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, que por tantos anos compartilhou comigo os desafios da 9ª Vara; a diretora de secretaria Mônica de Deus Gil, presente desde o meu retorno à Justiça Federal; Leda, que foi meu braço direito na Câmara Regional Previdenciária; e os servidores Welligton, Milena, Eva, Eduardo, Soninha, Aurora, Grimalda, José Maria, Cristiane, além de tantos outros que, mesmo não nomeados aqui, permanecem vivos na memória.

Por fim, recebo, com honra, a escolha do meu nome para integrar este trabalho. Que essas palavras consigam traduzir, ainda que de forma incompleta, a estrada percorrida.

Meu sincero agradecimento.

Capítulo 33



Trajetória do colaborador Nilton de Oliveira Leite

Vigilante lotado na Subseção de Paracatu

Meu nome é Nilton de Oliveira Leite. Sou filho de dona Sebastiana, tenho três irmãs e quatro sobrinhas. Tenho 53 anos e nasci na cidade de Paracatu, Minas Gerais, onde passei minha infância desfrutando das brincadeiras na Praia do Macaco e correndo pelas ruas de chão batido dessa pacata cidade histórica perdida no sertão mineiro. Perdi meu pai quando tinha sete anos. Fui uma criança muito levada, mas sempre obediente e religiosa.

Aos nove anos de idade, comecei a trabalhar em um armazém próximo à minha casa, com o objetivo de ajudar minha mãe nas despesas do lar.

Não poderia deixar de mencionar que fui aluno da famosa professora dona Aurora, muito brava, mas responsável pela minha alfabetização.

Ainda muito pequeno, comecei a apreciar corridas de cavalos no antigo Jôquei Clube de Paracatu. Frequentava o jôquei todos os domingos e, a partir de então, tornei-me amante das corridas de cavalos.

Trabalhei em algumas empresas de mineração na função de blaster, realizando o manuseio de explosivos, como dinamites. Após sair da área de mineração, resolvi, no ano de 2004, fazer o curso de Vigilante Patrimonial na Academia de Formação CEFAP, em São Paulo. Depois da formação, comecei a atuar na área patrimonial, que era a profissão que almejava seguir.

Após passar por algumas empresas de vigilância, surgiu a oportunidade de participar de um processo seletivo no Sistema Prisional de Minas Gerais, no qual fui aprovado com muito empenho e dedicação. Essa experiência trouxe grandes desafios, mas também me proporcionou aprimoramento profissional, conhecimentos e treinamentos, até chegar ao GITP - Grupo de Intervenções Táticas Penitenciárias.

No Sistema Prisional, atuei como Agente Penitenciário por nove anos. Ao término do contrato, retornei à área de segurança privada.

Por meio de currículo e entrevista, fui selecionado para atuar no Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Foi um grande desafio sair de um sistema tão rígido para uma área em que o público-alvo e os usuários do TRF6 são diversos, envolvendo desde cidadãos comuns até profissionais do Direito e entes públicos.

Precisei me reinventar mentalmente para oferecer o meu melhor, sempre com empenho e dedicação. Hoje, tenho grande orgulho em trabalhar no Tribunal Regional Federal da 6ª Região, pois, com garra, respeito e comprometimento no dia a dia, venho construindo um legado sólido e gerando confiança tanto no ambiente profissional quanto no pessoal.

Essa nova empreitada superou minhas expectativas de um novo desafio.

Trouxe-me um novo caminho de conhecimentos e experiências, no qual posso colaborar, com união, força e dedicação, junto à minha equipe de trabalho nesta tão conceituada instituição, que acolhe a todos com responsabilidade, dedicação e respeito. Tenho muito orgulho e satisfação em fazer parte da unidade de Paracatu, Minas Gerais.

Nessa minha trajetória no TRF6, tenho a certeza de que venho contribuindo para construir um mundo melhor.

Hoje, sou grato por esses 11 anos felizes no TRF6 de Minas Gerais e espero que os próximos sejam ainda melhores.

Capítulo 34



Trajetória do servidor Paulo Carlos dos Santos

Agente de Polícia Judicial da Subseção Judiciária de Belo Horizonte

A integridade como norte e o aprendizado como destino: o legado de um Agente que provou que a excelência não tem idade.

Meu nome é Paulo Carlos dos Santos, sou Agente de Polícia Judicial, tenho 74 anos e sou servidor há 40 anos na Justiça Federal.

Minha trajetória iniciou-se em 1984, quando decidi prestar concurso público para Agente de Polícia Judicial. Lembro-me como se fosse hoje: no dia da prova, ocorreu uma das maiores chuvas que já presenciei em Belo Horizonte. Em decorrência disso, muitas pessoas não tiveram condições de comparecer ou desistiram de fazer a prova, e a sala estava com apenas metade dos candidatos.

Com o resultado do concurso, alcancei a 12ª classificação, sendo que havia apenas 6 vagas. Todavia, em razão das desistências, fui convocado dentro das vagas. Compareci à Justiça Federal no dia 10/07/1986 para verificar minha posição na lista de convocação.

No balcão, fui atendido por uma moça chamada Lucimeyre, que estava com um telegrama na mão. Ela perguntou meu nome, e eu o informei. Lucimeyre respondeu que iria postar o telegrama para minha convocação naquele exato momento, mas eu disse que não seria necessário. Corri até a empresa Construtora Brasil, onde trabalhava na área de segurança, para pedir demissão.

Assim, tomei posse no dia 14/07/1986. Iniciei minhas atividades na Justiça Federal na 5ª Vara Cível, sob a titularidade do Juiz Federal Fernando Gonçalves e com o Diretor Dr. Dalmi Guilherme Ferreira, com os quais tive a oportunidade de aprender muito.

Minha atuação se deu com processos físicos, datilografia e participação nos primeiros passos da estruturação administrativa após a Constituição de 1988. Destaco também minha participação ativa nos processos de modernização administrativa e na implementação dos primeiros sistemas informatizados na Justiça Federal.

Permaneci na 5ª Vara Cível até a instalação da 14ª Vara Cível, no início de 1987, onde trabalhei até a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Na 14ª Vara Cível, trabalhei com a Juíza Maria Luiza Vianna Pessoa de Mendonça até agosto de 2003; a partir de então, passei a atuar com o Juiz Evaldo de Oliveira Fernandes Filho, aos quais manifesto minha imensa gratidão pelos ensinamentos e experiências compartilhadas.

Permaneci na 14ª Vara Cível até a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em agosto de 2022. Esse período, de 1985 a 2022, foi marcado por muito aprendizado e pela construção de grandes amizades dentro e fora da Justiça Federal. Destaca-se, ainda, nesta fase, a convivência harmoniosa com os Diretores Dra. Dinah de Andrade, Terezinha Helena Silva e Fernando Antônio, os quais lideraram a equipe com grande humanidade e competência.

Com a criação do TRF6, surgiram novas experiências e desafios que contribuíram significativamente para o meu crescimento profissional.

Na fase mais recente da minha carreira, especialmente entre a Resolução CNJ nº 344/2020 e o ano de 2026, busquei o aperfeiçoamento acadêmico e, aos 74 anos, concluí o Curso Superior em Segurança Pública e Privada, alinhando a prática à doutrina de segurança institucional. Atuei diretamente na instalação e estruturação do TRF6 a partir de agosto de 2022, consolidando minha função como Agente de Polícia Judicial na proteção de magistrados e na segurança judiciária.

Ao longo da minha carreira, procurei manter uma conduta funcional exemplar, buscando ser referência de postura para as novas gerações.

Contribuí na transição do meio analógico para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), compreendendo que a inovação não tem idade.

Sempre mantive dedicação integral à segurança e ao suporte à função jurisdicional, atuando como um guardião da memória institucional mineira.

Ao encerrar este ciclo funcional, manifesto a honra de ter servido à Justiça Federal de Belo Horizonte. Permanece em mim o sentimento de dever cumprido perante a instituição e a sociedade mineira, com a convicção de ter contribuído para que o Judiciário se mantivesse como um pilar de cidadania e segurança jurídica.

Aos meus colegas e amigos, magistrados e servidores, deixo meu sincero agradecimento pela confiança em meu trabalho, por terem marcado minha trajetória profissional e por terem sido fonte de inspiração ao longo de toda a minha jornada.

Capítulo 35



Trajetória do colaborador Pedro Henrique Mendes

Cinegrafista e editor de vídeo na Assessoria de Comunicação Social

Meu nome é Pedro Henrique Mendes, tenho 35 anos e trabalho como cinegrafista e editor de vídeo na assessoria de comunicação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Minha história na Justiça Federal começou em 2010, após a realização de uma entrevista de emprego em uma empresa terceirizada. Naquela época, ingressei na 15ª Vara da Justiça Federal como terceirizado. Lá trabalhei por dois anos como mensageiro, recebendo um salário de pouco mais de R\$300. Para mim, era o melhor lugar em que eu já havia trabalhado. Havia muito serviço, mas as pessoas tornavam tudo mais leve, e foi isso que me fez gostar de estar aqui na Justiça.

Meu trabalho consistia em realizar atendimento ao público e fazer juntada de petições e ofícios aos processos. Criei empatia por cada colega que conheci ali. Tive a honra de conviver com pessoas excepcionais.

Nunca vou esquecer dos horários de lanche, do pão que o Fábio Felipe levava todos os dias para tomarmos café. Muito atencioso e gentil, nunca deixava faltar o pão para o café. Também me lembro do Publio Campos Correa, meu supervisor, um atleticano da melhor qualidade. São pessoas que jamais esquecerei. O convívio era muito agradável.

Ali aprendi que um bom ambiente de trabalho é essencial para que as tarefas fluam da melhor forma.

Meu desejo era permanecer por bastante tempo naquele setor, pois aprendi muito como ser humano. Mas eu sempre tive o objetivo de evoluir profissionalmente e conquistar um salário melhor.

Devido à minha dedicação, competência e compromisso, recebi a oportunidade de mudar de função. O trabalho seria mais pesado e totalmente diferente do que eu fazia na 15ª Vara, mas, ainda assim, abracei essa oportunidade, pois precisava melhorar minha condição financeira.

Então fui para o NUASG trabalhar como operador de carga.

Nesse setor realizávamos diversas tarefas, além do transporte de carga, como troca de reatores de lâmpadas, reparos em armários e colocação de quadros nas paredes. Com o passar do tempo, fiquei especificamente responsável pela manutenção e instalação de ramais telefônicos, além da montagem de som e filmagem para eventos, palestras e cursos.

Foi nessa área que me encontrei profissionalmente, por ter extrema facilidade em montar e operar esses equipamentos, além de encontrar soluções para as demandas que nos eram solicitadas.

Também tive a bênção de trabalhar próximo de servidores excepcionais, como Paulo D'Ávila Junior, supervisor que me transmitiu confiança para realizar o melhor trabalho possível.

Passados quatro anos, mudei de função mais uma vez. Foi criado o cargo de operador e editor de áudio e vídeo, em virtude de uma nova fase em que os meios digitais começaram a ganhar maior relevância dentro da Justiça Federal.

Fui o primeiro funcionário dessa nova função, a qual naturalmente exigiu maior qualificação e aperfeiçoamento constante.

Nessa função, a maior parte do meu trabalho consistia em gravar diariamente as sessões de julgamento das Turmas Recursais, onde pude conhecer Gesmo Campos de Figueiredo, servidor que assessorava os julgamentos e que sempre foi atencioso e educado comigo, demonstrando confiança no meu trabalho.

Nesse período, pude observar, aprender e conhecer parte dos magistrados da Justiça Federal. Passei oito anos auxiliando em audiências, palestras, cursos e julgamentos de repercussão nacional, como o dos auditores fiscais do Caso Unai.

Nessa trajetória dentro da Justiça, o melhor de tudo foram as pessoas que encontrei pelo caminho. Eu sentia que Deus guiava meus passos dentro da instituição, colocando em meu caminho pessoas que me trataram com respeito e carinho, pessoas que eu jamais imaginava conhecer, pois minha realidade sempre foi muito difícil.

Isso não significa que foi fácil. Sempre houve muitos desafios, principalmente porque as ferramentas e os recursos de trabalho eram defasados e escassos. Ainda assim, acredito que, nesse período, consegui entregar um bom trabalho e alcançar os resultados esperados.

Esse trabalho despertou o interesse da então chefe da Comunicação Social da Justiça, Christianne Calado, que solicitou minha transferência para sua equipe. O pedido foi atendido.

No início, essa mudança não era exatamente o meu desejo, pois naquele momento eu buscava uma melhora financeira e cogitava outras possibilidades em empresas privadas, além da ideia de empreender e atuar como trabalhador autônomo. Porém, decidi aceitar o desafio. Era minha melhor opção.

Mais uma vez, como em toda a minha trajetória, não foi fácil. Precisei me adaptar novamente, pois o trabalho era diferente do que eu fazia anteriormente. No entanto, os servidores me acolheram muito bem, integrando-me à equipe de forma que eu conseguisse me adaptar à nova realidade.

Hoje já se passaram três anos e meio, e continuo aqui. Da época em que entrei na ASCOM, apenas Ana Clédia Zorzal permanece, uma servidora magnífica, que admiro muito e que certamente teria muitas histórias para contar.

Nossa colega Carla retornou às suas origens, no Rio de Janeiro. A chefia mudou duas vezes: Christianne saiu, depois veio Naiana, que também deixou o cargo, e atualmente temos a liderança de Vera Carpes. O servidor Josiney também saiu e foi para outro setor da Justiça. A servidora Janine passou por aqui durante um período.

Em compensação, novos colegas chegaram. Foi o caso dos estagiários Hudson Gomes, Henrique e Karina da Consolação, que posteriormente foram efetivados como terceirizados. Depois veio Saulo Fortes, Kailan Diamantino, Rodrigo Castro e tantos outros estagiários que chegam e contribuem de maneira eficaz para o nosso time.

Hoje me sinto mais maduro e experiente. Todo esse percurso me emociona profundamente, porque muita coisa mudou desde que entrei aqui. Agora o Tribunal é de Minas Gerais, uma conquista que acompanhei e na qual sempre acreditei, ainda que observando de longe.

Nosso setor passou a produzir matérias em vídeo para a TV Justiça sobre decisões judiciais, instalações de Unidades Avançadas de Atendimento, Juizados Itinerantes, Tribunal Itinerante e também o projeto JF6 Revelações, que mostra a cultura, o povo e as peculiaridades do nosso estado tão amado. Fico feliz em fazer parte de tudo isso.

Mas esse sentimento geralmente só aparece quando preciso colocar minha trajetória em palavras, porque, no dia a dia, o que prevalece é o sentimento de dever e responsabilidade.

Vejo e sinto que temos um time de alto nível, que não deixa a desejar em comparação ao que existe no mercado. Estamos empenhados em entregar as melhores soluções, com profissionais específicos para cada tarefa, otimizando os processos e garantindo qualidade em todo o material produzido.

Tudo isso também é resultado da liderança da nossa chefe, Vera Carpes, que chegou e mudou nossa realidade com muita disposição e propósito. Ela nos motiva diariamente a realizar o melhor trabalho possível e a buscar excelência em tudo o que fazemos.

Em todo esse tempo, nunca faltei ao trabalho. Sempre tive prazer em trabalhar aqui.

Encerro este depoimento, mas não a minha história. É uma grande honra fazer este relato da minha trajetória na Justiça Federal. Contar como cheguei aqui e detalhar meus passos ao longo desses 15 anos foi um grande prazer.

Agradeço pela oportunidade de escrever esta pequena história. Espero que ela possa servir de inspiração para os colegas que já trabalham aqui e também para aqueles que desejam fazer parte desta instituição.

Relatar uma história vivida é mais do que recordar lembranças; é fazer uma pausa no tempo e resgatar sentimentos esquecidos e momentos que ajudaram a construir o meu presente. Lembro do que foi bom e construtivo. O que foi ruim e destrutivo ficou superado, e prefiro não carregar comigo.

Até breve. A história continua.

Capítulo 36



Trajatória do colaborador Rafael Elias da Cruz

Técnico de Informática na Secretaria da Tecnologia da Informação

Falar sobre minha trajetória profissional é também falar sobre crescimento, aprendizado, dedicação e gratidão. Minha caminhada na Justiça Federal representa uma das etapas mais importantes da minha vida, tanto no aspecto profissional quanto no pessoal. Desde o meu ingresso na instituição, em 23 de janeiro de 2014, tive a oportunidade de aprender diariamente, conhecer grandes profissionais e desenvolver habilidades que contribuíram significativamente para minha formação.

Ao longo desses anos, construí uma trajetória pautada pelo compromisso, pela responsabilidade e pela constante vontade de evoluir. Cada função exercida trouxe novos desafios e ensinamentos que contribuíram para meu crescimento dentro da instituição. Hoje, ao olhar para trás, sinto orgulho de tudo o que conquistei e, acima de tudo, profunda gratidão por fazer parte do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Minha história na Justiça Federal começou em 23 de janeiro de 2014. Naquele momento, iniciava uma nova etapa da minha vida profissional, repleta de expectativas, sonhos e vontade de aprender. Desde os primeiros dias, fui muito bem recebido pelos colegas de trabalho e pela instituição, o que tornou minha adaptação mais tranquila e motivadora.

Ingressar na Justiça Federal representou uma grande oportunidade de crescimento. Eu sabia que estava entrando em um ambiente sério, organizado e comprometido com a sociedade brasileira. Desde o início, procurei desempenhar minhas atividades com responsabilidade, dedicação e respeito, sempre buscando contribuir da melhor forma possível para o funcionamento do setor em que atuava.

Com o passar do tempo, fui adquirindo experiência e compreendendo cada vez mais a importância do trabalho em equipe e do compromisso com a excelência no serviço público.

Após alguns meses de atuação na instituição, recebi a oportunidade de exercer a função de Auxiliar de Operador de Cargas. Essa experiência foi muito importante para meu desenvolvimento profissional, pois me permitiu adquirir novos conhecimentos e fortalecer ainda mais meu senso de responsabilidade e organização.

Durante esse período, aprendi que cada função dentro da instituição possui grande relevância para o funcionamento eficiente dos serviços prestados pela Justiça Federal. Independentemente do cargo exercido, todos os profissionais contribuem de maneira essencial para que o trabalho seja realizado com qualidade e eficiência.

Com dedicação e esforço diário, fui conquistando espaço e novas oportunidades dentro da instituição. Meu comprometimento e minha constante vontade de aprender abriram portas para novos desafios e responsabilidades.

Ao longo da minha trajetória profissional, tive a oportunidade de atuar também como Auxiliar Administrativo II e, posteriormente, como Auxiliar Administrativo IV. Essas promoções representaram importantes conquistas na minha carreira e demonstraram o reconhecimento pelo trabalho que vinha desempenhando.

Nessas funções administrativas, adquiri experiências fundamentais relacionadas à organização de processos, atendimento, suporte interno e atividades administrativas em geral. Cada nova função trouxe aprendizados distintos e contribuiu para meu amadurecimento profissional.

Foi um período de grande crescimento, no qual desenvolvi habilidades importantes, como comunicação, trabalho em equipe, responsabilidade, comprometimento e capacidade de lidar com os desafios diários. Sempre procurei executar minhas atividades com excelência, dedicação e profissionalismo, buscando contribuir positivamente para o ambiente de trabalho.

Além disso, atuar em diferentes funções me proporcionou uma visão mais ampla sobre o funcionamento da instituição e sobre a importância da colaboração entre os diversos setores.

Com o passar dos anos e diante das oportunidades surgidas, comecei a atuar na área de Tecnologia da Informação, segmento pelo qual sempre tive interesse e admiração. Assim, passei a exercer a função de Técnico de Informática N1.

Essa nova etapa da minha trajetória representou mais um importante desafio profissional. Trabalhar com tecnologia exige atualização constante, atenção, conhecimento técnico e capacidade de resolver problemas de forma rápida e eficiente. Foi um período de intenso aprendizado e desenvolvimento.

Atuando como Técnico de Informática N1, pude ampliar meus conhecimentos técnicos e contribuir diretamente para o suporte e o funcionamento dos sistemas e equipamentos utilizados na instituição. A experiência adquirida nessa função foi fundamental para meu crescimento profissional.

Atualmente, exerço a função de Técnico de Informática N2, o que representa mais uma importante conquista na minha caminhada dentro do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Essa evolução profissional é resultado de muito esforço, dedicação, aprendizado contínuo e compromisso com meu trabalho.

Tenho orgulho de fazer parte da equipe de Tecnologia da Informação e de contribuir para o funcionamento dos serviços da instituição, oferecendo suporte e ajudando a garantir a eficiência das atividades realizadas diariamente.

Uma das maiores oportunidades proporcionadas pelo trabalho na Justiça Federal foi a possibilidade de investir ainda mais em minha qualificação profissional. Ao longo dessa trajetória, compreendi a importância do aprendizado contínuo e da preparação para novos desafios.

Atualmente, estou cursando Direito e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, áreas que contribuem diretamente para meu crescimento pessoal e profissional. Ambos os cursos têm previsão de conclusão em 2027.

O curso de Direito me permite compreender ainda mais a importância da Justiça, das leis e do trabalho desenvolvido diariamente pela instituição.

Já a graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas fortalece meus conhecimentos na área de Tecnologia da Informação, contribuindo diretamente para minha atuação profissional como Técnico de Informática.

Conciliar trabalho e estudos exige dedicação, disciplina e esforço, mas também representa uma grande realização pessoal. Tenho profunda gratidão por todas as oportunidades que surgiram ao longo da minha caminhada, pois foi por meio delas que consegui crescer profissionalmente e buscar novos conhecimentos para construir um futuro ainda melhor.

Ao longo dessa trajetória, desenvolvi não apenas experiência profissional, mas também um profundo sentimento de gratidão pela oportunidade de trabalhar no Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Sou muito grato por tudo o que aprendi na Justiça Federal. Cada desafio enfrentado, cada função exercida e cada oportunidade recebida contribuíram para minha evolução profissional e pessoal. A instituição me proporcionou crescimento, aprendizado, experiências valiosas e a oportunidade de construir uma carreira sólida.

Também deixo meu sincero agradecimento aos Desembargadores, Juízes, servidores e prestadores de serviços que, assim como eu, fizeram e continuam fazendo parte dessa trajetória. Cada pessoa contribuiu, de alguma forma, para meu crescimento, compartilhando ensinamentos, experiências e apoio ao longo dessa caminhada.

Conviver diariamente com profissionais comprometidos e dedicados fortaleceu ainda mais meu respeito e admiração pela Justiça Federal e por todos aqueles que trabalham para que ela funcione com excelência.

Trabalhar no Tribunal Regional Federal da 6ª Região é motivo de orgulho para mim. Fazer parte de uma instituição tão importante para a sociedade brasileira me motiva diariamente a continuar desempenhando minhas funções com responsabilidade, dedicação e comprometimento.

Minha trajetória na Justiça Federal teve início em 23 de janeiro de 2014 e continua sendo construída com muito empenho, aprendizado e gratidão. Ao longo desses anos, tive a oportunidade de crescer profissionalmente, assumir novas responsabilidades e conquistar importantes avanços em minha carreira.

Desde minha chegada à instituição até minha atuação atual como Técnico de Informática N2, cada etapa foi fundamental para minha formação profissional e pessoal. Todas as funções exercidas contribuíram para meu desenvolvimento e fortaleceram meu compromisso com o trabalho e com a instituição.

Além do crescimento profissional, a Justiça Federal também me proporcionou a oportunidade de investir em minha formação acadêmica, cursando Direito e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ampliando meus conhecimentos e preparando-me para novos desafios.

Hoje, sinto orgulho da trajetória que construí dentro do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e sou extremamente grato por fazer parte dessa história. Continuarei buscando aprender, evoluir e contribuir da melhor maneira possível para o crescimento da instituição e para a excelência dos serviços prestados pela Justiça Federal.

Capítulo 37



Trajetória do servidor Raimundo do Nascimento Ferreira

Diretor da Secretaria Administrativa da Subseção Judiciária de Belo Horizonte/MG

No final do ano de 1990, estava eu finalizando meu curso de Direito na Fundação Presidente Antônio Carlos, em Barbacena/MG. Neste ano, eu já era concursado, pois pertencia à Força Aérea Brasileira, na graduação de Sargento Especialista de Aeronáutica.

Em 1991, quando já formado e me preparava para enfrentar outros concursos, tomei conhecimento de que o antigo TRF1 faria um concurso para provimento de cargos de servidores, a serem providos na Seção Judiciária de Minas Gerais e demais Seções Judiciárias integrantes daquele Tribunal.

Então, decidi enfrentar o concurso, escolhendo o cargo de Analista Judiciário, cujas provas foram realizadas no início do ano de 1992, tendo eu conseguido sucesso na aprovação e classificação dentro das 58 vagas abertas à época. As nomeações iniciaram em agosto de 1992, sendo que fui nomeado em março de 1993, quando tomei posse e entrei em exercício na antiga 14ª Vara Federal Cível, cuja juíza federal titular era a Dra. Maria Luíza Vianna Pessoa de Mendonça. Durante minha passagem por essa unidade judiciária, aprendi muito com colegas experientes e com a referida magistrada, que confiou na minha capacidade e determinação, mesmo sabendo que, antes de tomar posse, eu não tinha a menor prática com processos, pois era oriundo da caserna, cuja advocacia era incompatível e proibida para oficiais e graduados integrantes das Forças Armadas.

Na antiga 14ª Vara, inicialmente e por conta da minha falta de experiência, fui submetido a um treinamento básico para compreender melhor o fluxo e trâmite processuais. Recordo-me de que cada processo, com todos os seus dados, tais como número correspondente, nomes das partes, últimas movimentações, dentre outras, era retratado em uma ficha retangular, em cartolina, que ficava armazenada em uma caixa em acrílico, denominada fichero.

Lembro-me, ainda, de que não havia equipamentos de informática suficientes para todos os servidores ali lotados, e a solução era dividir os equipamentos em escala por horários. Lembro-me também de que havia a necessidade de numeração manual de todas as folhas do processo, com a necessária rubrica do servidor responsável. Sobre a mesa de cada servidor havia um número considerável de carimbos, pois a conclusão para despacho, decisão, sentença e certidões diversas dependia da utilização rigorosa desses carimbos, os quais foram abolidos com a chegada das inovações tecnológicas da informática. Após esse treinamento básico, fui designado para exercer a função comissionada de oficial de gabinete no gabinete da referida magistrada, tendo permanecido no exercício dessa função até o final de setembro de 1998.

No início do mês de outubro de 1998, fui convidado para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, a convite da Juíza Federal Maria Edna Fagundes Veloso, que fora promovida para exercer a titularidade daquela unidade judiciária. Passando por Juiz de Fora, também tive uma experiência riquíssima em conhecimentos teóricos e práticos na condução da direção da unidade. Por lá, tive a honra e a satisfação de trabalhar e aprender muito com o juiz federal substituto da vara, no caso, o brilhante e amigo Dr. José Carlos Machado Júnior.

Mas quis o destino que eu retornasse a Belo Horizonte, quando a juíza federal Maria Edna Fagundes Veloso foi removida para a capital, para exercer a titularidade da 15ª Vara Cível Federal, criada em 1999. Como sou natural de Barbacena, cidade próxima a Juiz de Fora, o juiz federal substituto da 1ª Vara daquela Subseção convidou-me para permanecer no cargo comissionado de Diretor de Secretaria da 2ª Vara, pois seria promovido para exercer a titularidade desta Vara, cuja vaga foi aberta pela remoção da juíza federal titular para Belo Horizonte.

Em princípio, pensei em aceitar; porém, por um princípio de gratidão e lealdade à magistrada que me levou consigo para Juiz de Fora, declinei do convite e decidi retornar a Belo Horizonte.

Em março de 1999, novamente a convite da referida magistrada, fui designado para exercer o cargo em comissão de Diretor da Secretaria da 15ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte.

No ano de 2001, foram criados os Juizados Especiais Federais, sem uma estrutura completa de cargos de magistrados e servidores, o que afetou o seu efetivo funcionamento no momento de sua instalação. Lembro-me de que as Turmas Recursais não possuíam quadro efetivo de servidores, e os magistrados foram indicados pelo TRF1, sem prejuízo de suas funções jurisdicionais na unidade judiciária em que eram lotados.

As turmas iniciaram os trabalhos com juízes e servidores voluntários. Como a juíza federal titular da 15ª Vara Federal de Belo Horizonte assumiu uma das relatorias de uma das Turmas Recursais, e até que fossem preenchidos os cargos de magistrados e servidores efetivos em sua composição, eu também me voluntariei para auxiliar, tendo permanecido com acúmulo de função por um período de aproximadamente 18 meses. Foi uma experiência muito desgastante, porém gratificante, pois me senti muito útil e consegui ajudar na prestação jurisdicional àqueles jurisdicionados menos favorecidos.

Em outubro de 2005, a juíza federal Maria Edna Fagundes Veloso foi designada para cuidar da instalação e início do funcionamento da Subseção Judiciária de Montes Claros, até que fossem providos os cargos de juízes federais titular e substituto da Vara Única, bem como de Diretor de Secretaria daquela Vara. E, novamente, fui indicado para auxiliar a referida magistrada nos trabalhos de instalação e início do funcionamento da Vara Única da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG. Foi um desafio imenso, pois já sabia que receberíamos milhares de processos da Justiça Estadual, referentes a ações previdenciárias e de execução fiscal no âmbito da competência delegada, além da redistribuição de número considerável de processos em trâmite nas Varas da capital.

Cabe registrar que a Subseção foi criada com a autorização de nomeação de novos servidores para proverem os cargos criados, além da remoção de um número reduzido de servidores de Belo Horizonte, já com alguma experiência. Instalar e colocar a Subseção Judiciária de Montes Claros em funcionamento no tempo curto determinado pelo TRF1 foi um dos maiores desafios da minha vida na Justiça Federal.

Isto porque tive de selecionar funcionários novatos, sem qualquer experiência, mesclados com outros poucos servidores com alguma experiência e, de acordo com os perfis de cada um deles, treiná-los para atuarem nos setores para os quais foram indicados, muitos já no exercício de funções comissionadas.

Por fim, tendo inclusive treinado o servidor para exercer o cargo de Direção da Secretaria da Vara Única de MOC, graças à paciência e equilíbrio da magistrada à frente dos trabalhos, bem como à dedicação e empenho dos valorosos servidores, concluí com êxito a missão a mim confiada, após 45 dias de muita luta e dedicação, retornando, assim, à minha função na 15ª Vara Federal de Belo Horizonte.

No ano de 2006, quando a juíza federal titular da 15ª Vara Federal de Belo Horizonte foi eleita para exercer a Direção do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, recebi, quase que nas vésperas de sua posse, o honroso convite para exercer o cargo em comissão de Diretor da Secretaria Administrativa na Direção do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais. Inicialmente, dada a minha total falta de experiência na área administrativa, declinei do convite e sugeri à magistrada que formulou o convite que desse oportunidade a algum servidor que já atuava na área administrativa, pois tinha a certeza de que exerceria com mais eficiência o cargo de tamanha importância. Preferia eu continuar na Direção da Secretaria da 15ª Vara Federal, pois ali eu já dominava e exercia a contento o cargo. Inicialmente, também, a magistrada concordou, mas, na véspera de sua posse, ela me convocou, pedindo, com muita ênfase, para que eu estivesse ao lado dela, mesmo com a ausência de experiência, destacando que confiava na minha capacidade de aprendizado e determinação.

Diante disso, resolvi aceitar o convite e, com a ajuda de servidores primorosos e abnegados da administração, consegui dominar e exercer a contento o cargo para o qual fui designado. Durante a gestão, tive a honra e o prazer de estabelecer contatos estreitos com a Presidência e Diretoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, à época, a saudosa Desembargadora Federal Assusete Magalhães e o saudoso Dr. Felipe Jacinto, respectivamente.

Foi um período enriquecedor em conhecimento da área administrativa. Posso destacar como principal realização dessa gestão a bem-sucedida desapropriação de 03 imóveis em Belo Horizonte para atender às necessidades de instalação das unidades administrativas e judiciárias, que, à época, careciam de maior conforto e acessibilidade, proporcionando ao Tribunal uma grande economia, pois despesas com aluguel foram praticamente zeradas na capital.

Cumprida mais uma missão desafiadora, em 2008 retornei à Direção da Secretaria da 15ª Vara Federal de Belo Horizonte, juntamente com a juíza Maria Edna Fagundes Veloso, titular daquela unidade judiciária.

Permaneci na 15ª Vara Federal de Belo Horizonte até setembro de 2020, quando completei meu tempo de contribuição e pedi aposentadoria, em plena pandemia da Covid-19. Eu ainda não estava preparado psicologicamente para a aposentadoria, mas, como na época eu cuidava de meu primeiro neto, já que minha filha mais velha ainda cursava a faculdade de Direito, isso me motivou a permanecer em casa, até mesmo para evitar contatos externos, com medo de adquirir o vírus e passá-lo para a minha família.

No início de 2022, com a perspectiva de criação e instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com a pandemia praticamente superada, e tendo o meu neto voltado às atividades normais para uma criança de apenas 4 anos à época, resolvi procurar na advocacia uma nova atividade para preencher meu tempo. Como tive uma vida quase inteira somente no serviço público, não me adaptei à nova atividade e a abandonei nos primeiros meses.

Foi então que soube que o TRF6 seria instalado e que havia um quadro deficitário muito grande de servidores, momento em que me dirigi à Diretoria do Foro para propor a reversão de minha aposentadoria, de modo a poder ajudar no aumento da força de trabalho. Foi quando a então Diretora do Foro, Vânia Cardoso André de Moraes, manifestou interesse no meu retorno.

Em março de 2022, foi publicado o ato de reversão de minha aposentadoria e, enquanto se aguardava a instalação do novo TRF6, solicitei minha lotação na vara de JEF, pois senti que poderia ser muito útil no assessoramento em gabinete de magistrados, e foi quando o juiz federal Marco Antônio Barros Guimarães, que já havia trabalhado comigo como substituto da 15ª Vara, convidou-me para auxiliá-lo em seu gabinete de vara de JEF.

Com a criação do TRF6, recebi convites para atuar em gabinetes de desembargadores; porém, estava adorando trabalhar com as matérias de JEF, com um magistrado cuja atuação exemplar contribuía sobremaneira para o meu crescimento e evolução, não somente intelectual, mas também espiritual e humanitário, razões pelas quais resolvi permanecer na função a mim confiada.

Mas, em dezembro de 2022, mais precisamente no dia 19 de dezembro de 2022, recebi pela segunda vez o honroso convite para exercer o cargo em comissão de Diretor da Secretaria Administrativa do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, convite este feito por um magistrado que também, por sinal, já havia atuado comigo quando juiz substituto da 15ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, no caso, o Dr. Antônio Francisco do Nascimento.

Não havia como recusar o convite, pois eu entendi que poderia contribuir com minha experiência e ajudar a Diretoria do Foro naquele momento difícil, com o TRF6 instalado e a Seção Judiciária precisando ser compreendida pelos integrantes do 1º grau.

Foi um período de muitos desafios, pois percebi que o Diretor do Foro precisava lutar também por uma melhor estrutura administrativa, e, com o esforço e a dedicação do Dr. Antônio Francisco, sempre contando com o apoio de dedicados e abnegados servidores e prestadores de serviço terceirizado da administração, de excelente nível de comprometimento, diga-se de passagem, com destaque para a servidora Márcia Renata de Oliveira Moronda Ponsá, que liderou com maestria sua maravilhosa equipe, conseguimos dar um importante passo à frente na melhoria da estrutura administrativa. Nesta gestão, o maior desafio foi inaugurar e colocar em funcionamento a Central de Atendimento de Informações Processuais.

É sabido que, com a instalação do TRF6, todo o primeiro grau, incluindo as subseções judiciárias, precisou se adequar aos novos tempos. Tempos de escassez orçamentária e de força de trabalho humana. No dizer do Dr. Antônio Francisco do Nascimento, precisava-se trocar as rodas da bicicleta em movimento.

Na gestão 2022/2024, acompanhei o Diretor do Foro em visita a todas as Subseções, sem exceção, levando uma mensagem de otimismo e de tranquilidade aos magistrados e servidores, sempre destacando que a criação do TRF6 foi uma janela de oportunidade, e, se não fosse aproveitada da forma como se deu, o sonho de ter um Tribunal em Minas seria muito difícil, pois, desde 1993, quando tomei posse, já se ouvia pelos corredores essa proposta de criação do TRF6.

Finalizando, em agosto de 2024, recebi o convite do Dr. José Carlos Machado Júnior para permanecer no cargo de Diretor da Secretaria Administrativa durante sua gestão, que se iniciou em agosto daquele ano. Hoje estamos praticamente em ritmo de despedidas, mas as entregas foram tantas que até perdi a conta.

Como disse nosso querido Presidente do TRF6, temos um Diretor do Foro que é uma verdadeira máquina de criar projetos estratégicos. Ainda temos um bom tempo para concluir todos os projetos, mas o que fica até aqui é a sensação do dever cumprido, com um aprendizado extraordinário com o nosso atual e incansável Diretor do Foro, Dr. José Carlos Machado Júnior.

Finalizando, foi com muita honra e alegria que recebi o convite para participar desse projeto, com oportunidade para falar de minhas experiências na Justiça Federal até a instalação do TRF6. E continuo à disposição da instituição para colaborar com minha experiência e dedicação de sempre em prol do reconhecimento e valorização do nosso TRF6 como órgão judicial eficiente e moderno.

Capítulo 38



Trajetória do colaborador Ramon da Silva Gonçalves

Encarregado da Manutenção no Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Meu nome é Ramon da Silva Gonçalves, tenho 41 anos, casado com Michelle de Souza Araújo, e pai de 4 filhos: Ranielle, Millena, Yuri e Ryan e construí minha trajetória profissional com muito trabalho, dedicação e orgulho de cada etapa vivida. Antes de ingressar na Justiça Federal, trabalhei em diferentes áreas, sempre buscando crescimento profissional e aprendizado.

Comecei minha vida profissional em uma papelaria e, posteriormente, fui trabalhar na BHTrans, em 2006, como terceirizado no setor de reboques, atuando em toda Belo Horizonte. Permaneci na empresa por seis anos. Em seguida, em 2010, ingressei na Stola do Brasil, uma das grandes fornecedoras de peças de carroceria para a Fiat. Lá, iniciei como operador de produção e, com o tempo, fui promovido à função de liberador de trecho, permanecendo na empresa até 2016.

Foi em 2016 que minha história na Justiça Federal começou. Minha esposa já trabalhava no Tribunal havia alguns anos e me informou sobre a oportunidade de ingresso. Entrei inicialmente como garçom. Apesar do nervosismo do primeiro dia, guardo com carinho uma lembrança muito marcante: ao servir a Dra. Simone dos Santos Lemos Fernandes, ela percebeu meu nervosismo e, com muita humildade e gentileza, me tranquilizou dizendo que eu poderia deixar a xícara ali mesmo. Foi um gesto simples, mas que me marcou profundamente e me fez sentir acolhido.

Após três meses como garçom, passei a atuar como auxiliar de manutenção predial. Foi um período de muitos desafios e aprendizado. Em determinado momento, já bastante cansado da rotina intensa, cheguei a pensar em deixar o trabalho. No entanto, recebi grande apoio da equipe da SECAM – Secretaria de Administração e Serviços, da SEAD – Seção de Administração Predial e da SEASG – Seção de Administração e Serviços Gerais. O incentivo e o acolhimento dessas equipes foram fundamentais para que eu permanecesse.

Durante minhas férias, recebi uma ligação inesperada com o convite para assumir a função de encarregado da manutenção. Fiquei surpreso e inseguro no início, mas aceitei o desafio. Hoje, já são três anos exercendo essa função, da qual tenho muito orgulho.

Ao longo desse período, participei diretamente de inúmeros eventos institucionais e momentos importantes da história do Tribunal. Atuei na organização de posses de Diretores do Foro, em eventos realizados no Palácio das Artes, na CDL, na Dom Helder e em diversas solenidades institucionais. Também participei ativamente da organização do evento “Sexta no Seis”, sempre junto da minha equipe, cuidando da logística, mobiliário e estrutura necessária para cada evento.

Tenho muito orgulho de dizer que acompanhei de perto a implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. O TRF6 foi oficialmente inaugurado em 19 de agosto de 2022, mas os trabalhos começaram muito antes. Ainda no início de 2022, nossa equipe iniciou toda a movimentação de móveis, equipamentos e estruturas necessárias para a instalação do Tribunal no Prédio 1.

Como encarregado da manutenção, tive a responsabilidade de liderar os operadores de carga e acompanhar toda essa grande mudança. Foi um trabalho extremamente desafiador, que exigiu organização, comprometimento e união de toda a equipe. Posteriormente, em 2024, ao final da gestão da Desembargadora Federal Mônica Sifuentes, enfrentamos um novo desafio: a transferência do Tribunal do Prédio 1 para o Prédio 2, em mais uma grande operação logística.

Também participei da entrega do edifício Solar Narbona, acompanhando toda a preparação do evento institucional realizado na ocasião.

Ao longo desses anos, tive a oportunidade de trabalhar ao lado de pessoas muito importantes para essa trajetória, como Betânia, do Cerimonial, José Fernando e Francine Figueiredo, da Escola de Magistratura, com quem participei de diversos projetos e eventos institucionais.

Além dos desafios profissionais, também enfrentei uma dor muito grande na vida pessoal. Em 2025, perdi um bebê, que nasceu e permaneceu conosco por apenas um mês. Nesse período tão difícil, recebi um apoio imenso de toda a equipe da Justiça Federal, especialmente do pessoal da SECAM, que esteve ao meu lado me dando força e acolhimento. Hoje, graças a Deus, fui novamente abençoado com a chegada do meu filho, Ryan, que trouxe renovação, esperança e alegria para minha família.

Olho para toda essa trajetória com muita gratidão. Desde 2016, participei intensamente da história da Justiça Federal e, especialmente, da construção do TRF6. Tenho orgulho de cada desafio superado, das amizades construídas, das equipes com quem trabalhei e da contribuição que pude oferecer para momentos tão importantes da instituição.

Por fim, agradeço a equipe da manutenção (operador de carga, predial, bombeiro e elétrica), e toda equipe da SEADI e SEASG por contribuir e participar de toda a minha trajetória.

Capítulo 39



Trajatória do colaborador Ricardo Crescencio da Silva
Supervisor Técnico na Secretaria da Tecnologia da Informação

Minha história com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região começou em um momento de expectativa e do desejo de construir algo significativo. Em 2018, ingressei como Analista Técnico Nível 1, dando os primeiros passos em uma instituição que, para mim, já representava muito mais do que um local de trabalho: era o espaço onde eu poderia aplicar meus conhecimentos e, principalmente, aprender com a grandiosidade do serviço público. Naquele período inicial, cada tarefa era uma descoberta, e cada desafio técnico contribuía para minha formação profissional. Eu sentia que estava exatamente onde deveria estar.

Em 2019, veio uma mudança que ampliou minha visão de forma definitiva. Fui deslocado para a Subseção Judiciária de Contagem, onde permaneci até 2022. Essa experiência fora da sede do Tribunal foi transformadora. Lá, o contato com as demandas reais e com a dinâmica própria da subseção me ensinou a enxergar o TRF6 sob uma perspectiva mais ampla e humana. Vivi, na prática, o impacto do nosso trabalho, e isso reforçou ainda mais meu senso de propósito. Foram anos de intenso crescimento, em que a distância física da sede jamais significou distanciamento institucional, muito pelo contrário, senti-me parte de um todo, integrado e valorizado.

Em 2022, retornei ao Tribunal, mas já não era o mesmo profissional que havia saído. Voltei como Líder Técnico, assumindo novas responsabilidades e renovando a confiança para conduzir equipes e projetos.

Essa transição marcou uma virada em minha carreira: percebi que a instituição não apenas reconhecia minha dedicação, mas também investia em meu desenvolvimento. A liderança trouxe o desafio de equilibrar a técnica apurada com a capacidade de ouvir, orientar e inspirar colegas e abracei cada etapa desse aprendizado.

O ano de 2024 foi especialmente marcante. Alcancei a posição de Analista Técnico Nível 2, fruto de um esforço contínuo e da busca permanente pela excelência. Mas as oportunidades não pararam por aí. Recebi, em seguida, a missão de atuar como Analista de Base de Conhecimento, função que me permitiu aprofundar minha visão estratégica sobre a informação e o conhecimento institucional. Posteriormente, assumi o cargo de Supervisor Técnico, posição que ocupo até hoje com imenso orgulho e elevado senso de responsabilidade.

Ao olhar para trás, vejo uma trajetória construída com dedicação, mas, sobretudo, com a confiança de muitas pessoas que cruzaram meu caminho. Tive a oportunidade de atuar em diferentes funções, e cada uma delas agregou uma camada essencial de experiência técnica e humana, contribuindo para a formação do profissional que sou hoje. Sinto que conquistei, talvez, o bem mais precioso que alguém pode almejar em sua vida profissional: a admiração e o respeito daqueles que caminham ao seu lado.

Sou profundamente grato aos Desembargadores, Magistrados, Diretores, Assessores, Supervisores e a todos os colaboradores que fazem parte dessa família chamada TRF6. Deixo um agradecimento especial a Daniel Santos Rodrigues, Giselle Caldeira e a toda a equipe da SECTI pela oportunidade de fazer parte desse time tão valioso. Cada um, à sua maneira, contribuiu para que eu pudesse escrever este pequeno capítulo de uma história tão significativa, que cresce e se fortalece ano após ano.

Faço questão de afirmar que minha trajetória não pertence apenas a mim, ela é também reflexo do acolhimento, das oportunidades e do espírito colaborativo que encontrei nesta instituição. E é com a certeza de que ainda há muitas páginas a serem escritas que sigo, diariamente, honrando o privilégio de pertencer ao TRF6.

Capítulo 40



Trajetória da servidora Sandra Helena Barreto Soares

Analista Judiciária lotada na Subseção Judiciária de Juiz de Fora

Meu nome é Sandra Helena Barreto Soares, Analista Judiciária, lotada na Subseção Judiciária de Juiz de Fora, na SEPJU/SECAJ-JFA.

Minha história na Justiça Federal começou em 04 de dezembro de 1981, na cidade de Brasília, Distrito Federal, quando ingressei no serviço público para exercer o cargo de Auxiliar Judiciário (atual Técnico Judiciário). Naquele momento, eu, com meus 24 anos de idade, iniciava não apenas uma carreira profissional, mas uma jornada de vida que se estenderia por mais de quatro décadas de dedicação à Justiça Federal e ao serviço público.

Desde o início da minha trajetória, fui designada para atuar na Contadoria Judicial, setor essencial para o funcionamento da Justiça, responsável pela elaboração e conferência de cálculos judiciais, atualização de valores e apoio técnico às decisões judiciais. Era uma época em que os trabalhos eram realizados de forma predominantemente manual, com uso de calculadoras, planilhas em papel e grande atenção aos detalhes. Esse ambiente exigia disciplina, precisão e responsabilidade, características que procurei desenvolver desde os primeiros anos de exercício funcional.

Minha formação inicial foi em Ciências Contábeis, o que contribuiu significativamente para o desempenho das minhas atividades na Contadoria.

A base contábil que adquiri durante minha formação acadêmica foi fundamental para compreender a complexidade dos cálculos judiciais e para atuar com segurança técnica no exercício das minhas atribuições.

No ano de 1987, com a implantação da Vara Federal em Juiz de Fora (MG), fui removida para minha cidade natal. Nessa ocasião, já houve minha ascensão funcional para o cargo de Analista Judiciário, último nível, passando a exercer minhas atividades com atribuições de maior responsabilidade técnica, sempre vinculada à área da Contadoria Judicial.

O retorno à minha cidade representou um momento significativo em minha trajetória, pois permitiu conciliar minha vida profissional com minhas raízes pessoais, ao mesmo tempo em que continuei a desenvolver minha carreira no âmbito da Justiça Federal. Em Juiz de Fora, permaneci atuando na Contadoria Judicial, setor no qual construí toda a minha vida funcional.

Após meu retorno à cidade de Juiz de Fora, decidi ampliar minha formação acadêmica e ingressei no curso de Direito, motivada pelo desejo de aprofundar meus conhecimentos jurídicos e compreender, de forma ainda mais completa, os fundamentos legais que orientam os cálculos judiciais e as decisões judiciais. A conclusão do curso de Direito representou um importante passo em minha trajetória, agregando novos conhecimentos à minha formação contábil e contribuindo para o aprimoramento do meu desempenho profissional. Posteriormente, especializei-me com pós-graduação em Direito Civil.

Ao longo dos anos, acompanhei de perto as transformações ocorridas na Justiça Federal. Vivenciei mudanças estruturais, administrativas e tecnológicas que impactaram profundamente a forma de realização do trabalho judicial. Presenciei a transição de um modelo de trabalho manual para um sistema informatizado, com a introdução de computadores, sistema eletrônico e, posteriormente, do processo judicial eletrônico. Cada uma dessas mudanças exigiu adaptação, aprendizado contínuo e comprometimento com a atualização profissional.

Durante toda a minha vida funcional, permaneci vinculada à Contadoria Judicial, setor que exige elevado grau de responsabilidade, conhecimento técnico e atenção permanente aos detalhes.

O trabalho na Contadoria é essencial para garantir que as decisões judiciais sejam corretamente executadas e que os direitos reconhecidos em sentença sejam devidamente quantificados. Sempre procurei exercer minhas funções com zelo, ética e responsabilidade, consciente da importância do meu trabalho para a efetividade da Justiça.

Paralelamente às atividades desempenhadas na Contadoria, também atuei no setor cível, contribuindo diretamente com a tramitação processual, distribuição de processos, organização de autos e apoio às atividades jurisdicionais. Essa experiência permitiu ampliar minha visão sobre o funcionamento da Justiça Federal e fortalecer minhas habilidades de comunicação e trabalho em equipe.

Durante minha vida funcional, também participei de atividades administrativas de caráter institucional, desempenhando funções relevantes para a organização e o bom funcionamento da unidade judiciária. Dentre essas atribuições, destaco minha participação na Comissão de Descarte Judicial, na qual colaborei com os procedimentos de seleção, organização e destinação adequada de processos findos, observando rigorosamente as normas legais e administrativas aplicáveis. Esta atividade foi fundamental para a racionalização do espaço físico e para a adequada gestão documental da unidade.

Além disso, exerci a função de Presidente de Comissão de Sindicância em Processo Administrativo, responsabilidade que exigiu elevado grau de comprometimento, imparcialidade e conhecimento das normas que regem a administração pública. No exercício dessa função, conduzi procedimentos administrativos com observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da transparência e do devido processo legal, contribuindo para a regularidade e a integralidade das atividades administrativas da instituição.

Com o passar dos anos, tive a oportunidade de compartilhar conhecimentos com colegas, colaborar com o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e contribuir para a qualidade dos serviços prestados pela Justiça Federal. A experiência acumulada ao longo de mais de 40 anos de serviço público permitiu-me desenvolver profundo conhecimento técnico na área de cálculos judiciais, área na qual atuei de forma contínua desde o meu ingresso na instituição.

Outro momento marcante em minha trajetória foi a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que representou uma nova etapa na organização da Justiça Federal em Minas Gerais.

A implantação do novo Tribunal simbolizou um avanço institucional importante, e passei a integrar essa nova estrutura com o mesmo compromisso que sempre norteou minha atuação profissional.

Ao olhar para a minha trajetória, reconheço que minha história se confunde com a própria história da Justiça Federal.

Ao longo de mais de quatro décadas de trabalho, acompanhei seu crescimento, sua modernização e seu fortalecimento institucional. Participei, de forma direta e constante, da construção diária de uma instituição que tem como missão assegurar direitos e promover justiça.

Minha vida funcional sempre esteve pautada pelo compromisso com o serviço público, pela busca constante de conhecimento e pela dedicação ao trabalho. A Contadoria Judicial foi o espaço onde desenvolvi minha carreira, construí minha identidade profissional e contribuí, com responsabilidade e empenho, para o funcionamento da Justiça Federal.

Assim, considero que minha trajetória representa não apenas uma história pessoal, mas também um testemunho do trabalho silencioso e essencial realizado por tantos servidores que, ao longo dos anos, ajudaram a construir e fortalecer a Justiça Federal brasileira.

Com orgulho e gratidão, sigo reconhecendo que minha caminhada profissional foi construída com dedicação, responsabilidade e amor ao serviço público, valores que sempre orientaram minha atuação ao longo de toda a minha vida funcional.

Capítulo 41



Trajetória da servidora Sonia Maria da Silva Fernandes

Servidora lotada Gabinete do Des. Miguel Angelo de Alvarenga Lopes

Meu nome é Sonia Maria da Silva Fernandes. Sou graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no ano de 1978, e possuo pós-graduação lato sensu em Pedagogia Empresarial, com ênfase em Recursos Humanos, além de especialização em Direito Empresarial.

Iniciei minha trajetória na advocacia ao lado de profissionais de notável excelência, com quem adquiri, na prática, as primeiras e mais valiosas lições sobre ética, integridade no cumprimento das leis e respeito às instituições públicas e a seus agentes. Destaco, nesse percurso inicial, a convivência profissional com Tarcísio Flores Pereira, Procurador Federal, e Luiz Ricardo Gomes Aranha, Procurador da Fazenda Nacional, cujos ensinamentos foram determinantes para a construção da minha identidade profissional, pautada pela seriedade e pelo compromisso, o que me proporcionou reconhecimento e credibilidade no meio jurídico.

Dediquei mais de vinte anos ao exercício exclusivo da advocacia na área empresarial, atuando nos ramos cível, trabalhista e tributário. Nesse período, aprofundei significativamente meus conhecimentos jurídicos, o que contribuiu de forma decisiva para o desempenho das demais funções que viria a exercer ao longo da minha carreira.

Minha experiência no serviço público teve início em 1998, quando, a convite do então 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Murilo Pereira, atuei como Assessora Jurídica na Escola Judicial Edésio Fernandes.

Posteriormente, exerci a função de Assessora Judiciária no gabinete do Desembargador Belizário de Lacerda e atuei como Defensora Dativa junto à 2ª Câmara Cível, em processos envolvendo a Fazenda Pública Municipal.

Também desempenhei funções junto à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, onde atuei como supervisora no Tribunal de Ética e Disciplina, membro colaboradora e defensora dativa na Comissão de Ética e Disciplina, sempre pautando minha atuação pelos princípios da ética profissional e da responsabilidade institucional.

No campo acadêmico, lecionei por alguns anos na Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen, ministrando as disciplinas de Ética e Estatuto da Advocacia e Prática Jurídica VI – Processo Civil (Recursos). Considero essa experiência extremamente enriquecedora, pois me possibilitou compartilhar conhecimentos e vivências com estudantes, contribuindo para a formação de novos profissionais do Direito.

Minha atuação como servidora pública federal ocorreu entre 2009 a 2023, a convite da Desembargadora Ângela Catão, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, onde exerci as funções de Chefe de Assessoria, Assessora e, posteriormente, Chefe de Gabinete, tanto na Corregedoria Regional quanto na Vice-Presidência.

Nesse período, tive a oportunidade de expandir minha atuação para outros ramos do Direito, enfrentar novos desafios institucionais e aprimorar minhas competências por meio do uso de técnicas modernas, ferramentas tecnológicas e cursos de capacitação, além de trabalhar com equipes altamente qualificadas, às quais registro meu sincero reconhecimento.

Posteriormente, recebi com grande satisfação o convite do Desembargador Miguel Ângelo para integrar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, onde iniciei minhas atividades como assessora em outubro de 2023. A experiência em um tribunal recém-instalado revelou-se extremamente enriquecedora e desafiadora.

Apesar das dificuldades inerentes à sua estruturação inicial, o tribunal conta com uma administração eficiente, dinâmica e comprometida com a excelência da prestação jurisdicional, investindo continuamente em inovação, tecnologia e qualificação de seus servidores, com destaque para a adoção de sistemas como o e-Proc e ferramentas de apoio como o ChatGPT.

Além do aspecto profissional, o retorno à minha cidade natal, após anos residindo em Brasília, representou uma realização pessoal significativa, sobretudo pela oportunidade de continuar exercendo minha atividade jurídica em um ambiente que contribui diretamente para a consolidação de um projeto institucional que acompanhei desde sua concepção.

Tive, ainda, a satisfação de reencontrar colegas e magistrados com quem trabalhei ao longo da minha trajetória, profissionais que admiro e respeito, dentre eles meu atual chefe, bem como o Dr. Antonio Francisco do Nascimento, Regivano Fiorindo, Rodrigo Rigamonte Fonseca e o Desembargador Eduardo Moraes da Rocha, do TRF da 1ª Região.

Por fim, manifesto minha expectativa de continuar contribuindo ativamente para o aprimoramento do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, colaborando para o fortalecimento de sua atuação institucional e para o seu reconhecimento como um dos tribunais mais eficientes e relevantes do país.

Capítulo 42



Trajetória da colaboradora Wisla Araújo Barbosa

Auxiliar Administrativa IV na Secretaria de Gestão de Pessoas

Eu me chamo Wisla Araújo Barbosa. Nasci no norte de Minas Gerais, no município de Januária. Cresci em uma comunidade rural quilombola, cercada por pessoas simples, mas ricas em humanidade.

Ali, o trabalho, em sua maioria, era braçal. O sol quente sobre a cabeça e o suor nos corpos representavam a luta e a persistência para dar à família o sustento. Como diz Guimarães Rosa: "Quem enfrenta o sertão aprende que coragem não é ausência de medo, é seguir apesar dele."

Sou filha de camponeses. Meu pai estudou até a 4ª série (na época, o máximo que a escola podia oferecer) e minha mãe, quando eu era criança, estudou até o ensino fundamental. Ambos não tinham instrução suficiente para me ajudar com os estudos. Mesmo assim, meus pais sempre me incentivaram a estudar, pois sabiam que era a única forma de "ser alguém na vida".

Estudei em escola pública rural, onde o aprendizado era ainda mais precário. Às vezes, não havia professores, pois o lugar era longe da cidade e poucos queriam trabalhar ali. Quando havia, muitas vezes eram moradores da própria comunidade, começando a graduação e ainda com pouco conhecimento. Era o que havia. Às vezes, não conseguia ir à escola porque o ônibus quebrava devido às estradas ruins. Outras vezes, ele quebrava no meio do caminho, e tínhamos de terminar o trajeto a pé, por longa distância.

Para aprender mais, precisei me esforçar em dobro, pois sabia que aquele ensino era muito básico. Lia muitos livros e aproveitava bastante a biblioteca da escola. Gostava de estudar também para ajudar meus colegas, porque aprendi cedo que ensinar é uma forma de aprender novamente.

A vida na comunidade era tranquila, feliz à sua maneira, mas as oportunidades eram escassas e, muitas vezes, precárias. Foi então que senti dentro de mim um inquietar constante, um desejo de ir além, de conhecer novos caminhos, de permitir que meus sonhos criassem asas.

Em 2015, deixei minha terra e fui para Belo Horizonte com um propósito claro: trabalhar e estudar. Ao chegar, vi um mundo totalmente diferente: novas culturas, vivências e jeitos de viver. Tudo parecia novo para mim. Às vezes, sentia que não pertencia àquele lugar. O barulho da cidade, os ônibus lotados e a pressa das pessoas, tudo contrastava com o silêncio e a calma do lugar de onde eu vim.

Curiosamente, quando vim do interior, não sabia que existia universidade pública gratuita. Passando pela UFMG, na inocência de uma menina do interior, achei o lugar bonito, cheio de verde e arborizado. Virei-me para minha mãe e disse: "Olha, mãe, um dia ainda vou estudar nesse lugar." Naquele momento, nem eu mesma sabia o quanto aquela promessa silenciosa me moveria nos anos seguintes.

Não foi fácil. O caminho exigiu coragem, disciplina e persistência. Com muito esforço, estudo e dedicação, conquistei uma vaga em uma das melhores universidades do país e me formei em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Estudar em uma universidade federal também não foi fácil. Os desafios eram grandes e, mais uma vez, senti que não pertencia àquele ambiente. Era um mundo diferente, com pessoas diferentes, algumas vindas de escolas particulares, com domínio de idiomas e outras habilidades que eu sequer conhecia. Insegura por causa do "novo", pensei que talvez ali não fosse o meu lugar. Mas não desisti, pois desistir custaria um sonho e não apenas o meu sonho, mas o sonho da minha família, que tanto havia investido em mim, mesmo sem recursos.

Bom! E como cheguei ao TRF6? Em 2021, participei do processo seletivo e entrei como estagiária, na época, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo lotada na Seção de Avaliação, Provimento e Estágio (SEAPE).

Estagiar no Tribunal foi uma grande conquista para mim, pois se trata de um órgão de grande importância. Fui aprendendo, observando e ouvindo. Aos poucos, encantei-me pelo setor, pelas pessoas e pelo propósito do trabalho. Cada tarefa, por menor que parecesse, trazia consigo a possibilidade de transformar a vida de alguém. Foi ali que comecei a entender o verdadeiro sentido do serviço público.

Lembro-me de que, quando cheguei, uma servidora da época me disse uma frase que marcou profundamente minha trajetória: "Talvez você consiga atender poucas pessoas, mas quem você atender, atenda muito bem." Esse ensinamento tornou-se um princípio que carrego até hoje. Compreendi que atender alguém vai muito além de um procedimento: é acolher uma história, respeitar uma trajetória e reconhecer a dignidade de cada vida que chega até nós.

Minha passagem pelo setor de estágio foi marcada por esse compromisso: ouvir com atenção, comunicar com clareza e ajudar da melhor forma possível.

Dois anos depois, fui chamada para trabalhar como terceirizada na SEAPE. Para mim, foi uma felicidade, pois era um sinal de que eu havia realizado um bom trabalho.

Costumava dizer, com carinho, que os estagiários eram "meus filhos". Via em cada um deles não apenas aprendizes, mas pessoas em formação, sonhadores e cheios de potencial, exatamente como a Wisla do passado, com medo, mas com determinação. Recordo-me de um estagiário que ficou constrangido em fazer uma pergunta por considerá-la "boba". Eu disse a ele que, quando se tem dúvida, não existem perguntas bobas; existem oportunidades de aprendizado que precisam ser acolhidas sem julgamento. Estamos aqui para aprender, crescer como pessoas e servir à comunidade.

Da criação do edital até o formulário de desligamento, acompanhamos com carinho a trajetória de cada estagiário, e hoje também dos residentes. Aprendi a ouvir, refletir e buscar resolver as questões da melhor forma possível, levando em consideração cada caso.

Sempre acreditei que a justiça precisa ser acessível a todos, inclusive na forma como nos comunicamos.

O que parece simples para nós pode ser complexo para o outro, como no caso de dona Arvina, que nasceu e cresceu na mesma comunidade que eu e que talvez não compreenda termos técnicos, mas entende perfeitamente quando falamos com clareza, paciência e respeito. Foi pensando nela e em tantos outros que aprendi a fazer um atendimento mais acessível.

Como colaboradora, atualmente na Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP), compreendi ainda mais o valor do cuidado com o outro. Trabalhar com pessoas é, antes de tudo, reconhecer suas histórias, origens e necessidades. É entender que, por trás de cada demanda, existe alguém buscando orientação, apoio ou simplesmente ser ouvido.

Hoje, ao olhar para minha trajetória da comunidade quilombola em Januária até o serviço público, vejo que cada passo foi construído com esforço, fé e propósito. Levo comigo a certeza de que servir bem é, acima de tudo, um ato de humanidade.

Fazer parte desta instituição é, para mim, motivo de orgulho. Acredito que cada servidor, estagiário, residente e colaborador contribui, à sua maneira, para fortalecer a Justiça e aproximá-la da sociedade.

Trabalhar no TRF6 representa uma grande conquista. Vindo de onde vim, isso significa muito mais do que palavras podem expressar. É a prova de que o sertão não é apenas um lugar geográfico, é também um estado de espírito de quem aprendeu a resistir, acreditar e florescer onde muitos viram apenas seca.

Para finalizar, trago um trecho da fala do Desembargador Federal Rubens Rollo, durante a roda de conversa “Como Cheguei Até Aqui”, que dialoga com a minha própria trajetória: “A nossa intenção é um debate em termos de conversa informal, para que as pessoas, jovens principalmente, quebre essa corrente de medo que têm, no sentido de que a cor seria um empecilho para o êxito na vida profissional (...) para que contêm a sua experiência, para que essas pessoas se sintam motivadas também a prosseguir em seus sonhos”.

Assim como destacado nessa reflexão, acredito que compartilhar histórias também é uma forma de abrir caminhos para outras pessoas. Quando contamos nossas trajetórias, mostramos que os obstáculos existem, mas que eles não precisam definir até onde podemos chegar.

Por isso, espero que meu relato também possa inspirar outras pessoas, especialmente jovens que, como eu um dia, vieram de contextos simples e, por vezes, marcados por desigualdades a acreditarem que seus sonhos são possíveis. Que cada um possa perceber que a origem não determina o destino e que, com esforço, oportunidade e perseverança, é possível construir novos caminhos, independentemente de onde viemos.

ADMINISTRAÇÃO 2024 - 2026

Presidente:
Desembargador Federal VALLISNEY OLIVEIRA

Vice-Presidente:
Desembargador Federal RICARDO MACHADO RABELO

Secretário-Geral da Presidência:
Juiz Federal ANTÔNIO FRANCISCO DO NASCIMENTO

Diretor-Geral:
JÂNIO MADY DOS SANTOS

Diretor do Foro:
Juiz Federal JOSÉ CARLOS MACHADO JUNIOR

Vice-Diretor do Foro
Juiz Federal GRIGÓRIO CARLOS DOS SANTOS

Diretor da Secretaria Administrativa do Foro
RAIMUNDO DO NASCIMENTO FERREIRA



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região